

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

TIAGO PIRES FIDELIS DA LUZ

NÃO VAI TER COPA OU NÃO VAI TER PROTESTO?
estudo acerca de dois protestos distintos contra a Copa do Mundo
em Porto Alegre

Porto Alegre
2016

TIAGO PIRES FIDELIS DA LUZ

NÃO VAI TER COPA OU NÃO VAI TER PROTESTO?
estudo acerca de dois protestos distintos contra a Copa do Mundo
em Porto Alegre

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Jacobsen Gloeckner

Porto Alegre
2016

Ficha Catalográfica

L979n Luz, Tiago Pires Fidelis da

Não vai ter Copa ou não vai ter protesto? : estudo acerca de dois protestos distintos contra a Copa do Mundo em Porto Alegre / Tiago Pires Fidelis da Luz . – 2015.

68 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Jacobsen Gloeckner.

1. Bloco de Luta pelo Transporte Público. 2. novos movimentos sociais. 3. violência. 4. Copa do Mundo. 5. manifestações. I. Gloeckner, Ricardo Jacobsen. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TIAGO PIRES FIDELIS DA LUZ

NÃO VAI TER COPA OU NÃO VAI TER PROTESTO?

**estudo acerca de dois protestos distintos contra a Copa do Mundo
em Porto Alegre**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 12 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Jacobsen Gloeckner – PUCRS (RS)

Prof. Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho – PUCRS (RS)

Prof. Dr. Gustavo Oliveira de Lima Pereira – PUCRS (RS)

Porto Alegre
2016

A Natasha, “como se dissesse água”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Ricardo Jacobsen Gloeckner, pela confiança depositada e liberdade concedida na realização da pesquisa.

À minha família – de forma muito especial, à Natasha –, pela compreensão e pelo apoio incondicionais, principalmente durante os períodos de ausência exigidos durante o curso.

À Marcia, à Débora e ao Fernando, bem como aos demais colegas da Câmara Municipal de Porto Alegre cujo suporte foi essencial para que eu pudesse concretizar esta dissertação, pelas várias discussões enriquecedoras que me proporcionaram nos últimos anos.

Aos professores e amigos José Carlos Moreira da Silva Filho e Salo de Carvalho, por serem exemplos de que uma produção acadêmica, para ser qualificada, precisa ser politicamente engajada e consequente.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, em especial aos integrantes do GEE: verdade não pede perdão.

Ao G10, por ser um espaço de pessoas que se propõem a produzir fraturas no funcionamento da grande máquina de matar gente que é o sistema penal. Em especial, à Mariana Chies Santiago Santos, que, dentre outras coisas boas que me proporcionou, me convidou a entrar no grupo.

À Janaína de Souza Bujes, pelo companheirismo e por mostrar que é possível dar ares de lucidez às minhas ideias insanas.

Ao amigo Guilherme Augusto Dornelles de Souza, porto seguro para minhas angústias sobre a academia, a vida, o universo e tudo mais, pelo espaço livre de julgamentos que construímos nos últimos anos.

Aos companheiros e companheiras do Bloco.

There is unrest in the forest
There is trouble with the trees
For the maples want more sunlight
And the oaks ignore their pleas

The trouble with the maples
And they're quite convinced they're right
They say the oaks are just too lofty
And they grab up all the light
But the oaks can't help their feelings
If they like the way they're made
And they wonder why the maples
Can't be happy in their shade

There is trouble in the forest
And the creatures all have fled
As the maples scream 'Oppression!'
And the oaks just shake their heads

So the maples formed a union
And demanded equal rights
'The oaks are just too greedy
We will make them give us light'
Now there's no more oak oppression
For they passed a noble law
And the trees are all kept equal
By hatchet, axe and saw

Rush – The Trees

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é compreender quais foram as condições de possibilidade para que duas manifestações realizadas em Porto Alegre, organizadas pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, contrárias à Copa do Mundo, nos dias 12 e 18 de junho de 2014, tenham transcorrido da forma como se deram. Na manifestação do dia 12 de junho, ocorreram diversos atos de depredação a patrimônio público e privado, sem que a polícia, que acompanhava a manifestação, tomasse qualquer atitude no sentido de coibir esses atos de violência. A manifestação do dia 18 de junho foi impedida de ocorrer pela polícia, que cercou os manifestantes e, com o uso de armamento menos letal, impediu que caminhassem. Este trabalho é resultado de uma pesquisa com matizes etnográficos, na qual foi realizada observação participante como integrante do Bloco de Luta pelo Transporte Público durante o período compreendido entre julho de 2013 e junho de 2014, com a atuação como manifestante em diversas manifestações promovidas pelo coletivo durante a pesquisa de campo. Conclui-se que o ocorrido nas duas manifestações analisadas evidencia a sujeição criminal (Michel Misse) de determinados grupos políticos em função de práticas que adotam, o que, no caso analisado, dá sustentação discursiva à prática de conferência ou não de direitos às pessoas de acordo com o grupo social a que pertencem (Roberto DaMatta). Isso ocorre também como fortalecimento de uma racionalidade de governo (Michel Foucault) do exercício da cidadania segundo a qual a participação de indivíduos na política deve se dar de determinadas formas, pela participação em determinados processos. A partir dos conhecimentos adquiridos durante a pesquisa acerca do funcionamento do Bloco de Luta pelo Transporte Público e das formas com que esse coletivo se relaciona com atores políticos externos, como partidos políticos e polícia, e internos, como indivíduos autônomos e organizações que o compõem, bem como de que formas a violência permeia essas relações, é apresentada uma possível leitura acerca dos novos movimentos sociais no Brasil embasada no caso de Porto Alegre e do Bloco de Luta pelo Transporte Público.

Palavras-chave: Bloco de Luta pelo Transporte Público, novos movimentos sociais, violência, Copa do Mundo, manifestações.

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand which were the conditions of possibility for two protests occurred in Porto Alegre, organized by Bloco de Luta pelo Transporte Público, opposed to the World Cup, on June 12th and 18th 2014. On the protest of June 12th, there were many acts of damage to public and private property, without the police forces that monitored the protest taking any measure to stop such violent acts. The protest of June 18th was prevented from happening by the police, which surrounded the protesters and, using less lethal weapons, prevented them from walking. This work is the result of a research with ethnographic shades, in which participant observation was conducted as a member of Bloco de Luta pelo Transporte Público during the period between July 2013 and June 2014, acting as a protester in many demonstrations promoted by the organization during the field research. It is concluded that what happened in both protests highlights the criminal subjection (Michel Misse) of certain political groups depending on practices they employ, which gives discursive sustenance to the practice of conferring or not rights to persons depending on the social group to which they belong (Roberto DaMatta). This occurs also as a form of strengthening of a government rationale (Michel Foucault) of the exercise of citizenship, according to which the participation of individuals in politics must take certain forms, through the participation in certain processes. From the knowledge acquired during the research on Bloco de Luta pelo Transporte Público's and the forms through which this organization relates to political actors both external, such as political parties and the police, and internal, such as autonomous individuals and organizations that are part of it, as well as through which forms violence permeates these relations, a possible insight regarding new social movements in Brazil, based on the case of Porto Alegre and Bloco de Luta pelo Transporte Público, is presented.

Keywords: Bloco de Luta pelo Transporte Público, new social movements, violence, World Cup, protests.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 PRIMEIRO CAPÍTULO – RELATO.....	37
1.1 O BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO	41
1.1.1 A Ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre	43
1.1.2 O Bloco da Ocupação da Câmara à Copa do Mundo	53
1.2 O ATO DE 12 DE JUNHO.....	71
1.3 ENTREATO	76
1.4 O ATO DE 18 DE JUNHO.....	78
2 SEGUNDO CAPÍTULO – REFLEXÕES	87
2.1 CONDIÇÕES DO ATO DE 12 DE JUNHO	87
2.2 CONDIÇÕES DO ATO DE 18 DE JUNHO	91
2.3 DISCUSSÃO DAS CONDIÇÕES IDENTIFICADAS.....	96
2.4 POSSÍVEIS LEITURAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DO BLOCO	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	125

INTRODUÇÃO

Há um novo ator no cenário político porto-alegrense desde 2012: o Bloco de Luta pelo Transporte Público¹. Em 2013, o coletivo esteve presente nas grandes manifestações² realizadas na cidade, tanto no início do ano, quando liderou protestos contra o aumento da tarifa do transporte coletivo por ônibus, como na metade do ano, quando, em alguma medida, foi um importante ponto de convergência entre as forças políticas da cidade que participaram das chamadas “jornadas de junho”.

Em Porto Alegre, como no resto das grandes cidades brasileiras, o cenário observado nas manifestações protagonizadas pelos novos movimentos sociais³, que têm ocorrido desde o fim de 2012, é de muita violência, repetindo o que já ocorrera anteriormente em outros lugares do mundo no passado recente, dentre os quais se destacam o movimento *Occupy*, iniciado em Nova Iorque, diversos protestos realizados na Europa em face das políticas econômicas aplicadas no grupo de países europeus, e a Primavera Árabe.

Violência por parte de manifestantes, violência por parte da polícia. A violência coletiva⁴, em diversas intensidades, com distintos agentes ativos e passivos,

¹ O Bloco de Luta pelo Transporte Público, onde realizei observação participante durante mais de um ano – nesta pesquisa, são apresentados dados relativos ao período de julho de 2013 a junho de 2014 –, será apresentado e analisado de forma mais aprofundada ao longo do trabalho. Por ora, basta dizer que é um coletivo formado por diversas organizações políticas e indivíduos autônomos, formado no contexto de disputas políticas em torno do transporte público de Porto Alegre, que organizou atos contrários ao aumento das tarifas de ônibus na cidade a partir do início do ano de 2012. Por economia de linguagem, as próximas referências ao Bloco de Luta pelo Transporte Público serão feitas por tão somente “Bloco”.

² Os termos *manifestação*, *protesto* e *ato* são utilizados como sinônimos ao longo desta dissertação, referindo-se à expressão de posições políticas por meio atividades na rua.

³ Existem várias denominações que têm sido empregadas para denominar o fenômeno dos *novos movimentos sociais*, como *movimentos multitudinários*, baseada fortemente na noção de Hardt e Negri (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. Cambridge: Harvard University, 2001; HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multitude: war and democracy in the Age of Empire**. New York: Penguin, 2004) ou *movimentos em rede*, que tem Castells como expoente (CASTELLS, Manuel. **Networks of Outrage and Hope: social movements in the internet age**. Cambridge: Polity, 2012). Opto por utilizar *novos movimentos sociais* por ser a mais difundida, abrindo mão da discussão acerca do elemento de novidade que, de certa forma, permeia a maioria das interpretações acerca de movimentos sociais contemporâneos.

⁴ Utilizo o conceito de *violência coletiva* empregado por Tilly. Segundo o autor, violência coletiva é alguma interação social que: “[...] imediatamente inflige dano físico a pessoas e/ou objetos (‘dano’ inclui a apreensão forçada de pessoas ou objetos através de limitação ou resistência); envolve pelo menos dois perpetradores de dano; e resulta pelo menos parcialmente da coordenação entre pessoas que realizam os atos danosos”. (TILLY, Charles. **The Politics of Collective Violence**. Cambridge: Cambridge University, 2003, p. 3, tradução livre. “[...] immediately inflicts physical damage on persons and/or objects (‘damage’ includes forcible seizure of persons or objects over restraint or resistance); involves at least two perpetrators of damage; and results at least in part from the coordination among persons who perform the damaging acts.”]). A principal vantagem dessa conceituação

foi uma constante nas manifestações realizadas pelo Bloco em Porto Alegre. Raros foram os protestos, durante o período da pesquisa, nos quais não houve qualquer ato violento praticado; mesmo nesses, havia sempre uma tensão, uma expectativa de que, a qualquer momento, poderiam emergir depredações e agressões físicas ou psicológicas.

A pesquisa que embasou essa dissertação é fruto de algumas inquietações levantadas por esse fenômeno. Como se dá a relação entre política e violência nas manifestações organizadas pelo Bloco? Como se dá a relação entre este coletivo, notadamente autonomista, e as instituições, organismos e entidades *tradicionalmente* ligadas à política e ao exercício da cidadania? Qual a relação entre o Bloco e os novos movimentos sociais cuja ocorrência tem aumentado em nível global nos últimos anos? Todas essas questões, de certa forma, permeiam esta dissertação.

No entanto, a maior inquietação não foi levantada pelo fenômeno em si, mas sim pelas diversas reações às distintas expressões de violência ocorridas durante as manifestações. De uma forma geral, foram mobilizados na compreensão pública desse fenômeno alguns discursos (já existentes antes do surgimento dos fenômenos aqui analisados, historicamente levantados quando se trata de movimentos sociais e violência), os quais podem ser grosseiramente separados em dois eixos centrais de articulação.

Houve um primeiro eixo mais centrado na atuação dos manifestantes, o qual, por sua vez, dividiu-se em duas correntes dicotômicas, por assim dizer. Há uma corrente que se pode chamar *niilista*, que percebe a violência existente nos movimentos sociais como algo que é pouco ou nada racional; há, por outro lado, uma corrente que se pode chamar *vitimista*, que encara os movimentos sociais como meras vítimas de repressão policial, e a violência por eles praticada como uma reação a isso.

Já o segundo eixo, mais focado na atuação policial, também se podia dividir em duas grandes correntes. Por um lado, havia aqueles que viam a violência policial como algo aceitável ou mesmo louvável a fim de se garantir a preservação

é englobar tanto atos violentos praticados por manifestantes como por policiais, evitando assim uma distinção prévia, de acordo com o ator, entre atos similares (é, por exemplo, o que ocorre quando se diz que manifestantes cometem *crimes* e policiais cometem *excessos*). Embora a intenção desse trabalho não seja emitir um juízo de valor sobre a violência em si, é necessário frisar meu pensamento no sentido de que um ato violento dirigido a uma pessoa sempre será mais condenável que um ato violento dirigido a um objeto. Cabe destacar, nesse sentido, que durante todo o período da pesquisa de campo, nas diversas manifestações de que participei, jamais presenciei uma situação em que a primeira agressão a pessoa tenha sido realizada por manifestantes.

da (de uma) ordem, a fim de se impedirem depredações a bens públicos ou privados etc. De outro lado, havia o discurso que reprovava a ação policial violenta nas manifestações – não raro, sob o argumento de que eram poucas as pessoas que praticavam atos violentos, como se houvesse critérios quantitativos para gradação do emprego de violência pela polícia –, considerando a atuação da polícia uma violação a garantias constitucionais como a livre manifestação do pensamento e o direito de reunião.

O problema desses discursos é que, independente de como se articulem entre si, na maioria das vezes não conseguem dar conta de dois fatores. Primeiro, não reconhecem o fato de que a violência coletiva tem dimensões relacionais, políticas: quando há violência em uma manifestação que é eminentemente política, essa violência ocorre dentro de um contexto dialógico. Há algo que se assemelha a uma *conversa* que constantemente se desenrola entre manifestantes e polícia, na qual, sob determinadas condições, ocorre uma *passagem ao ato*⁵, sendo a política substituída pela violência. Segundo, não dão conta da complexidade inerente à sociedade contemporânea, complexidade essa que certamente estende-se ao funcionamento interno dos novos movimentos sociais, bem como às maneiras pelas quais se dão as relações entre esses movimentos e outros atores políticos. Diversas “explicações” totalizantes desses novos fenômenos são apresentadas para logo se verem desmentidas por uma leitura diferente dos fatos ou por novos acontecimentos.

A partir disso, fica claro que a intenção principal desta dissertação, mais do que apresentar respostas, é auxiliar no surgimento de perguntas. O que é aqui produzido é *um* olhar para a questão da relação entre movimentos sociais e violência, limitado no espaço, no tempo e no objeto. É apenas uma das diversas leituras possíveis do complexo fenômeno do Bloco, o qual se insere dentro de lógicas socio-políticas ainda mais complexas, se considerarmos as realidades brasileira e mundial.

O ponto de vista desse olhar foi sendo construído durante a pesquisa de campo, o que fez com que ela sofresse diversas modificações ao longo de sua realização. A cada avanço (ou retrocesso) que se verificava no desenrolar dos fatos e na leitura que deles se fazia, percebia-se que novas perspectivas de abordagem se

⁵ Comentando a reação aos protestos de Paris em 2005 ou do Reino Unido em 2011, Žižek afirma que a violência desses episódios e suas respectivas reações policiais (também violentas) formam um círculo vicioso, cada uma gerando e fortalecendo exatamente aquilo que combatem. Ambas são *passages à l'acte*: o recurso à violência é uma admissão implícita de impotência (ŽIŽEK, Slavoj. **The Year of Dreaming Dangerously**. London: Verso, 2012, p. 60).

mostravam adequadas à(s) realidade(s) sociopolítica(s) observada(s). Isso levou a que o problema de pesquisa sofresse diversas modificações durante a pesquisa de campo, delineando-se conforme se desenrolavam a pesquisa e a realidade social, em uma espécie de *problematização fundamentada nos dados*.⁶

Assim, para melhor compreensão do problema, cabe apontar suas versões anteriores, por que e como elas foram modificadas até que se alcançasse a formulação final.

A primeira proposta de problema para a pesquisa consistia em um questionamento sobre como se dão as relações entre política e violência na produção do espaço urbano em Porto Alegre. Tal problematização surgiu principalmente em função da conjuntura de disputa em torno do uso e da apropriação de espaços públicos na cidade de Porto Alegre no ano de 2012 e no início do ano de 2013. Dois fatos que se destacaram nesse contexto foram o “Defesa Pública da Alegria” e o “Ocupa Árvores”, a seguir expostos.

O Defesa Pública da Alegria foi uma manifestação político-cultural – após, passou a ser utilizado como nome de um coletivo – convocada por meio da rede social Facebook, realizada na noite de 04 de outubro de 2012. O evento começou com a reunião de pessoas em frente ao Paço Municipal, na Praça Montevideu, onde protestaram contra aquilo que denunciavam como “privatização de espaços públicos na cidade de Porto Alegre”, instigados em especial por medidas adotadas pelo Governo Municipal em relação ao Largo Glênio Peres e ao Auditório Araújo Vianna. O Largo Jornalista Glênio Peres, localizado ao lado da Praça Montevideu e em frente ao Mercado Público de Porto Alegre, é uma das áreas historicamente representativas da cidade. Em 6 de fevereiro de 2012, entrou em vigor a Lei Municipal nº 11.213, que “disciplina a realização de eventos culturais, econômicos e políticos ou de outra natureza no Largo Jornalista Glênio Peres”⁷. Pouco tempo após a sanção da Lei, foram instalados no local um chafariz e um boneco inflável publicitário da Coca-Cola,

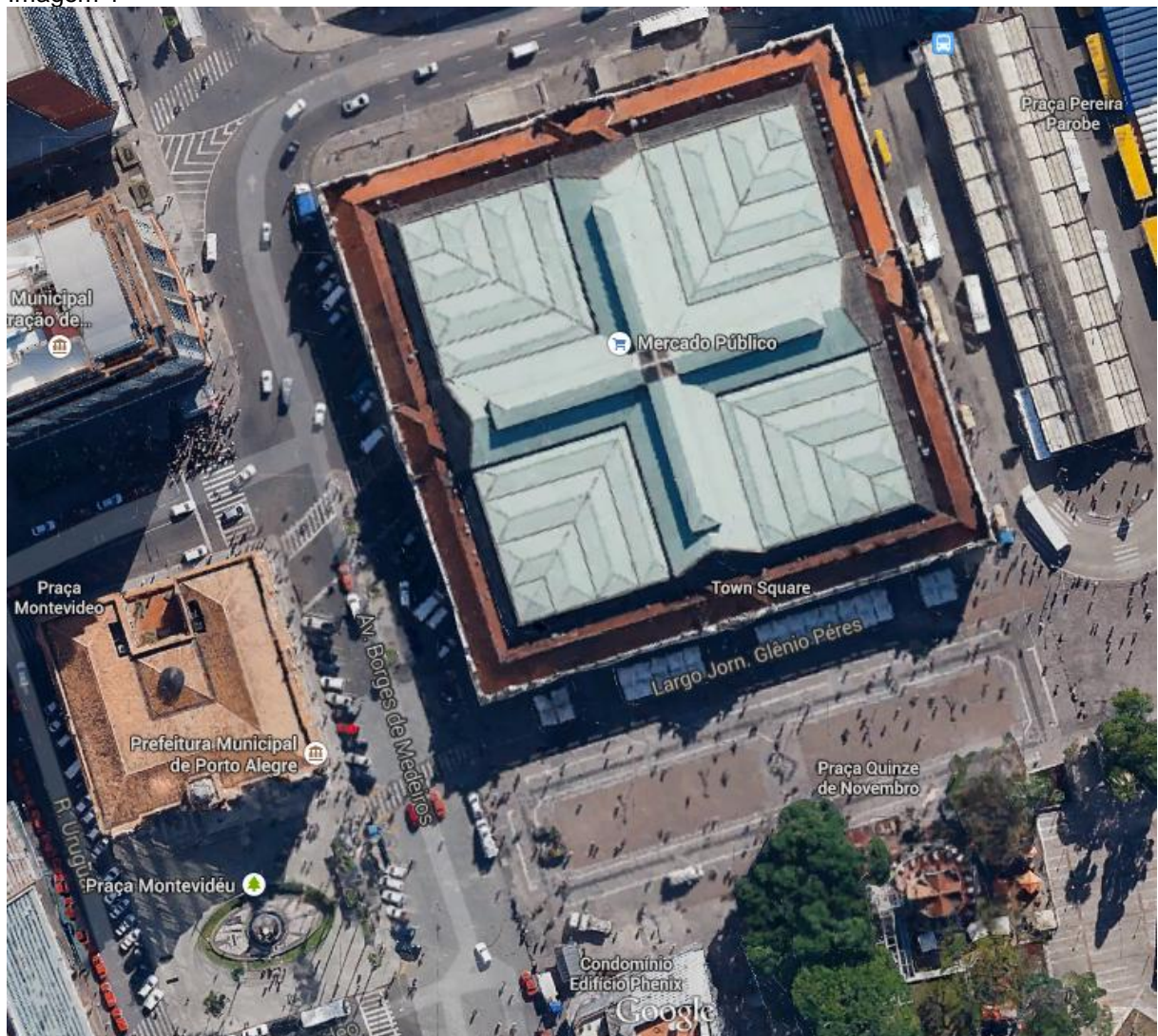
⁶ A inspiração vem da “teorização fundamentada nos dados” (*grounded theory*), de Glaser e Strauss, “[...] uma metodologia de pesquisa que permite elaborar conhecimentos teóricos, mesmo a título de hipóteses, a partir da observação dos dados.” (CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioridade penal (1993 - 2010). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, jan. 2014, p. 12).

⁷ Essa lei foi alvo de diversas críticas por parte de movimentos sociais, em especial pelo disposto em seu artigo 5º: “Será permitida a utilização do Largo Jornalista Glênio Peres pelos artistas de rua, desde que devidamente autorizados pelo Executivo Municipal, por intermédio de seus órgãos competentes”.

similar à mascote da Copa do Mundo⁸. O Auditório Araújo Vianna é um tradicional espaço público destinado à realização de espetáculos culturais, localizado no Parque Farroupilha, o maior parque de Porto Alegre, que, após sete anos interdito em função de problemas estruturais, foi, por meio de concessão de uso para uma empresa privada, reformado e reaberto em 20 de setembro de 2012.

A Imagem 1 é uma fotografia aérea que mostra a disposição do prédio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, da Praça Montevideu e do Largo Jornalista Glênio Peres.

Imagem 1



Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Google Maps.

⁸ A Copa do Mundo é a principal competição profissional de futebol, organizada pela Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA –, realizada a cada quatro anos. Em 2014, foi sediada no Brasil, e Porto Alegre foi uma das cidades-sede, o que já se definira em maio de 2009 (BRASIL conhece as 12 cidades que receberão partidas da Copa de 2014. **Globo Esporte**, 31 mai. 2009).

A Imagem 2, por sua vez, mostra quando a manifestação Defesa Pública da Alegria ainda estava na Praça Montevideu, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal (a foto foi tirada das escadarias de acesso à Prefeitura).

Imagem 2



Fonte: OLIVEIRA, Samir *et al.* Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 5 out. 2012.

Após algumas horas em frente à sede da Prefeitura Municipal, a manifestação dirigiu-se ao Largo Jornalista Glênio Peres, onde estava o boneco inflável publicitário da Coca-Cola. Ali, após algum tempo, manifestantes ultrapassaram a grade de proteção em torno do boneco, o que, a seguir, levou a um confronto com policiais militares presentes no local desde o início da manifestação. Nesse confronto, várias pessoas foram agredidas, tendo os policiais feito uso de armamento menos letal⁹, inclusive utilizado bombas de gás lacrimogêneo e disparado tiros com balas de bor-

⁹ “[...] a expressão ‘menos letal’ leva em conta o fato de que qualquer uso de força contra uma pessoa, independentemente do método com que é aplicada, contém um grau de risco. [...] Embora vasta pesquisa científica e médica (assim como diretrizes e treinamento) de alguma forma reduzam esses riscos, permanece uma real possibilidade de que um pequeno número de indivíduos podem lamentavelmente receber ferimentos fatais, embora legalmente justificáveis, pela intervenção policial.” (METROPOLITAN POLICE AUTHORITY. **Introduction of the ‘Baton Gun’ weapon system as a ‘less lethal’ option.** London, 27 jun. 2002.) “[...] wording of ‘less lethal’ takes into account the fact that any use of force against a person, irrespective of the method in which applied, carries a degree of risk. [...] Whilst extensive scientific and medical research (as well as guidelines and training) go some way to reducing these risks, there remains a real possibility that a small number of individuals might regrettably receive fatal, albeit legally justifiable, injuries through police intervention.”]

racha.¹⁰ Também houve o envolvimento, no confronto, de membros da Guarda Municipal de Porto Alegre – cuja atribuição legal é zelar pela preservação do patrimônio público municipal –, que anteriormente protegiam a porta de entrada da Prefeitura Municipal.¹¹

A Imagem 3 mostra a disposição dos policiais militares em torno do boneco inflável antes de a manifestação dirigir-se ao Largo Glênio Peres.

Imagem 3



Fonte: OLIVEIRA, Samir *et al.* Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 5 out. 2012.

A Ouvidoria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul concluiu em relatório sobre o ocorrido que os policiais militares e os guardas municipais

¹⁰ Recentemente, foi sancionada a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, que “disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional”. Essa lei (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13060.htm. Acesso em 05 fev. 2015) estipula que órgãos de segurança pública deverão priorizar a utilização de “instrumentos de menor potencial ofensivo”, assim considerados “aqueles projetados especificamente para, com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes, conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas”. Tal lei ainda não foi regulamentada pelo Poder Executivo.

¹¹ OLIVEIRA, Samir *et al.* Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 5 out. 2012. OLIVEIRA, Samir. Protesto envolvendo Tatu-Bola segue repercutindo entre policiais e ativistas de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 16 fev. 2013.

cometeram “excessos” durante a ação, responsabilizando-os pelo início da violência e apontando o uso de força excessiva na proteção ao boneco.¹²

O Ocupa Árvores foi um acampamento de vigília realizado por algumas dezenas¹³ de pessoas no período entre 17 de abril e 29 de maio de 2013, em área pública localizada na Avenida Loureiro da Silva, na qual estava prevista a derrubada de 115 árvores para o alargamento da avenida. O acampamento ocorreu enquanto a decisão de cortar as árvores era discutida judicialmente, por meio de ação civil pública promovida pelo Ministério Público, na qual houve decisão liminar suspendendo a derrubada das árvores.¹⁴ Após a cassação dessa liminar, a Prefeitura Municipal obteve, em outro processo judicial, decisão liminar de reintegração da posse da área ocupada pelo acampamento, no dia 28 de maio. Na mesma data, as pessoas que estavam acampadas foram notificadas de que teriam 48 horas para deixar o local. Em seguida à obtenção da decisão liminar favorável, ainda no dia 28, a Prefeitura desistiu da ação de reintegração de posse.¹⁵

Na madrugada do dia 29 de maio, com apoio da Brigada Militar (nome da polícia militar do Rio Grande do Sul), a Prefeitura removeu o acampamento, em ação que foi alvo de diversas críticas pelas condições em que fora realizada (aproximadamente às 3h da manhã, em uma noite chuvosa e sem aviso prévio da ação) e especialmente pela violência e desproporcionalidade atribuídas à ação policial. Cerca de 150 policiais militares atuaram na remoção de aproximadamente trinta pessoas acampadas, as quais foram todas detidas e liberadas após assinarem termo circunstanciado pelos delitos de desobediência, desacato e resistência.¹⁶ A ação foi considerada satisfatória pelo coronel João Diniz Godoi, comandante do Comando de Policiamento da Capital da Brigada Militar, sendo definida como “rápida e cirúrgi-

¹² SCHWARZ, Júlia. Ouvidoria: excessos de BM e Guarda Municipal causaram conflito em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 31 out. 2012.

¹³ O número de pessoas envolvidas no acampamento variou ao longo do período, bem como sua contagem, dependendo dos diferentes veículos de mídia que o narraram.

¹⁴ MINISTÉRIO PÚBLICO do RS suspende corte de árvores na área da Usina do Gasômetro. **Sul21**, Porto Alegre, 27 mar. 2013. A ação civil pública é uma ação de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, regida pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985. Uma decisão liminar é proferida por um juiz, geralmente antes mesmo de oportunizar o contraditório, quando há elementos suficientes de verossimilhança e risco de prejuízo insanável em função da demora.

¹⁵ OLIVEIRA, Samir; MÜLLER, Iuri; NATUSCH, Igor. Prefeitura retira pedido de reintegração de posse contra acampados em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 28 maio 2013.

¹⁶ OLIVEIRA, Samir *et al.* Operação prende manifestantes e começa a derrubar árvores no Gasômetro. **Sul21**, Porto Alegre, 29 maio 2013.

ca”.¹⁷ Houve relatos de diversas agressões físicas e verbais às pessoas que acampavam no local, além de pertences que foram danificados durante a ação.¹⁸ Isso levou, inclusive, vários dos envolvidos no acampamento a ingressar com ação judicial de reparação de danos morais e materiais contra o Município de Porto Alegre e o Estado do Rio Grande do Sul.¹⁹

A Imagem 4 retrata um momento da operação policial que removeu o Ocupa Árvores.

Imagem 4



Fonte: OLIVEIRA, Samir *et al.* Operação prende manifestantes e começa a derrubar árvores no Gasômetro. **Sul21**, Porto Alegre, 29 maio 2013.

Esses dois acontecimentos, bem como outros eventos contemporâneos, tiveram duas similaridades marcantes: a primeira é um acentuado caráter de disputa e conflito em torno do espaço urbano na cidade de Porto Alegre; a segunda, o fato de que ambas foram realizadas dentro de uma lógica de novos movimentos sociais. Esses novos movimentos sociais têm uma relevante característica: a busca por uma

¹⁷ OLIVEIRA, Samir. Para comandante, prisão dos acampados em Porto Alegre foi “rápida e cirúrgica”. **Sul 21**, Porto Alegre, 29 maio 2013.

¹⁸ OLIVEIRA, Samir *et al.* Operação prende manifestantes e começa a derrubar árvores no Gasômetro. **Sul21**, Porto Alegre, 29 maio 2013.

¹⁹ OLIVEIRA, Samir. Manifestantes processam prefeitura de Porto Alegre e governo do estado por repressão a acampamento. **Sul21**, Porto Alegre, 16 jan. 2014.

forma horizontal de organização interna e por independência²⁰ em relação a partidos políticos e instituições estatais.²¹

A partir dos eventos de junho e julho de 2013, essa primeira formulação foi revista. Então, manifestações com a participação de milhares de pessoas foram realizadas em diversas capitais do Brasil, Porto Alegre entre elas. Essas manifestações iniciaram-se a partir de um ato realizado na cidade de São Paulo contra o aumento das tarifas do transporte coletivo, que foi duramente reprimido pela polícia militar. Até então, Porto Alegre fora a única cidade brasileira em que manifestações desse tipo foram realizadas com adesão de um grande número de pessoas, em março e abril de 2013, quando atos contrários ao aumento no valor da tarifa de ônibus tiveram a participação de alguns milhares de pessoas (em junho e julho, milhões de pessoas foram às ruas em manifestações em todo o País).²²

Então, o problema de pesquisa passou a dar mais centralidade aos novos movimentos sociais, a seu funcionamento interno, à forma como se organizam e, principalmente, a como se relacionam com a institucionalidade em sentido amplo e, mais especificamente, aos efeitos dessa organização na maneira como se relacionam com a polícia. A pergunta passou a ser formulada nos seguintes termos: “Como e por que os novos movimentos sociais na cidade de Porto Alegre se relacionam com a política, especialmente durante a realização de manifestações de rua?”.

Tal problema de pesquisa tinha, como ficou evidente mais tarde, três deficiências. A primeira diz respeito a sua demasiada amplitude: existem diversas mani-

²⁰ O termo *autonomia* é comumente utilizado para referir tanto um fenômeno “interno” desses movimentos, o elevado grau de autonomia, de liberdade de ação individual conferido (e geralmente respeitado) a cada integrante, dentro de linhas gerais estratégicas definidas pelo coletivo, como um fenômeno “externo”, a autonomia de ação do movimento como um todo em relação a partidos políticos, instituições estatais, sindicatos e outras formas institucionalizadas de atuação política. A fim de evitar retomar essa distinção ao longo do texto e por economia de linguagem, opto por utilizar os termos “autonomia” quando atinente à sua manifestação *interna*, ou seja, à liberdade de cada indivíduo dentro do coletivo, e “independência” quando a referência for à manifestação *externa* da autonomia, ou seja, à característica desses movimentos sociais de agirem sem vinculação necessária a instituições políticas tradicionais.

²¹ ORTELLADO, Pablo. Reflections on the Free Fare Movement and other “New Social Movements”. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 2, jul./dez. 2013, p. 112.

²² Essas manifestações serão apresentadas de forma mais aprofundada adiante, bem como o papel central que Porto Alegre exerceu em relação a elas. No entanto, cabe salientar que a violência policial observada, mesmo que com diferentes intensidades e características, foi uma constante em todas as grandes cidades brasileiras durante as chamadas “jornadas de junho”. A respeito das violações de direitos cometidas diretamente por agentes do Estado brasileiro (ou ao menos toleradas pelo Estado), por seu caráter sintético, ver COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Brasil: Protesta Social**. 28 mar. 2014. Especificamente no tocante à cidade de Porto Alegre, ver COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA. **Dossiê Manifestações em Porto Alegre**: violações de direitos humanos por parte da Brigada Militar. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2013.

festações dos novos movimentos sociais em Porto Alegre, as quais inclusive têm significativas diferenças em seus funcionamentos; reduzi-las todas a uma categorização genérica implicaria não contemplar cada uma delas com a profundidade desejável. A segunda deficiência refere-se, por outro lado, a um reducionismo acerca de o *que* seria o objeto de análise. A discussão focava-se apenas em uma das direções de uma relação que, na verdade, é uma via de mão dupla. Enfocar tão somente uma das direções do fluxo envolvido nessa relação seria reducionista, já que os novos movimentos sociais e a polícia têm influência recíproca em suas atuações. Por fim, o problema conferia à polícia, mesmo que não diretamente, certo grau de autonomia operacional e política que penso, agora, ser bem menor do que então imaginava: sua atuação não é independente das de outras instituições ou atores políticos.

Além disso, após junho e julho de 2013, com a realização da Copa das Confederações²³, uma nova hipótese de pesquisa se impôs. Durante esse evento, foram realizadas diversas manifestações nas cidades-sede ao mesmo tempo em que partidas da competição eram disputadas, e em mais de uma oportunidade manifestantes e polícia entraram em confronto nas imediações dos estádios em que ocorriam partidas da competição, como ocorreu, por exemplo, na cidade de Brasília.²⁴

Em função disso, surgiu a hipótese de que a Copa do Mundo teria influência significativa sobre movimentos sociais na cidade de Porto Alegre. Supunha que o megaevento serviria ao mesmo tempo como elemento de aglutinação e de ruptura entre diferentes coletivos de Porto Alegre e que modificaria sensivelmente a relação entre esses coletivos e instituições estatais, sem que as manifestações de rua em Porto Alegre ocorressem da mesma forma que ocorreram em 2013.²⁵ Um dos principais indicativos disso era o “estado de exceção FIFA”, expressão utilizada por diversos movimentos sociais para se referir à expectativa de que a realização da Copa do Mundo acarretaria a suspensão de garantias ligadas ao exercício da cidadania e a violação de direitos humanos pelo Estado brasileiro, em especial pelas

²³ A Copa das Confederações é uma competição realizada sempre um ano antes da Copa do Mundo, com o mesmo país-sede e utilizando algumas das cidades-sede, e é utilizada pela FIFA para avaliar o andamento da preparação para sediar o evento principal. A Copa das Confederações 2013 teve como cidades-sede Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador.

²⁴ PM usa bombas de gás para afastar manifestantes de estádio em Brasília. **G1**, Brasília, 15 jun. 2013.

²⁵ Mesmo antes de 2013, a Copa do Mundo já era fortemente criticada por movimentos sociais em Porto Alegre: eram questionados principalmente os gastos de verbas públicas com as obras em função do evento, as violações de direitos humanos relacionadas (em especial, no tocante às remoções de comunidades em função de obras públicas, como a Vila Dique e centenas de famílias da Vila Cruzeiro).

forças policiais.²⁶ Além disso, havia os investimentos anunciados, dentro da Matriz de Responsabilidade²⁷, para a área de “segurança” da Copa do Mundo, que somavam aproximadamente R\$ 1,9 bilhão e incluíam a aquisição de exoesqueletos a serem utilizados por policiais em “controle de distúrbios”²⁸ e de caminhões blindados equipados com jatos d’água²⁹.

Especificamente em Porto Alegre, também havia indicativos de que se faria o possível para que o que ocorreu no País em junho e julho de 2013 não se repetisse durante a Copa do Mundo. O principal deles foi o fato de que seis integrantes do Bloco foram indiciados, em março de 2014, por diversos crimes, dentre os quais o de constituição de milícia privada³⁰, na conclusão de um inquérito que se desenvolvia desde junho de 2013.³¹ Em 9 de maio de 2014, foi ofertada denúncia pelo Ministério Público contra os sete indiciados.³²

²⁶ Nesse sentido, havia previsões na Lei nº 12.663 (Lei Geral da Copa) que, por exemplo, determinavam condições para acesso e permanência nos locais de competição, assim compreendidos estádios e arredores, centros de treinamento, centros de mídia etc. Também, houve a publicação da “Garantia da Lei e da Ordem - MD33-M-10 (1ª Edição/2013)”, por meio da Portaria Normativa nº 3.461, do Ministério da Defesa, a qual, dentre outros aspectos, classificava “movimentos ou organizações” como potenciais “forças oponentes”, e dentre as “principais ameaças”, constavam “bloqueio de vias públicas de circulação”, “distúrbios urbanos” e “sabotagem nos locais de grandes eventos”.

²⁷ A Matriz de Responsabilidade é um instrumento que definiu a responsabilidade de cada signatário (União, estados, Distrito Federal e municípios) a fim de garantir a execução de medidas conjuntas para a realização da Copa do Mundo.

²⁸ “O material, apelidado pelos policiais militares de Robocop, é composto por um exoesqueleto de polipropileno – material resistente a pancadas – foi adquirido para o uso da cavalaria da Tropa de Choque da Polícia Militar de São Paulo durante possíveis distúrbios durante a Copa do Mundo. O kit inclui viseira de acrílico, botas antiderrapantes, protetor facial e cobertura de couro no peito.” PELA 1ª vez, policiais usam traje ‘Robocop’ em protesto, diz PM. **G1**, São Paulo, 31 maio 2014.

²⁹ “O caminhão tem a capacidade de armazenar 4 mil litros d’água e comporta uma tropa de 21 homens. [...] Conhecidos pelo uso contra manifestantes em movimentos populares na Turquia e no Chile, por exemplo, as dimensões do caminhão e a possibilidade de causar ferimentos impressionam. [...] Junto à água é possível misturar tinta para auxiliar na identificação de manifestantes e até mesmo gás lacrimogêneo — mas a BM garante que não acrescentará o agente químico.” ELY, Débora. Caminhão blindado com jato d’água será usado em protestos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jun. 2014.

³⁰ O delito de constituição de milícia privada, previsto no art. 288-A do Código Penal (“Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código”), tem pena prevista de quatro a oito anos de reclusão. Trata-se de um tipo novo, incluído no Código Penal por meio da Lei nº 12.720, de 27 de setembro de 2012, o qual foi alvo de diversas críticas. Por exemplo, ver LEI 12.720/2012 – mais do mesmo na produção de leis penais. **Boletim do IBCCRIM**, v. 20, n. 240, p. 1, nov. 2012.

³¹ POLÍCIA CIVIL Gaúcha indicia sete militantes do Bloco de Luta por formação de milícia. **Sul21**, Porto Alegre, 14 mar. 2014. (Embora o título da reportagem fale em sete militantes, desde o início os demais envolvidos e o Bloco de Luta posicionaram-se no sentido de que um dos indiciados não integrava o coletivo nem ao menos era conhecido de qualquer outro indiciado.)

³² COSTA, José Luís; ROLLSING, Carlos. MP denuncia sete por distúrbios em protestos em junho de 2013. **Zero Hora**, Porto Alegre, 9 maio 2014.

O problema de pesquisa só foi formulado definitivamente durante a realização da Copa do Mundo, em função de acontecimentos ocorridos no período em que se realizava o megaevento, em especial em duas manifestações contrárias à sua realização, nos dias 12 e 18 de junho de 2014. Essas duas manifestações, por terem ocorrido de formas diametralmente opostas entre si, passaram a ter centralidade na forma como analisou a questão das interseções entre a realização da Copa do Mundo e o exercício da cidadania em Porto Alegre.

No dia 12 de junho, foi realizado um protesto em Porto Alegre contra a Copa do Mundo, pois era o dia da abertura oficial do evento – houve manifestações similares em diversas outras cidades-sede do evento, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Fortaleza. Não havia partida sendo disputada em Porto Alegre (a partida de abertura, entre as seleções de Brasil e Croácia, foi realizada em Itaquera – SP), e o ato percorreu em caminhada várias ruas do Centro Histórico de Porto Alegre. Durante o percurso, diversos prédios foram depredados, em sua maioria de empresas patrocinadoras da Copa do Mundo ou que de alguma maneira se ligavam ao evento, bem como de empresas que são vistas por parte dos manifestantes como ícones ou símbolos do sistema econômico neoliberal (McDonald's, bancos etc.). A polícia limitou-se a acompanhar o ato pela retaguarda e nas ruas adjacentes ao trajeto – trajeto esse que nunca é informado antecipadamente à polícia ou a qualquer autoridade –, não intervindo em qualquer momento no ato.³³

Já no dia 18 de junho, a manifestação ocorreu de forma totalmente diferente. Ou, melhor dizendo, não ocorreu. O ato, que sairia da Praça Argentina, foi impedido de caminhar pela polícia, em uma prática semelhante à do *kettling* ou “panela de Hamburgo”³⁴. Tropas da Brigada Militar, que estavam em larga superioridade numérica em relação aos manifestantes e equipados com considerável aparato bélico, fecharam todas as saídas do local onde estava o ato. A saída dos manifestantes da área a que estavam limitados, para que pudessem se dispersar em outro

³³ OLIVEIRA, Samir. “Fifa, go home”: cerca de mil pessoas protestam contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 12 jun. 2014.

³⁴ “O *kettling* envolve o (legalmente duvidoso) encurralamento de manifestantes em um espaço demarcado, confinado, por um período indeterminado, sem acesso a alimento, água ou instalações sanitárias. Em resumo, é detenção em massa no espaço público.” (HAYWARD, Keith. *Five Spaces of Cultural Criminology*. **British Journal of Criminology**, n. 52, 2012, p. 453) [“Kettling involves the (legally ambiguous) corralling of protestors into a demarcated, confined space for an indeterminate period without access to food, water or toilet facilities. In short, it is mass detention in public space.”]

lugar próximo, foi autorizada após negociações realizadas por algumas pessoas presentes.³⁵

Como foi possível que, em um intervalo tão curto de tempo – seis dias – dois atos similares tenham ocorrido de formas tão discrepantes entre si? Essa pergunta levou à formulação definitiva do problema de pesquisa: “Quais as condições de possibilidade para que as manifestações em Porto Alegre em razão da Copa do Mundo nos dias 12 e 18 de junho tenham ocorrido de formas tão diferentes entre si?”.

A relevância desse problema, utilizando a estrutura argumentativa sugerida por Booth, Colomb e Williams,³⁶ pode ser resumida da seguinte maneira: estudo as condições de possibilidade das diferentes posturas adotadas pelos atores envolvidos nas manifestações em razão da Copa do Mundo ocorridas na cidade de Porto Alegre nos dias 12 e 18 de junho de 2014 porque busco compreender como se relacionam movimentos sociais, política e violência no contexto urbano, a fim de problematizar a possibilidade de constituição de formas menos violentas de resolução de conflitos políticos.

O problema de pesquisa definitivo também demonstra uma tentativa de abandonar explicações causais sobre o objeto de estudo. É mais adequado, ao se analisarem fenômenos sociais complexos, falar-se em *condições de possibilidade* do que em causas, em *como* do que em *por quê*.

Ao estipular a metodologia utilizada durante a pesquisa, parti do referencial feyerabendiano de “anarquismo metodológico”.

Feyerabend, sustentando que as regras metodológicas não conseguem dar conta da complexidade das mudanças sociais e da imprevisibilidade dos efeitos de atos e decisões humanas, argumenta que “a ciência é uma atividade essencialmente anárquica: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais propenso a encorajar o progresso do que suas alternativas de lei-e-ordem”.³⁷

O central da ideia defendida pelo autor constitui-se em que, sendo tradições particulares geralmente alheias a sua fundamentação histórica, nem a ciência

³⁵ PASINATO, Nicolás. Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2014.

³⁶ BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A Arte da Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 54-61.

³⁷ FEYERABEND, Paul. **Against Method**. 4th. ed. London: Verso, 2010, p. 1. [“Science is an essentially anarchic enterprise: theoretical anarchism is more humanitarian and more likely to encourage progress than its law-and-order alternatives.”]

nem a razão podem ser consideradas medidas universais de excelência:³⁸ a ciência não se constitui em uma única tradição (muito menos na *melhor* tradição), exceto para aqueles que estão acostumados a sua presença, com os benefícios e vantagens inerentes.³⁹

[...] a Ciência não é sacrossanta. O simples fato de ela existir, ser admirada e produzir resultados não é suficiente para fazer dela uma medida de excelência. A Ciência moderna surgiu das objeções globais ao que ocorria antes e contra o próprio racionalismo, a ideia de que existem regras e padrões gerais que direcionam nossos negócios, inclusive os do conhecimento, oriundos das objeções globais ao senso comum [...]⁴⁰

Mais especificamente no campo do estudo do crime e da violência, críticas similares à racionalidade predominante também são feitas por outros autores. Ferrell, por exemplo, aponta como o fetiche pelo método – em especial pelos métodos ortodoxos baseados em modelos estatísticos, os quais adquiriram centralidade no campo científico, em contraposição a pesquisas etnográficas inovadoras como as da Escola de Chicago ou as desenvolvidas por Becker⁴¹ – tem sido prejudicial ao desenvolvimento do pensamento criminológico nas últimas décadas. Essa vontade de “cientificidade”, sustenta Ferrell, pode ser percebida inclusive na maneira como pesquisas etnográficas passaram a ser conduzidas, sendo-lhes atribuído um conjunto de regras procedimentais que poderiam conferir-lhes credibilidade e isenção.⁴²

O pensamento criminológico e as reflexões sobre a violência tornam-se, assim, incapazes de serem efetivamente inovadores, de dar conta, por meio de abordagens interdisciplinares, da compreensão do comportamento humano. Por meio da integração entre teorias, a fim de melhor explicar fenômenos violentos, seria possível melhor entender como se desenrolam o crime e outros conflitos sociopolíticos e como lidamos com eles.⁴³ O principal efeito disso tudo é um afastamento cada vez maior, nas ciências sociais, entre pesquisadores e sujeitos ou fenômenos pesquisados: “os cientistas sociais encontram pessoas como cifras; como números em um impresso ou numa tela”.⁴⁴

³⁸ FEYERABEND, Paul. **Against Method**. 4th. ed. London: Verso, 2010, p. 223.

³⁹ FEYERABEND, Paul. **Against Method**. 4th. ed. London: Verso, 2010, p. 249.

⁴⁰ FEYERABEND, Paul. **A Ciência em uma Sociedade Livre**. São Paulo: UNESP, 2011, p. 22-23.

⁴¹ BECKER, Howard. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. New York: Free Press, 1997.

⁴² FERRELL, Jeff. Against Method: a provocation. **Journal of Theoretical and Philosophical Criminology**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009.

⁴³ ROBINSON, Matthew. The Perversion of Criminology. **Journal of Theoretical and Philosophical Criminology**, v. 4, n. 3, jul. 2012, p. 27-39.

⁴⁴ YOUNG, Jock. **The Criminological Imagination**. Cambridge: Polity, 2011, p. 44-45 (tradução livre). [“The social scientists encounter people as figures; as numbers on a printout or a screen.”] Ao

Como resumem Ferrell, Hayward e Young, “quanto mais um método criminológico se leva a sério – quanto mais se posiciona acima de outras abordagens por meio de invocações de ‘objetividade’ ou ‘ciência’ –, mais esse método é suspeito de impedir a compreensão em vez de avançá-la”.⁴⁵

Embora se possa argumentar que tais críticas se aplicam com mais força nos cenários estadunidense e britânico, recente pesquisa de Dieter demonstra como essa lógica atuarial tem produzido efeitos significativos, tendo-se tornado a racionalidade dominante na administração da justiça criminal nesses países, com efeitos já sensíveis no Brasil.⁴⁶

Após essa introdução ao problema de pesquisa, pode-se dizer que a investigação dividiu-se em dois movimentos distintos e complementares.

Primeiramente, foi realizado estudo com matizes etnográficos, atuando como observador participante no Bloco. Participo desse coletivo desde a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre, em julho de 2013, sendo frequente em assembleias e grupos de trabalho. O objetivo aqui era compreender a lógica interna de funcionamento desse movimento social. Como é possível a existência de certo grau de unidade entre os sujeitos que o integram, os quais são oriundos de um amplo espectro de posições político-ideológicas (anarquistas, comunistas, socialistas, com representatividade de diferentes correntes de cada linha)? De que forma se dão as discussões internas a fim de que sejam atingidos esses consensos mínimos? De que maneira esse movimento se relaciona com o “exterior” – principalmente, com as instituições políticas tradicionais e com a polícia? Essas e outras perguntas orientaram a investigação acerca do Bloco.

A pesquisa também se baseou em observação realizada como participante das manifestações realizadas em Porto Alegre em função da Copa do Mundo nos dias 12 e 18 de junho de 2014. Participei na organização e estive presente em am-

dizer “cientistas sociais”, Young provavelmente comete uma impropriedade. O autor aparenta se referir especificamente a criminólogos, os quais, nos países anglo-saxões, geralmente são cientistas sociais (ao contrário da tradição brasileira, na qual a criminologia foi desenvolvida eminentemente por juristas).

⁴⁵ FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. **Cultural Criminology**: an invitation. London: SAGE, 2008, p. 161 (tradução livre). “[...] the more seriously a criminological method takes itself – the further it positions itself above other approaches through invocations of ‘objectivity’ or ‘science’ – the more that method is suspect of impeding understanding rather than advancing it.”]

⁴⁶ DIETER, Maurício Stegemann. **Política Criminal Atuarial**: a criminologia do fim da história. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

bos os atos analisados como manifestante, realizando estudo de orientação etnográfica.

Esta dissertação é um estudo qualitativo que parte de dois eventos, a partir dos quais busco descrever e compreender de que forma o Bloco organizou-se, especificamente em ambos os episódios e, de forma mais ampla, como ocorre sua ação política, assim como de que maneira estão organizados os atores com ele envolvidos, suas motivações e adesões em cada um dos acontecimentos analisados, e como isso tudo se relaciona com a violência coletiva em manifestações.

A pesquisa se funda na possibilidade de generalização de que tais episódios – ou mesmo o Bloco como um movimento social – possam ser entendidos como semelhantes a outras manifestações ou movimentos sociais.

Ao organizar a pesquisa e o trabalho dessa maneira, busquei contemplar ainda o objetivo de que o trabalho fugisse a duas deficiências acadêmicas comuns, bem identificadas por Carvalho: a redução de uma pesquisa à análise de autores ou ao mero levantamento de dados.⁴⁷ A ideia foi, desde o começo, proporcionar que o trabalho fosse claramente ancorado nos dados coletados durante o período de praticamente um ano em que foi realizada a pesquisa empírica, mas com o objetivo de que esses dados pudessem servir de suporte para demonstrar a aplicabilidade de algumas teorias desenvolvidas em realidades temporal ou geograficamente distintas da que foi analisada.

O trabalho se divide em dois capítulos. No primeiro capítulo, é realizada uma descrição do processo investigatório realizado por mim durante a pesquisa. A intenção ali foi fazer algo que se aproximasse a uma *descrição densa*⁴⁸, a fim de que emergissem as mais variadas nuances verificadas ao longo do estudo de matizes etnográficos realizado durante o período de quase um ano no Bloco.

O segundo capítulo tem a proposta de ser uma reflexão acerca dos elementos levantados no primeiro capítulo, especificamente os mais voltados à resposta do problema. Neste capítulo, são comparadas as duas manifestações centrais no problema de pesquisa (dias 12 e 18 de junho de 2014), com ênfase na abordagem de quais foram os elementos que, segundo minha avaliação, tiveram maior influência para que esses dois atos tenham ocorrido das formas como ocorreram. Por fim, é

⁴⁷ CARVALHO, Salo de. **Como (Não) se Faz um Trabalho de Conclusão**: provocações úteis para orientadores e estudantes de direito (especialmente nas ciências criminais). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 31.

⁴⁸ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 3-21.

feita uma breve discussão acerca da possibilidade de compreensão do Bloco como um novo movimento social e de sua inserção na realidade sociopolítica brasileira contemporânea.

Este trabalho busca, em verdade, contribuir, dentro de suas limitações, para a compreensão de um fenômeno bem maior, pois entendo que pensar as formas pelas quais a violência se faz presente na relação entre o Bloco e a institucionalidade é pensar essa própria relação e buscar mecanismos para redução da violência.

1 PRIMEIRO CAPÍTULO – RELATO

O Bloco é um coletivo formado por diversas organizações e indivíduos autônomos que atuam em conjunto em defesa de demandas comuns relativas ao transporte público de Porto Alegre. O Bloco teve destaque nos veículos de mídia nos meses de março e abril de 2013, quando organizou manifestações de rua em oposição ao aumento das tarifas de ônibus em Porto Alegre,⁴⁹ que em 21 de março passara de R\$ 2,85 para R\$ 3,05.⁵⁰

A Imagem 5 retrata momento do protesto realizado no dia 28 de março, quando o ato ainda estava em frente à sede da Prefeitura Municipal.

Imagem 5



Fonte: OLIVEIRA, Samir. Revolta contra aumento da passagem gera grande protesto em poa. **Sul21**, Porto Alegre, 28 mar. 2013.

⁴⁹ Especificamente no ano de 2013, uma série de fatores foi indispensável para que tenha ocorrido uma mobilização envolvendo um número considerável de pessoas nos atos contrários ao aumento da passagem. Talvez o mais importante tenha sido o fato de que, naquele ano, a negociação do acordo coletivo entre empresas e empregados da área de transporte de passageiros tenha se alongado até março. Como os custos com pessoal integram a planilha de cálculo da tarifa, a atualização, que geralmente ocorre em Porto Alegre no mês de fevereiro, teve de ser feita em março, quando as atividades escolares, principalmente, já haviam sido retomadas.

⁵⁰ OLIVEIRA, Samir. Revolta contra aumento da passagem gera grande protesto em poa. **Sul21**, Porto Alegre, 28 mar. 2013.

No dia 04 de abril de 2013, por meio de decisão liminar em processo cautelar movido pela bancada do PSOL na Câmara Municipal – processo esse que tramita desde 2011, e no qual se solicita a suspensão dos reajustes das passagens de ônibus até que seja realizado processo licitatório para a concessão, o que nunca ocorreu em Porto Alegre –, foi cassado o aumento decretado no dia 21 de março, retornando a tarifa para o valor anterior de R\$ 2,85.⁵¹ A decisão foi publicada durante a realização de novo ato relativo ao aumento das passagens, o que de certa forma modificou o caráter desse evento, tendo sido afirmado por veículos de mídia que essa foi uma manifestação que teve tons mais *comemorativos* do que combativos.⁵²

O juiz que concedeu a decisão liminar reduzindo o valor da tarifa afirmou que as manifestações que vinham sendo realizadas em Porto Alegre tiveram influência em sua agilidade ao analisar o pedido: “Entendi que havia situação de urgência que demandava uma ação rápida. Sabia que ia ter a paralisação, e acho que seria uma forma de amenizar os efeitos”, argumentou.⁵³ O tema foi amplamente discutido, sendo inclusive tema para charges, como demonstra a Imagem 6.

Imagem 6



Fonte: Carlos Latuff (cedida pelo autor)

⁵¹ LIMINAR suspende aumento da passagem de ônibus em Porto Alegre. **G1**, 04 abr. 2013.

⁵² OLIVEIRA, Samir. Após liminar da Justiça, protesto contra aumento da passagem vira festa no meio da chuva. **Sul21**, Porto Alegre, 05 abr. 2013.

⁵³ DUARTE, Leticia. Clamor das ruas acelerou decisão de juiz sobre redução da tarifa na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 05 abr. 2013.

Após essa redução nas tarifas, continuaram sendo realizadas algumas manifestações, todas com número relativamente pequeno de pessoas⁵⁴, até junho de 2013.

No início de junho de 2013, atos contra o aumento das tarifas do sistema de transporte público na cidade de São Paulo foram fortemente reprimidos pela polícia militar. Isso, de certa forma, induziu o crescimento de diversas manifestações similares em outras capitais do Brasil. Em Porto Alegre, atos convocados pelo Bloco voltaram a contar com a participação de número considerável de pessoas a partir, principalmente, de ato realizado no dia 13 de junho, o qual era também em solidariedade aos manifestantes de São Paulo. Outros protestos foram realizados na cidade na segunda quinzena de junho e no início de julho, invariavelmente havendo confronto de uma ou outra intensidade entre manifestantes e policiais.

No processo de aumento no número de pessoas nos protestos, houve também certo *esvaziamento ideológico* das manifestações em todo o Brasil. Os atos em São Paulo iniciaram tendo como tema central o aumento na tarifa das passagens. Logo após a repressão policial às primeiras manifestações, o próprio direito de se manifestar passou a ter centralidade. No entanto, logo em seguida (já no dia 17 de junho isso estava claro), começaram a surgir pautas paralelas nas manifestações: saúde, educação, combate à corrupção... Ao mesmo tempo, passaram a ser muito frequentes em atos pessoas pintadas com as cores da bandeira ou portando símbolos nacionalistas. Isso levou a que em São Paulo, em 21 de junho, fosse divulgado que o Movimento Passe Livre – movimento paulistano *equivalente* ao Bloco – não mais convocaria manifestações, sob a alegação de que os protestos vinham

⁵⁴ O número de pessoas presentes em cada manifestação é sempre uma estimativa, e várias estimativas discrepantes entre si são feitas por diferentes veículos de mídia ou atores envolvidos. Alguns veículos de mídia trabalharam, em diversas oportunidades, com a estimativa da Brigada Militar acerca do número de pessoas presentes em manifestações; no entanto, essa estimativa nem sempre foi trazida a público pela instituição. Além disso, o número de pessoas participando geralmente também variava de forma considerável durante um mesmo ato: não era incomum que um ato iniciasse a caminhar com algumas centenas de pessoas e que um número considerável se juntasse durante o percurso, assim como também houve casos em que o número de pessoas diminuía durante o ato. Como exemplo ilustrativo de como essa questão é tratada pelos veículos de mídia, menciono diálogo entre dois jornalistas ouvidos por mim durante o ato do dia 12 de junho de 2014, no qual um deles, indagado sobre quantas pessoas relataria que havia no protesto, respondeu “Estou pensando em uns mil e duzentos”, ao que o interlocutor respondeu “Eu acho que tem umas duas mil pessoas, mas vou colocar que são mil e quinhentas”. Assim, opto por evitar a utilização de estimativas acerca do número de pessoas presentes em cada ato, preferindo utilizar avaliações subjetivas minhas, quando pertinente.

sendo tomados por demandas conservadoras⁵⁵ (essa posição foi revista no dia seguinte⁵⁶). Em Porto Alegre, o Bloco continuou organizando atos no período, mas outras manifestações, inclusive em datas e horários coincidentes aos dos protestos do Bloco, eram convocadas por páginas na rede social Facebook.

Em face dos acontecimentos de junho, no dia 24 a presidenta Dilma Rousseff anunciou cinco “pactos” nacionais, dos quais participaram governadores e prefeitos de todos os estados brasileiros. Os pactos previam medidas nas áreas de saúde, educação, transporte, responsabilidade fiscal e reforma política (nesta, incluindo o combate à corrupção). Na área de transporte foi anunciada a disponibilização de R\$ 50 bilhões para mobilidade urbana, desoneração tributária para óleo diesel (combustível utilizado pelos ônibus) e para a energia elétrica dos metrô e a criação do Conselho Nacional de Transporte Público.⁵⁷

Nesse contexto também foi enviado para a Câmara Municipal de Porto Alegre projeto de lei de iniciativa do Executivo Municipal que isentava as empresas de transporte por ônibus do pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN).⁵⁸ O projeto, que fora enviado ao Legislativo no dia 18 de junho, foi aprovado no dia 1º de julho (a votação se estendeu até os 40min do dia 02 de julho).⁵⁹ Essa isenção tributária acarretou a redução do valor da tarifa de ônibus em cinco centavos, passando para R\$ 2,80 a partir do dia 04 de julho, em face de decreto assinado pelo Prefeito Municipal no dia 03.⁶⁰

Durante a tramitação do projeto, foram apresentadas quinze emendas e uma subemenda (o texto de todas as emendas e o resultado de suas votações está disponível para consulta no endereço constante na nota de rodapé nº 58), das quais a maioria continha propostas no sentido de condicionar novos aumentos na tarifa à publicação da planilha utilizada para seu cálculo com antecedência de 30 dias e à

⁵⁵ FARAH, Tatiana. Movimento Passe Livre sai de protesto e não levanta bandeiras. **O Globo**, 21 jun. 2013.

⁵⁶ MOVIMENTO Passe Livre anuncia continuidade de manifestações. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2013.

⁵⁷ LOURENÇO, Luana. Dilma anuncia mais R\$ 50 bilhões para obras de mobilidade urbana. **Agência Brasil**, Brasília, 24 jun. 2013.

⁵⁸ Informações sobre o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/13 e sua tramitação na Câmara Municipal de Porto Alegre podem ser acessadas em <<http://projetos.camarapoa.rs.gov.br/processos/119272>>.

⁵⁹ BARCELLOS, Claudete; MAROCCO, Marco Aurélio; SCOMAZZON, Carlos. Câmara aprova isenção do ISS dos ônibus em Porto Alegre. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 02 jul. 2013.

⁶⁰ PREFEITO de Porto Alegre decreta redução da tarifa dos ônibus para R\$ 2,80. **Zero Hora**, Porto Alegre, 03 jul. 2013.

realização de audiências públicas sobre o tema ou a que o serviço de transporte coletivo por ônibus fosse concedido por meio de licitação⁶¹. À exceção de uma emenda que fazia correção de texto no projeto e de duas que foram retiradas por seus autores, todas foram rejeitadas, com votação contrária, em geral, por parte de vereadores da base de apoio do Executivo Municipal. O argumento utilizado para justificar a rejeição das emendas foi basicamente no sentido de que tais proposições seriam inadequadas sob o ponto de vista do processo legislativo, pois escapariam do escopo original do projeto, devendo, assim, as proposições ali contempladas ser objeto de projetos específicos.

A rejeição desse projeto serviu como pretexto⁶² para que, no dia 10 de julho de 2013 – um dia antes de uma paralização nacional convocada por centrais sindicais e movimentos sociais –, o Bloco promovesse a ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre, sob o argumento de que os vereadores não representam os reais interesses do povo de Porto Alegre. Foi a partir dessa ocupação que passei a me inserir no Bloco.

1.1 O BLOCO DE LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO

Durante a sessão da Câmara Municipal de Porto Alegre realizada no dia 10 de julho de 2013, eu estava trabalhando na operação do sistema de votação do Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, posicionado de frente para as galerias. Um grupo de aproximadamente cinquenta pessoas, em sua maioria esteticamente diferentes do público que geralmente assiste às sessões, foi chegando aos poucos ao longo da tarde e sentando aos pares ou trios nas galerias.

⁶¹ Desde 1989, o serviço de transporte coletivo por ônibus em Porto Alegre funciona por meio de “concessão precária”. Até 2014, nunca houvera a realização de qualquer procedimento licitatório para a concessão do serviço. Em 30 de janeiro de 2014, decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em recurso em ação civil pública promovida pelo Ministério Público determinou que a Prefeitura de Porto Alegre realizasse licitação para a concessão do serviço de transporte público por ônibus (PIRES, Estêvão. TJ determina licitação imediata no transporte público em Porto Alegre. **G1**, 30 jan. 2014). A decisão foi tomada em período no qual a realização de greve pelos trabalhadores rodoviários reduziu ou impediu totalmente a circulação de ônibus em Porto Alegre por 15 dias (APÓS paralização geral, ônibus voltam a circular em Porto Alegre. **G1**, 11 fev. 2014).

⁶² Após um bom tempo inserido no Bloco, fiquei sabendo de outro motivo que também influenciou a decisão de ocupar a Câmara Municipal de Porto Alegre: “Estávamos cansados de tomar bomba da polícia”.

Por volta das 17h30min, o vereador Dr. Thiago⁶³, então Presidente da Casa, presidindo a sessão, sugeriu que fosse realizada uma reunião após a sessão, solicitando que essas pessoas indicassem representantes para participar dessa conversa. A seguir, um dos manifestantes, com o uso de um megafone e auxílio dos demais, que repetiam cada frase sua, começou a falar e anunciou que o Bloco estava “ocupando a casa do povo, que não representa o povo”.

A seguir, a sessão foi retomada e, quando o vereador Cláudio Janta iniciou um pronunciamento, os manifestantes começaram a pular a mureta de separação da galeria e a ocupar os espaços do plenário. Após alguns momentos de tensão, com guardas municipais tendo inclusive sacado armas de choque (*tasers*), a sessão foi declarada encerrada e, salvo algumas exceções, os vereadores retiraram-se do plenário. A Imagem 7 retrata esse primeiro momento da ocupação.

Imagem 7



Fonte: HAUBRICH, Alexandre; ANDRADE, Bruna. Manifestantes ocupam Câmara de Vereadores de Porto Alegre “em caráter permanente”. **JornalismoB**, Porto Alegre, 11 jul. 2013.

⁶³ O vereador Thiago Duarte, médico, utiliza como nome parlamentar “Dr. Thiago”, designação que é empregada em todas as referências oficiais ao parlamentar, a qual é, por isso, utilizada nesta dissertação.

A Câmara estava ocupada.⁶⁴

1.1.1 A Ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre

Após a saída dos vereadores do plenário, os ocupantes começaram a espalhar faixas, cartazes e barracas pelo recinto. Em poucos minutos, a estética do local estava modificada, com o início da colagem de cartazes nas paredes, uma representação visual muito forte de que o espaço estava *diferente*, como demonstra a Imagem 8.

Imagem 8



Fonte: OLIVEIRA, Samir *et al.* Câmara de Vereadores de Porto Alegre é ocupada por manifestantes. **Sul21**, Porto Alegre, 10 jul. 2013.

Eu estava dentro do plenário, mas não estava falando com ninguém e, como não conhecia nenhum dos ocupantes, sentia certa desconfiança comigo, nos olhares que me eram dirigidos. Isso diminuiu um pouco após uma pessoa que me

⁶⁴ Relatos jornalísticos sobre o momento da ocupação: OLIVEIRA, Samir *et al.* Câmara de Vereadores de Porto Alegre é ocupada por manifestantes. **Sul21**, Porto Alegre, 10 jul. 2013. HAUBRICH, Alexandre; ANDRADE, Bruna. Manifestantes ocupam Câmara de Vereadores de Porto Alegre “em caráter permanente”. **JornalismoB**, Porto Alegre, 11 jul. 2013.

conhecia dizer a alguns deles que “não precisavam se preocupar, o Tiago é dos nossos”. Após, essa mesma pessoa me relatou que, em função da minha vestimenta, alguns dos ocupantes pensaram que eu fosse “infiltrado da RBS⁶⁵”.

Alguns minutos depois, o vereador Dr. Thiago retornou ao plenário, acompanhado de alguns outros vereadores, para conversar com os ocupantes. A primeira exigência destes foi a de que os vereadores sentassem-se no chão para conversar. Isso aceito, afirmaram que não haveria diálogo enquanto pessoas fossem impedidas de entrar no prédio, comprometeram-se a evitar depredações ao patrimônio durante o período em que a Câmara estivesse ocupada e solicitaram, ainda, a saída de jornalistas do Grupo RBS. Os vereadores saíram novamente do plenário e foram se reunir para tratar das reivindicações que lhes foram apresentadas, o que levou algum tempo. Somente após as 20h foi dada a ordem de que os portões fossem abertos.

Assim, mais algumas dezenas de manifestantes puderam se somar à ocupação, que chegou rapidamente a um número em torno de 150 pessoas. A partir daí, o Bloco assumiu o controle praticamente total do prédio⁶⁶, selecionando quem podia entrar (quando alguém chegava e não era conhecido por quem estava no portão de acesso, era solicitado que indicasse alguém que conhecesse que já estava na ocupação). Quando iniciou a primeira assembleia da ocupação, por volta das 21h, havia em torno de 250 pessoas no plenário, o qual já estava completamente modificado em sua estética (Imagem 9).

Eu já havia participado de alguns atos promovidos pelo Bloco, mas nunca de uma assembleia, portanto a maior parte do que acontecia ali era novidade para mim.

A assembleia iniciou-se pela definição de quem a coordenaria. Uma pessoa ficou responsável por organizar as inscrições para falas, uma por controlar o tempo, e algumas outras por anotar os encaminhamentos. A seguir, foi solicitado que quem estivesse ali a trabalho por veículo de imprensa se identificasse como tal,

⁶⁵ O Bloco sempre teve uma relação conflitiva com as grandes empresas de comunicação, sendo que jornalistas dos principais veículos não eram aceitos em diversos espaços do coletivo, como assembleias, reuniões de equipes de trabalho e “dentro” das manifestações – solicitava-se que se posicionassem antes do início ou após o fim do grupo de pessoas se manifestando. Havia no Bloco uma posição muito forte no sentido de rejeição principalmente à RBS, maior empresa de comunicação do Estado do Rio Grande do Sul, a qual era vista como promotora da criminalização de movimentos sociais e aliada a interesses políticos e econômicos adversários do Bloco.

⁶⁶ Durante toda a ocupação, guardas municipais permaneceram dentro do prédio. No entanto, não tive notícia de que qualquer deles tenha interferido em face de qualquer atitude de algum ocupante.

informando para que veículo ou empresa trabalhava (nesse momento, integrantes de grandes empresas de mídia eram vaiados, enquanto os de veículos de mídia alternativa eram aplaudidos)⁶⁷.

Imagem 9



Fonte: HAUBRICH, Alexandre; ANDRADE, Bruna. Manifestantes ocupam Câmara de Vereadores de Porto Alegre “em caráter permanente”. **JornalismoB**, Porto Alegre, 11 jul. 2013.

Na primeira parte da assembleia propriamente dita, ocorreu uma rodada de apresentação dos presentes, na qual todos disseram seus nomes, coletivos ou organizações a que pertenciam ou atividade que desenvolviam. A seguir, foram iniciadas as falas. Todos que quisessem falar poderiam fazê-lo pelo tempo de dois minutos (esse tempo foi objeto de consenso). Quando o tempo se esgotava, esta circunstância era comunicada pela pessoa encarregada de controlar a duração das falas; se a pessoa que estivesse falando se excedesse no tempo, nenhuma atitude era tomada por quem estava coordenando, ficando a cargo do orador e da assembleia como um todo o que fazer (em alguns casos, a assembleia começava a dar

⁶⁷ De forma geral, a distinção entre mídia corporativa e mídia alternativa, dentro do Bloco, se dava levando em conta o tamanho das empresas ou veículos de comunicação. Consideravam-se representantes da mídia corporativa grandes conglomerados jornalísticos, como a Rede Globo e o Grupo RBS; por outro lado, era atribuída a classificação de mídia alternativa a veículos menores, geralmente com posicionamento político de esquerda. Nesse último grupo, estavam também coletivos ou indivíduos midiavivistas (por exemplo, a Mídia NINJA).

sinais de que queria que a fala acabasse; em outros, a pessoa continuava falando sem interrupções). A grande maioria das falas referiu-se ao transporte público municipal, em específico ao passe livre para estudantes e desempregados e à abertura de contas das empresas que operam o serviço. Temas como desmilitarização das polícias, criminalização de movimentos sociais e democratização da mídia também foram frequentes.

A seguir, foi definido de forma unânime que a ocupação da Câmara seria em caráter permanente até que fossem atendidas as reivindicações. Além disso, após discussão a respeito, se decidiu que representantes de grandes empresas de mídia não teriam acesso à ocupação. Também se definiu que seria realizado um chamado para que, no dia seguinte, um ato em função de paralização nacional convocada por centrais sindicais e movimentos sociais se dirigisse à ocupação na Câmara para realização de assembleia popular, e que parte dos integrantes da ocupação estariam presentes neste ato. Em seguida, foram feitos alguns consensos em torno de normas de convivência – horário de silêncio dentro do plenário, onde seria permitido fumar, organização, limpeza e manutenção do espaço etc. Por fim, foi sugerido a todos que se inserissem em alguma comissão de trabalho (limpeza, segurança, alimentação/cozinha, agitação). A assembleia terminou pouco antes da meia-noite. Eu passei a integrar a “comissão jurídica”, formada por advogados, estudantes de direito e outras pessoas interessadas no tema.⁶⁸

Não permaneci na Câmara durante a primeira noite da ocupação. Fui embora por volta das 2h e retornei no dia seguinte, junto com a manifestação realizada em função da paralização geral no dia 11 de julho (por causa dessa paralização, havia sido suspenso o expediente do dia 11 na Câmara, anteriormente à sua ocupação). Após a chegada, por algum tempo os integrantes da manifestação – em sua maioria membros de sindicatos – conheceram o espaço da ocupação. Em seguida, foi realizada a assembleia popular, no pátio da Câmara. Durante a assembleia, houve várias falas de apoio à ocupação da Câmara Municipal e à atividade do Bloco como um todo na luta pela melhoria do transporte público em Porto Alegre. A assembleia popular terminou por volta das 18h, quando já anoitecia.

Ao regressar ao plenário, agora já em um cenário de *normalidade* (já haviam se passado mais de 24h desde que fora ocupado, e a permanência da ocupa-

⁶⁸ Até então, não havia uma equipe jurídica no Bloco. Após a ocupação, a equipe jurídica permaneceu existindo como equipe permanente do Bloco.

ção não era algo sob ameaça), pude observar com mais tranquilidade e profundidade o funcionamento da ocupação.

O que mais chamou minha atenção, em um primeiro momento, foi a organização do espaço e as ferramentas utilizadas para que isso fosse atingido. O plenário estava limpo, com alguns espaços destinados a atividades específicas: havia uma cozinha, na qual eram servidos diversos alimentos; havia uma bancada destinada especificamente ao trabalho de integrantes da mídia; os banheiros eram utilizados sem distinção de gênero; e os pertences individuais haviam sido, de certa forma, coletivizados.⁶⁹

As equipes tinham autonomia para definir questões relativas a suas atividades. Por exemplo, quem estava cuidando da alimentação cobrava das pessoas que comiam carne que deixassem as refeições sem carne prioritariamente aos veganos, que preservassem e limpassem após o uso os utensílios (pratos, talheres, copos) e que contribuíssem com valores para a aquisição de mais alimentos.

Esse funcionamento autônomo das equipes podia ser colocado em discussão nos espaços das assembleias, quando questionamentos podiam ser levantados por qualquer um. Foi o que ocorreu em relação à equipe de segurança, pois havia reclamações de que os instrumentos de comunicação social do Bloco, em especial sua página no Facebook, conclamavam as pessoas a se somarem à ocupação, mas, ali chegando, elas não conseguiam entrar por não conhecer ninguém que já estivesse participando. Essa discussão levou a que a comissão fosse renomeada de “comissão de segurança” para “comissão de boas-vindas”.⁷⁰

Na sexta-feira, dia 12 de julho, havia expediente normal na Câmara. Mesmo não tendo sido registrado qualquer transtorno envolvendo os servidores e os ocupantes, que permaneciam no plenário, no final da manhã foi informado por e-mail aos servidores que não haveria expediente durante a tarde.

Ainda no dia 12, por volta das 18h, foi entregue a resposta elaborada pelos vereadores em relação às reivindicações da ocupação. Essa resposta da Câmara, elaborada após reunião entre vereadores e comissão de interlocução que fora escolhida em assembleia da ocupação, pode ser dividida em três pontos:

⁶⁹ Havia diversos notebooks no plenário. Todos eram deixados ligados e desbloqueados, para uso de quem quisesse. Bicicletas eram deixadas sem qualquer trava ou dispositivo similar. Mochilas e barracas contendo diversos pertences pessoais ficavam grande parte do tempo sem qualquer supervisão de seus donos.

⁷⁰ Isso teve reflexos após a ocupação: a equipe de segurança do Bloco passou a ser chamada de “autodefesa”, embora sua atuação não tivesse qualquer modificação substancial em função disso.

a) *votação do passe livre integral para estudantes e desempregados* – “Analisando referida reivindicação foi verificado pelos parlamentares que a competência nesta matéria é do Poder Executivo face o disposto na Lei Orgânica Municipal. Compreendendo os vereadores a sua responsabilidade com a relevância do tema, se comprometem, a convocar os membros dos Poderes Legislativos Municipal, Estadual e Federal, e dos Poderes Executivos Municipal, Estadual e Federal, Movimentos Sociais e demais membros da Sociedade Civil Organizada, denominado provisoriamente de “Grupo de Trabalho Passe Livre”, a ser instalado no dia 15 de julho de 2013, no âmbito da Câmara Municipal de Porto Alegre.”

b) *abertura de contas* – “Elaboração de um projeto conjunto entre todos os vereadores, tendo em vista que diversos projetos já tramitam nesta casa com matéria semelhante, bem como em outras esferas da União e Estado. A ser votado até 15 de agosto em razão dos prazos regimentais. A Mesa Diretora solicitará ao TCE/RS os documentos que estão em sua posse referentes ao transporte público municipal. No que tange a audiência pública os vereadores acatam referida demanda. No que tange a quebra do sigilo bancário, a lei somente permite essa providência mediante via judicial. Comprometendo-se a Câmara Municipal de Porto Alegre em enviar referida solicitação ao Ministério Público.”

c) *compromisso com o transporte 100% público* – “Referida matéria é prerrogativa dos Poderes Executivo Municipal, Estadual e Federal, devendo o Executivo Municipal enviar projeto para a apreciação da Casa do Povo, levando em consideração as conclusões do ‘Grupo de Trabalho Passe Livre’. No entanto esta Câmara entende que se encontra sobre sua prerrogativa definir e decidir sobre um modelo de gestão pública para o transporte urbano municipal. No que tange a de vetos pelo Poder Executivo aos projetos elaborados no âmbito dessa negociação a Câmara Municipal se resguarda o direito de promover a manutenção de sua decisão.”

Ainda, a resposta colocava a seguinte condicionante: “Para o processamento do referido acordo é necessário que esta Câmara Municipal seja desocupada no dia de hoje para reinstalar seu pleno funcionamento legislativo.”⁷¹

A noite de sexta para sábado foi a primeira que dormi na ocupação.

⁷¹ FERENCI, Gustavo. Vereadores entregam resposta às reivindicações dos manifestantes. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 12 jul. 2013.

No sábado (dia 13) pela manhã, decidiu-se em assembleia destinada a analisar a resposta dos vereadores que se aceitariam todas as propostas nela contidas, exceto a de desocupação imediata do plenário. Isso porque já estava marcada a realização de um seminário sobre transporte público – durante o qual havia a proposta de redação de dois projetos de lei relativos ao passe livre e à abertura de contas – que duraria até o fim da tarde de domingo. Assim, a contraproposta do Bloco envolvia a desocupação da área do plenário restrita a vereadores e servidores na manhã da segunda-feira, dia 15, quando os presentes passariam a ocupar as galerias da Casa em vigília pela votação do que fora acordado. Em face dessa resposta, o vereador Dr. Thiago anunciou que protocolaria na justiça pedido de reintegração de posse.⁷²

Em face desse pedido, que efetivamente foi protocolado no plantão judiciário durante a tarde do dia 13, decidimos realizar duas ações: primeiro, a redação de uma carta aberta sobre o fato; segundo, a realização de uma coletiva de imprensa na qual seria aceita a participação de qualquer veículo de mídia, a qual foi marcada para a noite do próprio sábado. Na carta aberta, o rompimento das negociações era atribuído a ato unilateral e incompetente do vereador Dr. Thiago, Presidente da Câmara. Também, eram solicitadas garantias do Governo do Estado e da Secretaria Estadual de Segurança Pública no sentido de que não houvesse intervenção da Brigada Militar em eventual reintegração de posse, pois a ocupação se mostrava até o momento pacífica e zelando pelo patrimônio da Câmara.⁷³

Logo após a redação da carta, antes da realização da coletiva, chegou a notícia de que a liminar fora concedida no processo de reintegração de posse; contudo, a decisão dispunha que a reintegração deveria ser realizada apenas a partir da segunda-feira pela manhã, o que foi encarado como uma vitória, pois a ressalva da decisão contemplava o que havia sido proposto pela ocupação em resposta aos vereadores. Além disso, seria possível se realizar o seminário acerca do transporte público proposto para o fim de semana.⁷⁴

A coletiva de imprensa foi realizada com o plenário e as galerias lotados, logo após o anúncio de que a reintegração de posse não ocorreria antes da segun-

⁷² HAUBRICH, Alexandre. Presidência da Câmara de Vereadores protocola pedido de reintegração de posse. **JornalismoB**, Porto Alegre, 13 jul. 2013.

⁷³ BLOCO de Luta divulga carta aberta sobre pedido de reintegração de posse da Câmara de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 13 jul. 2013.

⁷⁴ BECK, Matheus. Bloco de Luta comemora decisão da Justiça: “Ganhamos!”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jul. 2013.

da-feira (Imagem 10). Na coletiva de imprensa, foi oportunizada uma pergunta a cada veículo de comunicação presente. Basicamente foram repisadas as posições do Bloco em relação às negociações com os vereadores, sobre a atitude do coletivo de apoio à mídia alternativa como “uma forma de resistência ao monopólio e uma forma de fazermos a nossa democratização” e reafirmando as reivindicações de passe livre, de transparência nas contas das empresas e de um transporte coletivo 100% público.⁷⁵

Imagem 10



Fonte: HAUBRICH, Alexandre; ANDRADE, Bruna. Em coletiva de imprensa, Bloco de Luta reafirma pautas e reforça ocupação da Câmara de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 13 jul. 2013.

Durante o domingo, 14 de julho, foi dada continuidade ao seminário que era realizado pelo Bloco acerca do transporte público, no qual foram redigidos conjuntamente dois projetos de lei pelos integrantes da ocupação, um instituindo o passe livre para estudantes, desempregados, quilombolas e indígenas e outro relativo à publicização das planilhas de custo das tarifas do transporte público em Porto Alegre.

⁷⁵ HAUBRICH, Alexandre; ANDRADE, Bruna. Em coletiva de imprensa, Bloco de Luta reafirma pautas e reforça ocupação da Câmara de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 13 jul. 2013.

No fim da tarde do domingo, foi realizada nova assembleia, na qual definimos que, na segunda-feira, entre as 6h e as 8h, seria desocupada a parte do plenário destinada às atividades parlamentares, quando os integrantes da ocupação passariam a ocupar as galerias e o entorno do plenário, aguardando pela realização de sessão à tarde para dar encaminhamento aos projetos redigidos.⁷⁶ À noite de domingo, por volta das 22h30min, recebemos a notícia de que o vereador Dr. Thiago, alegando “falta de segurança à integridade física dos vereadores e servidores” anunciara a suspensão do expediente da Câmara na segunda-feira.⁷⁷ Como isso foi novamente entendido por nós como uma quebra da interlocução por parte da direção da Câmara, o Bloco resolveu permanecer ocupando o plenário durante o dia seguinte, até porque a intenção era entregar diretamente ao presidente da Câmara os dois projetos redigidos durante o seminário.

Na segunda-feira, dia 15 de julho, pela manhã, dois oficiais de justiça compareceram à Câmara para notificar os ocupantes acerca da reintegração de posse. Eles foram recebidos e acompanhados por uma comissão formada para tanto, que lhes mostrou a organização e conservação do local, bem como a quantidade de pessoas presentes. Os oficiais foram embora dizendo que relatariam nos autos do processo de reintegração de posse o que viram, e que a decisão acerca do uso de força policial para desocupar o prédio caberia à juíza responsável pela ação de reintegração de posse⁷⁸.

No fim da tarde, foi suspenso o cumprimento imediato da medida liminar e foi designada audiência de conciliação para o dia 17, quarta-feira, às 15h. A juíza Cristia Luisa Marquesan da Silva utilizou como argumentos para tal decisão os fatos de que havia várias pessoas na ocupação, de que não havia indícios de depredação do patrimônio pelos manifestantes e de que “a medida drástica de retirada forçada desses cidadãos não é o melhor caminho, neste momento”. Essa decisão foi encarada por nós como uma grande vitória: não tínhamos conhecimento de caso anterior no Brasil em que uma reintegração de posse em prédio público ocupado tivesse sido

⁷⁶ HAUBRICH, Alexandre. Bloco de Luta define horário de desocupação da Câmara de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 14 jul. 2013.

⁷⁷ CÂMARA não terá expediente nesta segunda-feira. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 15 jul. 2013.

⁷⁸ A decisão liminar, por ter ocorrido durante o fim de semana, havia sido proferida por um juiz plantonista, que geralmente não é o mesmo que será responsável por julgar um caso. A partir da segunda-feira, o processo foi distribuído a uma juíza, esta sim responsável pelo julgamento.

negada.⁷⁹ Além disso, a designação de audiência de conciliação também foi vista como uma conquista, pois forçaria uma retomada da negociação entre a direção da Câmara Municipal e o Bloco, o que é representado na charge da Imagem 11.

Imagem 11



Fonte: Carlos Latuff (cedida pelo autor)

Durante a terça e a quarta-feira, dias 16 e 17, a ocupação prosseguiu com a realização de atividades políticas e culturais. Na manhã do dia 17, reunimos a comissão jurídica, a comissão de organização e os integrantes do Bloco que foram designados para participar da audiência de conciliação, a fim de definir estratégias. Foi também realizada, na tarde do dia 17, uma aula pública que se desenvolveu na Avenida Loureiro da Silva, em frente à Câmara Municipal (o trânsito na avenida foi interrompido, primeiramente pelos manifestantes, que, dialogando, convenciam os condutores a darem meia-volta com seus veículos e buscarem trajetos alternativos; após algum tempo, agentes de fiscalização de trânsito interromperam o acesso de veículos ao local).⁸⁰

⁷⁹ FOGLIATTO, Débora. Reintegração de posse é suspensa temporariamente e manifestantes permanecem na Câmara. **Sul21**, Porto Alegre, 15 jul. 2013.

⁸⁰ PRESTES, Felipe. Ocupação da Câmara completa uma semana em tarde amena. **Sul21**, Porto Alegre, 17 jul. 2013.

Ao mesmo tempo, era realizada a audiência de conciliação no Foro Central de Porto Alegre. A audiência, que iniciou com uma hora de atraso, por volta das 16h, e se estendeu até após as 20h, acabou por definir como se daria o fim da ocupação. Ficou definido que metade dos manifestantes deixariam o prédio ainda na quarta-feira, até as 23h, e que o restante desocuparia a Câmara no dia seguinte pela manhã, quando protocolaria os dois projetos de lei redigidos durante a ocupação – o da abertura de contas tramitaria no Legislativo, e o de passe livre seria encaminhado pela Casa ao Executivo Municipal.⁸¹

Na noite da quarta-feira, houve um clima misturado de festa com apreensão. Várias pessoas que não haviam participado ativamente da ocupação somaram-se, a fim de comemorar o resultado da ocupação, que fora avaliada, de forma geral, como vitoriosa. Isso levou a que diversas medidas fossem tomadas a fim de se evitar que houvesse danos ao patrimônio da Câmara, dentre as quais destacou-se a estipulação de que somente duas partes do prédio seriam acessadas: o saguão de entrada e o plenário. Também optamos por limitar a circulação externa ao caminho entre o portão de acesso e a rampa de acesso ao saguão.

Na manhã do dia seguinte, o prédio foi finalmente desocupado. Por volta das 9h, os dois projetos redigidos durante a ocupação foram protocolados. Após isso, foi realizada vistoria do prédio, da qual participaram um oficial de justiça e representantes da Câmara e do Bloco, a fim de averiguar danos causados ao patrimônio do Legislativo Municipal.⁸² Ali terminava a ocupação da Câmara.

1.1.2 O Bloco da Ocupação da Câmara à Copa do Mundo⁸³

Após o fim da ocupação da Câmara Municipal, a atividade do Bloco, por um tempo, limitou-se a basicamente promover alguns atos relativos ao transporte

⁸¹ MÜLLER, Iuri; RIBEIRO, Bernardo Jardim. Audiência conciliatória pode ter definido o desfecho da ocupação da Câmara. **Sul21**, Porto Alegre, 17 jul. 2013. Durante a reunião que fizemos para planejar a estratégia durante a audiência, chegou a ser aventada a possibilidade de eu participar da mesma, em função de meu conhecimento do Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre e do simbolismo de um servidor da Casa participar da audiência como ocupante.

⁸² PRESTES, Felipe. Bloco e presidente da Câmara concordam que não houve vandalismo durante ocupação. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jul. 2013.

⁸³ Nesta subseção, levando em conta o extenso período a que se refere – quase um ano – a proposta de descrição densa é abandonada, focando o relato aqui naqueles acontecimentos que julgo mais pertinentes para a compreensão do funcionamento do Bloco e para a discussão acerca da relação do coletivo com a violência. A partir da seção seguinte, a metodologia anterior de exposição é retomada.

público, nos quais eram cobrados principalmente os encaminhamentos dos dois projetos redigidos pelo coletivo durante o período em que esteve na Câmara. Logo após a ocupação da Câmara, as manifestações ainda contaram com um número razoável de pessoas participando (no primeiro protesto, realizado poucos dias após, em noite fria, algumas centenas de manifestantes estavam presentes ao ato que começou e terminou em frente à Prefeitura depois de caminhar por ruas do centro da cidade⁸⁴ – Imagem 12). Entretanto, o número de pessoas nos protestos foi progressivamente diminuindo até o fim do ano de 2013.

Imagem 12



Fonte: ANDRADE, Bruna. Em primeiro ato após a ocupação, Bloco de Luta reúne 600 manifestantes na Prefeitura de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 22 jul. 2013

No dia 13 de setembro, foi apresentado na Câmara Municipal requerimento de instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a “apurar fato determinado relativo à invasão da Câmara de Vereadores de Porto Alegre ocorrido no dia 10 de julho de 2013 e seus desdobramentos”.⁸⁵

⁸⁴ ANDRADE, Bruna. Em primeiro ato após a ocupação, Bloco de Luta reúne 600 manifestantes na Prefeitura de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 22 jul. 2013.

⁸⁵ Segundo o Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre (artigos 66 a 71), a CPI se destina “à apuração de fatos determinados ou denúncias”, com poderes investigatórios de autoridades judiciais, podendo, dentre outras atividades, tomar depoimentos, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso. A chamada “CPI da Invasão”, no entanto, mesmo não tendo ouvido nenhum dos manifestantes envolvidos na ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre, aprovou relatório no

Em 17 de setembro, em assembleia, o Bloco decidiu expulsar o Partido dos Trabalhadores (PT). Essa decisão foi tomada após uma assembleia destinada quase exclusivamente a essa discussão. A discussão acerca da expulsão foi levantada a partir da veiculação, em campanha institucional do PT de promoção da filiação à legenda, de imagens ligando o Bloco ao partido, o que foi considerado a “gota d’água” de um processo. A expulsão se justificou principalmente, segundo nota divulgada pelo Bloco, por tentativas de desviar do Governo do Estado, exercido pelo PT, o foco dos ataques políticos do Bloco, e pela “agressão direta a professores, ataque genocida às comunidades quilombolas e originárias (indígenas) e suas escolas pelo agronegócio e os setores patrimoniais do RS”.⁸⁶

Cabe aqui salientar que, com essa decisão, houve uma modificação naquilo que, se pode dizer, era a principal linha de distinção interna no Bloco. Até então, essa linha divisória se localizava especialmente entre os militantes ligados ao PT e o resto dos integrantes do Bloco, pois àqueles integrantes ligados ao Partido dos Trabalhadores eram frequentemente atribuídas tentativas de “proteger” os Governos estadual e federal, exercidos pelo PT, das críticas feitas pelo coletivo. Isso era reforçado inclusive pelos integrantes do Bloco ligados a outros partidos políticos (PSOL, PSTU e PCB), pois nenhum desses partidos integrava qualquer nível de Governo diretamente atinente à realidade de Porto Alegre – os Governos federal, estadual e municipal.

A partir da expulsão dos membros do Bloco ligados ao PT, a principal divisão interna no Bloco passa a ser entre, de um lado, os integrantes vinculados aos partidos políticos e, de outro, os autônomos ou vinculados a organizações independentes.⁸⁷

Na manhã do dia 1º de outubro, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em pelo menos quatro locais: a residência de um militante do PSOL, a residência de um militante do PSTU, um centro cultural e um apartamento em um assentamento urbano, sob a alegação de esses locais serviriam “para que os autores dos atos se reunissem antes das manifestações”. Nessa operação, foram apre-

qual eram atribuídos dezessete atos criminosos à ocupação, sem entretanto atribuir autoria individual a qualquer desses delitos. (HAUBRICH, Alexandre. CPI da “Invasão” da Câmara termina como começou: absurda. **JornalismoB**, Porto Alegre, 21 mar. 2014).

⁸⁶ EM PORTO Alegre, Bloco de Lutas expulsa setores ligados ao PT. **JornalismoB**, Porto Alegre, 18 set. 2013.

⁸⁷ Essa nova divisão foi se tornando cada vez mais cristalina conforme se aproximava o processo eleitoral de 2014, como se verá ao longo do texto.

endidos computadores, cadernos, panfletos políticos e cartazes. Essa oportunidade, ocorrida logo após a expulsão do PT, foi um dos primeiros fortes indicativos da nova divisão interna do Bloco. Logo após a operação policial, frente às críticas que circularam principalmente nas redes sociais à operação policial, o governador do estado, Tarso Genro, afirmou que pretendia se reunir com presidentes do PSOL e do PSTU para tratar do ocorrido, afirmando que o Governo estadual não compactuava “[...] com qualquer tipo de perseguição política ou mesmo de resposta política a agressões que o governo tenha sofrido a partir de determinados atos criminosos, que, na nossa opinião, não são realizados por militantes políticos”.⁸⁸ Por outro lado, os próprios integrantes de partidos que foram alvo da ação policial adotaram uma posição de “afastamento” do Bloco, como foi o caso do integrante ligado ao PSOL, que concedeu entrevista coletiva no dia seguinte, acompanhado de lideranças do seu partido – o que contraria uma prática mais ou menos estabelecida no Bloco, que é a de construção coletiva de respostas unificadas a “ataques” sofridos pelo coletivo.⁸⁹

Em janeiro de 2014, o Bloco voltou a organizar manifestações. No dia 23, em uma quinta-feira, foi realizado o primeiro protesto do ano, repetindo o que fora feito em 2013: iniciar as manifestações contra o aumento da tarifa do transporte por ônibus antes mesmo que o pedido fosse encaminhado à Prefeitura Municipal. Nesse dia, o protesto contou com participação de grande número de pessoas, com violência a alguns objetos ao longo do trajeto percorrido, como o ateamento de fogo em um contêiner de lixo e o apedrejamento da fachada de um banco. Também foi um dos primeiros protestos em que a contrariedade à realização da Copa do Mundo no Brasil passou a assumir mais centralidade nas pautas defendidas (Imagem 13). Essa manifestação também foi uma em que ficou muito latente a característica de volatilidade do número de participantes em um mesmo ato: posteriormente, chegamos a comentar que as pessoas “brotaram do nada” após seu início. A Brigada Militar limitou sua ação a acompanhar o protesto por trás e, após a dispersão, a realizar diversas abordagens com revista de pessoas que estavam na manifestação – esta última prática foi muito corriqueira durante o ano de 2014, período no qual, por diversas vezes, a polícia simplesmente não realizou qualquer intervenção em diversas mani-

⁸⁸ MÜLLER, Iuri. Polícia Civil faz buscas para investigar militantes do Bloco de Lutas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 01 out. 2013.

⁸⁹ PSOL quer arquivamento de ação contra membro. **Band.com.br**, Porto Alegre, 02 out. 2013.

festações, mas, após o encerramento dos protestos, promovia revistas com eventuais detenções.⁹⁰

Imagem 13



Fonte: OLIVEIRA, Samir. Protesto contra aumento da passagem e Copa reúne milhares de pessoas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 24 jan. 2014.

Poucos dias depois, foi deflagrada, no dia 27 de janeiro, uma greve dos trabalhadores rodoviários em Porto Alegre. No dia 28, lançamos nota pública do Bloco em apoio ao movimento grevista,⁹¹ e no dia 31 de janeiro foi realizada nova manifestação relativa ao transporte público, na qual também se externou apoio à greve dos rodoviários. Esse apoio foi manifestado principalmente pelo fato de que a caminhada da manifestação dirigiu-se ao Ginásio Municipal Osmar Fortes Barcellos (Tessourinha), onde se realizava assembleia da categoria dos rodoviários – inclusive, o trajeto foi percorrido rapidamente, a fim de chegar ao local antes de terminada a assembleia dos rodoviários. Chegamos ali concomitantemente com o fim da assem-

⁹⁰ OLIVEIRA, Samir. Protesto contra aumento da passagem e Copa reúne milhares de pessoas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 24 jan. 2014.

⁹¹ Embora a discussão acerca do funcionamento do movimento sindical dos rodoviários de Porto Alegre fuja aos limites deste trabalho, cabe salientar que a greve foi promovida e mantida em diversas oportunidades *contrariamente* ao que defendia a direção do sindicato da categoria dos trabalhadores rodoviários. Em face de reiteradas denúncias de que a direção do sindicato seria “pelega”, ou seja, comprometida com interesses patronais, e do fato de que a greve foi conduzida de forma “independente” pela base da categoria, o apoio do Bloco à greve foi significativo, inclusive com vários integrantes do Bloco participando de piquetes nas portas de garagens durante o período.

bleia, o que levou a que se realizasse uma espécie de assembleia popular que durou quase uma hora, na qual integrantes do Bloco e rodoviários fizeram várias falas. Dali, a manifestação dirigiu-se à sede do jornal Zero Hora, localizado a algumas centenas de metros de distância, onde objetos foram arremessados por alguns manifestantes nas janelas do edifício (Imagem 14). Após aproximadamente dez minutos, com a chegada da Brigada Militar (que não entrou em confronto com as pessoas), a manifestação prosseguiu, rumando para o Largo Zumbi dos Palmares, onde foi realizada a dispersão. Mais uma vez, a polícia abordou e revistou diversas pessoas após a dispersão, sendo que algumas foram detidas.⁹²

Imagem 14



Fonte: OLIVEIRA, Samir. Protesto em apoio à greve dos rodoviários termina com detenções em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 01 fev. 2014.

Durante a greve dos rodoviários, foi determinado, no dia 30 de janeiro, por meio de decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em ação civil pública promovida pelo Ministério Público contra o Município de Porto Alegre, que fosse realizado imediatamente procedimento licitatório para a concessão do

⁹² HAUBRICH, Alexandre. Em Porto Alegre, segundo ato do Bloco de Lutas em 2014 apresenta aliados e adversários. **JornalismoB**, Porto Alegre, 01 fev. 2014. OLIVEIRA, Samir. Protesto em apoio à greve dos rodoviários termina com detenções em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 01 fev. 2014.

serviço de transporte público por ônibus na cidade, o que nunca ocorrera, pois desde 1989 as empresas que atuam no setor o fazem por meio de “concessões precárias”⁹³. A decisão determinava que o edital da licitação fosse publicado em no máximo 30 dias após a intimação da Prefeitura Municipal e que o processo fosse concluído em até 120 dias.⁹⁴

Em face dessa decisão e do determinado na Lei nº 8.666⁹⁵, a Prefeitura Municipal convocou audiência pública sobre a licitação, a qual seria realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre, no dia 27 de fevereiro de 2014. No dia da audiência, foi divulgado pelo presidente da Câmara que o acesso seria permitido somente até que fosse atingida a lotação do plenário da Câmara Municipal – em torno de 200 pessoas –, por meio de inscrição prévia e distribuição de fichas aos inscritos.⁹⁶ Também, havia a previsão de que o edital fosse publicado no dia 5 de março, ou seja, apenas seis dias depois, com o período do carnaval entre as duas datas reduzindo ainda mais o tempo hábil para introduzir eventuais modificações na proposta.⁹⁷

Tendo em vista a leitura predominante dentro do Bloco, de que tal audiência não era legítima, pois, por seu caráter meramente consultivo (não deliberativo), não permitia uma participação efetiva da sociedade na discussão do transporte, decidimos em assembleia que a postura adotada seria de denunciá-la como um espaço não democrático, cobrando que fosse realizada uma discussão acerca do tema na qual as pessoas tivessem possibilidades reais de influenciar nas decisões. A fim

⁹³ A concessão da exploração do serviço de transporte coletivo por ônibus em Porto Alegre é considerada precária por ter sido realizada antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, sem a realização de procedimento licitatório. Como a Constituição Federal de 1988 estipula a obrigatoriedade de realização de licitação para concessão de serviços públicos à iniciativa privada, o que foi fortalecido pelo advento da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, esse serviço é executado por empresas privadas em Porto Alegre de forma ilegal e inconstitucional há mais de vinte anos.

⁹⁴ PIRES, Estêvão. TJ determina licitação imediata no transporte público em Porto Alegre. **G1**, 30 jan. 2014.

⁹⁵ O art. 39 da Lei nº 8.666 determina: “Sempre que o valor estimado para uma licitação ou para um conjunto de licitações simultâneas ou sucessivas for superior a 100 (cem) vezes o limite previsto no art. 23, inciso I, alínea “c” desta Lei [R\$ 1.500.000,00], o processo licitatório será iniciado, obrigatoriamente, com uma audiência pública concedida pela autoridade responsável com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data prevista para a publicação do edital, e divulgada, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis de sua realização, pelos mesmos meios previstos para a publicidade da licitação, à qual terão acesso e direito a todas as informações pertinentes e a se manifestar todos os interessados.”

⁹⁶ Além disso, por trabalhar na Câmara Municipal, recebi um dia antes da audiência a notícia de que se repetiria uma prática adotada algumas vezes na votação de projetos polêmicos, que consistia em dividir as galerias, meio a meio, entre as pessoas “contra” e as “favoráveis” à proposta. Não adentrando a discussão acerca de o que pode ser considerado ser contra ou a favor em uma audiência pública destinada a, teoricamente, angariar sugestões para uma licitação, cabe salientar aqui que tal prática consiste em forjar uma pretensa igualdade numérica entre posições distintas.

⁹⁷ OLIVEIRA, Samir. Câmara de Porto Alegre realiza nesta quinta audiência sobre licitação do transporte público. **Sul21**, Porto Alegre, 27 fev. 2014.

de atingir tal objetivo, a estratégia adotada foi a de dividir as ações do Bloco em duas frentes: alguns integrantes estariam na Câmara desde cedo, para estarem presentes no espaço em que se realizaria a audiência; o restante reunir-se-ia em manifestação que iria da Prefeitura Municipal – local escolhido para a concentração – até a Câmara Municipal, *já com a perspectiva de que não poderia ingressar no prédio*. A ideia era, ao mesmo tempo, mostrar que uma quantidade considerável de pessoas não teria acesso à audiência e que aquelas que participassem da audiência o fariam como meros espectadores, não lhes sendo oportunizado influenciar de forma efetiva em qualquer decisão acerca da licitação.

Ainda antes da hora marcada para a realização da audiência, várias confusões ocorreram: já às 18h, quando chegamos ao local – em função da chuva, a concentração da manifestação foi mudada para a frente da Câmara Municipal –, os portões estavam fechados, e recebíamos notícias daqueles que estavam dentro de que havia espaços vazios. Iniciou-se uma pressão para que os portões fossem abertos. Da mesma forma, quem estava dentro da Câmara cobrava que fosse autorizado o ingresso daqueles que estavam fora. Havia, do lado de fora dos portões, além de militantes do Bloco, moradores de regiões da cidade distantes do centro, como os bairros Lomba do Pinheiro e Restinga, membros da imprensa, integrantes do Conselho Municipal de Transporte Urbano (COMTU) e autoridades municipais, todos impedidos de acessar o prédio. Após mais de uma hora de tensão, com vários focos de iminência de confronto entre integrantes do Bloco que estavam do lado de fora do portão e membros da Guarda Municipal que estavam do lado de dentro (a Imagem 15 mostra um integrante do Bloco no lado de fora do portão, sob a mira de uma arma de choque – *taser* – direcionada à região de seu olho por um guarda municipal que estava do lado de dentro do portão de acesso ao pátio da Câmara Municipal de Porto Alegre), foi anunciado que a audiência seria cancelada e reagendada para o dia 10 de março, no Ginásio Osmar Fortes Barcellos (já havia decisão no processo judicial modificando para o fim de março o prazo para publicação do edital). Ainda houve tensão na hora da saída das pessoas que estavam dentro da Câmara, pois, com os portões fechados, não conseguiam deixar o prédio, tendo havido inclusive relatos de agressões físicas sofridas por pessoas estavam tentando sair da Câmara.⁹⁸

⁹⁸ OLIVEIRA, Samir. Com proibição de acesso, audiência pública sobre licitação do transporte em Porto Alegre é adiada. **Sul21**, Porto Alegre, 28 fev. 2014.

Imagem 15



Fonte: OLIVEIRA, Samir. Com proibição de acesso, audiência pública sobre licitação do transporte em Porto Alegre é adiada. **Sul21**, Porto Alegre, 28 fev. 2014. (modificada)

Alguns dias antes da nova audiência pública fora divulgado pela Prefeitura que a audiência se dividiria da seguinte maneira: apresentação das informações gerais sobre o edital de licitação e, posteriormente, manifestações e questionamentos pelo público, com três minutos de fala por inscrito, após inscrição prévia realizada no local (após a audiência, algumas pessoas me relataram que, para efetuar as inscrições, estava sendo exigido que a pessoa indicasse que entidade representava, exigência essa não divulgada em qualquer lugar antes do evento). Também foram divulgadas as “principais orientações” acerca do evento.⁹⁹

⁹⁹ “- o ingresso com faixas, banners, bandeiras, cartazes e assemelhados somente será permitido sem qualquer tipo de haste ou mastro (madeira, ferro, pvc e outros similares);
 - o ingresso se dará após identificação na bilheteria, com imediato acesso às dependências internas;
 - bebidas somente serão permitidas em copos descartáveis;
 - bolsas e mochilas também serão inspecionadas;
 - não será permitido o acesso com qualquer tipo de instrumento musical e/ou acessório;
 - a Guarda Municipal não ficará responsável por qualquer tipo de objeto cujo acesso não seja permitido e, nesse caso, a pessoa não será autorizada a entrar.” (AUDIÊNCIA Pública encaminha licitação de ônibus nesta segunda. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 10 mar. 2014. [Embora essa notícia esteja datada no site da Prefeitura de Porto Alegre como sendo do dia 10 de março, ela estava disponível no mesmo link pelo menos desde o dia 06 de março, como se pode verificar em postagem feita na página do evento do Bloco no Facebook relativo à audiência pública, disponível em <https://www.facebook.com/events/496230640487465/permalink/498720293571833/>, acesso em 06 dez. 2014.])

Pouco antes do dia 10 de março, em assembleia destinada a decidir qual seria a estratégia do Bloco em relação à nova audiência, decidiu-se por *inviabilizá-la*. Isso porque a leitura esmagadoramente majoritária feita pelo Bloco era a de que a licitação era um “jogo de cartas marcadas”, ou seja, era destinada a meramente legalizar a concessão do transporte público por ônibus em Porto Alegre, de que as mesmas empresas que já exploram o serviço venceriam a concorrência e, principalmente, de que a audiência serviria tão somente para a Prefeitura *apresentar* as linhas gerais do edital a ser lançado, sem que fosse oportunizada qualquer participação mais efetiva em sua construção. Apesar de essa ter sido a assembleia em que mais se falou e pensou abertamente em ações violentas a serem conduzidas em unidade pelo Bloco a fim de perseguir esse objetivo de inviabilizar a audiência, ao seu final não se atingiu um consenso sobre isso, o que implicava que, como geralmente ocorria no coletivo, cada integrante do Bloco teria autonomia para agir.

Quando foi anunciado o início da audiência pública, integrantes do Bloco presentes no Ginásio Osmar Fortes Barcellos começaram a gritar, a vaiar e a apitar, o que dificultava que se ouvisse o servidor da Prefeitura Municipal que informava as regras. Após, começaram a puxar uma tela que separava a quadra das arquibancadas e, ato contínuo, invadiram a quadra (Imagem 16), o que levou a que integrantes da Guarda Municipal entrassem em ação, formando um cordão de isolamento e forçando os manifestantes a regressarem para a arquibancada. Após isso, começaram a ser arremessados na quadra papeis picotados, garrafas plásticas e bombinhas, enquanto a prefeitura chamava para falar as pessoas que haviam se inscrito. Ao mesmo tempo, foram fechadas as portas de acesso, o que fez com que as pessoas que ainda estavam fora entrassem em confronto com integrantes da Guarda Municipal e policiais militares. Do lado de dentro, houve nova tentativa de pular a grade, ao que foi reforçada a presença de guardas municipais na divisória (Imagem 17). Logo em seguida, foi anunciado o cancelamento da audiência. Nesse momento, houve novo confronto entre manifestantes e guardas municipais, com utilização de *tasers* pelos agentes do Município e arremesso de objetos por parte dos manifestantes. Após mais alguns momentos de confronto, as pessoas foram retiradas do Ginásio. Em entrevista logo após a audiência, o vice-prefeito municipal afirmou que não seria convocada outra audiência, pois não haveria tempo hábil para isso, em função do prazo para publicação do edital. Isso foi confirmado em notícia publicada no site da Prefeitura, considerando válida a audiência que durou menos de 30 minutos. Se-

gundo o prefeito municipal, “grupos que agem de forma arbitrária e antidemocrática em prejuízo da grande maioria que deseja contribuir para o processo [...] não nos impediram de cumprir a nossa parte e viabilizarmos a discussão com a sociedade”.¹⁰⁰

Imagem 16



Fonte: OLIVEIRA, Samir. Prefeitura de Porto Alegre interrompe ato, mas considera concluída a audiência pública sobre licitação do transporte. **Sul21**, Porto Alegre, 10 mar. 2014.

Poucos dias a seguir, foi anunciada a conclusão do inquérito policial no qual se realizaram buscas e apreensões no dia 1º de outubro de 2013. No dia 14 de março de 2014, a sexta-feira seguinte, seis pessoas ligadas ao Bloco foram indiciadas pelos crimes de posse e emprego de explosivos, furto qualificado, dano simples,

¹⁰⁰ Como eu também participava do GT jurídico, que fazia plantão para assistência judiciária em caso de detenção de manifestantes – geralmente minha participação nos atos era até que houvesse alguma ação da polícia que indicasse que haveria detenções, quando eu me deslocava até um local onde organizávamos o atendimento –, preferi não ingressar no Ginásio Osmar Fortes Barcellos, pois imaginava que haveria dificuldades para sair do local caso houvesse confronto. Por isso, o relato acerca dessa audiência é baseado em depoimentos de integrantes do Bloco que lá estavam e no que foi possível observar durante o curto período em que o evento foi transmitido ao vivo no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, bem como em notícias veiculadas na mídia. (OLIVEIRA, Samir. Prefeitura de Porto Alegre interrompe ato, mas considera concluída a audiência pública sobre licitação do transporte. **Sul21**, Porto Alegre, 10 mar. 2014.)

dano qualificado, lesão corporal e formação de milícia privada.¹⁰¹ A polícia admitiu que não havia elementos que indicassem que os seis integrantes do Bloco haviam cometido diretamente os delitos pelos quais eram indiciados, mas que teriam exercido *comando* sobre as ações de quem cometera atos de depredação, violência e furtos em manifestações.¹⁰²

Imagem 17



Fonte: OLIVEIRA, Samir. Prefeitura de Porto Alegre interrompe ato, mas considera concluída a audiência pública sobre licitação do transporte. **Sul21**, Porto Alegre, 10 mar. 2014.

Em função disso, desde o início da manhã do dia 14 de março buscamos reunir a comissão de organização a fim de delinear estratégias conjuntas de atuação em relação a isso. No próprio dia 14, realizamos uma entrevista coletiva acerca do indiciamento, com todos os veículos de imprensa interessados, na qual foi lida uma nota do Bloco sobre o tema. As pessoas indiciadas e ligadas a partidos políticos não se fizeram presentes nessa coletiva: ambos tiveram notas lançadas em seus canais

¹⁰¹ POLÍCIA CIVIL Gaúcha indicia sete militantes do Bloco de Luta por formação de milícia. **Sul21**, Porto Alegre, 14 mar. 2014. (Embora o título da notícia fale em sete militantes, um dos indiciados não era conhecido por ninguém que integrava o Bloco.)

¹⁰² ROLLSING, Carlos; WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto. Sete jovens são indiciados por formação de milícia em protestos na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 mar. 2014.

de comunicação (os integrantes ligados ao PSTU afirmaram ainda que não participaram da coletiva porque avaliariam a situação durante o fim de semana).¹⁰³

No dia 02 de abril de 2014, foi realizado um ato em relação ao aumento da tarifa no transporte coletivo por ônibus em Porto Alegre.¹⁰⁴ Na tarde daquele dia, o Conselho Municipal de Transporte Urbano – COMTU – aprovara a solicitação de reajuste do valor da tarifa, de R\$ 2,80 para R\$ 2,95. Nessa noite, a concentração foi em frente à Prefeitura Municipal, e nas escadarias para a porta principal do prédio foram colocadas cordas de isolamento. Após alguns manifestantes despejarem lixo no lado de dentro do espaço delimitado pelas cordas e algumas pessoas esboçarem pular as cordas, integrantes da guarda municipal que estavam à porta de entrada do prédio passaram a molhar as pessoas com dois jatos d'água (Imagem 18).¹⁰⁵

Imagem 18



Fonte: OLIVEIRA, Samir. Brigada Militar dispersa protesto contra aumento da passagem após 15 minutos de marcha em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 02 abr. 2014.

¹⁰³ HAUBRICH, Alexandre. Em coletiva, Bloco de Lutas rebate indiciamentos contra militantes por “formação de milícia”. **JornalismoB**, Porto Alegre, 15 mar. 2014. OLIVEIRA, Samir. Militantes do Bloco de Luta afirmam que investigação policial é politicamente direcionada a enfraquecer o movimento. **Sul21**, Porto Alegre, 15 mar. 2014.

¹⁰⁴ Sobre esta manifestação, ver OLIVEIRA, Samir. Brigada Militar dispersa protesto contra aumento da passagem após 15 minutos de marcha em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 02 abr. 2014.

¹⁰⁵ Embora eu não tenha sido atingido diretamente pelo jato d'água, o seu mau cheiro era perceptível à distância de alguns metros em que me encontrava.

Alguns minutos depois, iniciou-se a caminhada, que se dirigiu à Avenida Júlio de Castilhos, passando pela lateral do prédio da Prefeitura. Logo em seguida, após o início da marcha ter dobrado a esquina, eu ainda estava ao lado da Prefeitura quando uma pedra foi arremessada em uma vidraça e, ato contínuo, diversas bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo foram arremessadas pelos policiais que se posicionavam na retaguarda. Essas bombas foram atiradas diretamente no meio das pessoas (uma delas atingiu o ombro de uma mulher poucos metros à minha frente). Nesse momento, saí da manifestação – eu estava de bicicleta, e tive que andar algo em torno de 1km com dificuldade de respirar e quase sem visão, em face da intoxicação pelo gás lacrimogêneo.

Os relatos de quem continuou na manifestação em relação à atuação da polícia davam conta de um nível de violência da polícia que, pela primeira vez no ano de 2014, lembrou a das “jornadas de junho”. Pessoas disseram ter sido perseguidas por diversas ruas do Centro de Porto Alegre, por policiais a pé e a cavalo, sendo constantemente submetidas a bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo atiradas por policiais sem que as pessoas tivessem para onde dispersar. Também ouvi diversos relatos de pessoas agredidas com espadas por policiais que estavam a cavalo. Além disso, houve relato de confronto ocorrido entre manifestantes, quando alguns utilizavam lixeiras e outros objetos para tentar fazer em espécie de “barriçada” para conter o avanço dos policiais, colocando-os no meio da rua e ateados fogo, ao que outros se posicionaram contra essa ação, chegando a intervir fisicamente tentando impedir a ação dos primeiros.

Levando em conta o grau de violência apresentado pela polícia na manifestação do dia 02 de abril e o fato de que já estava marcada uma assembleia popular¹⁰⁶ para o dia 07 de abril de 2014, segunda-feira, reunimos a comissão de organização no sábado entre as duas datas (05 de abril), a fim de pensar estratégias que possibilitassem a continuidade de certo grau de exposição do Bloco, mas que buscassem diminuir a oportunidade de ações violentas por parte da polícia. Isso se devia a uma avaliação, compartilhada por todos que participaram dessa reunião, de

¹⁰⁶ A intenção ao realizar uma assembleia popular era, ao mesmo tempo, demonstrar como a audiência pública promovida pela Prefeitura não contemplava a posição de uma parcela dos usuários do sistema municipal de transporte coletivo por ônibus, contrapor-se ao discurso de que o Bloco era composto por “baderneiros”, “que agem de forma arbitrária e antidemocrática”, promover uma aproximação entre o Bloco e a população usuária de ônibus de forma diferente das corriqueiras manifestações com caminhadas, e responder às críticas de que o Bloco não tinha nenhuma proposta em relação ao transporte público de Porto Alegre.

que a polícia impediria a realização de qualquer ato que tivesse qualquer grau de violência. De certa forma, estávamos, novamente, “cansados de tomar bomba da polícia”.¹⁰⁷ Nessa reunião, resolvemos levar para a discussão com os coletivos e indivíduos que compunham o Bloco, na data da assembleia popular, a proposta de realizar uma ocupação na Praça Montevideu, em frente à Prefeitura Municipal.

No dia 07, foi realizada a assembleia popular, no Largo Jornalista Glênio Peres, na qual, além de intervenções artístico-culturais de cunho político, foram apresentados os resultados de um inquérito de opinião realizado pelo Bloco com a população usuária do transporte público por ônibus em Porto Alegre, repisaram-se as principais críticas do Bloco à forma como é gerido pela Prefeitura Municipal o sistema de transporte público por ônibus em Porto Alegre e apresentou-se um projeto de iniciativa popular de emenda à Lei Orgânica do Município¹⁰⁸. Esse projeto previa que o transporte público por ônibus passasse a ser totalmente gerido e operado pela Prefeitura Municipal, vedando o repasse do serviço, a qualquer título, a entes privados e estabelecendo prazos para a concretização disso (seis meses para apresentação de um plano de transição e mais dez anos para a conclusão do processo). Além disso, o projeto estipulava que o serviço de transporte seria coggerido por um conselho composto majoritariamente por entidades de classe e entidades representativas dos usuários, cujas decisões teriam caráter deliberativo, vinculando os atos da Prefeitura Municipal (atualmente, o COMTU, como os outros conselhos municipais em Porto Alegre, tem caráter estritamente consultivo).¹⁰⁹

¹⁰⁷ Ver nota de rodapé nº 62.

¹⁰⁸ O Projeto tinha o seguinte teor:

“Art. 1º Fica incluído art. 142-A na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre com a seguinte redação:

‘Art. 142-A. O serviço público de transporte coletivo urbano por ônibus é atribuição precípua do Município.

§ 1º O serviço público de que trata o *caput* deste artigo será organizado e prestado diretamente pelo Município, vedada a outorga mediante concessão, permissão ou autorização, exceto a empresa pública existente ou que venha a ser criada para tal fim.

§ 2º A fiscalização da qualidade do serviço público de que trata o *caput* deste artigo caberá a Conselho Municipal que deverá ser composto majoritariamente por entidades de classe e entidades representativas dos usuários do serviço.

§ 3º As decisões do Conselho Municipal de que trata o § 2º terão caráter deliberativo, vinculando as decisões do Município referentes ao serviço de que trata o *caput* deste artigo.’

Art. 2º Fica incluído art. 24 no Ato das Disposições Orgânicas Gerais e Transitórias:

‘Art. 24. O Município tem os prazos de cento e oitenta dias e de dez anos, contados da vigência do art. 142-A, para, respectivamente, criar programa de municipalização do serviço público coletivo por ônibus e assumir o controle de todo o serviço público de transporte coletivo por ônibus.’

Art. 3º Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.”

¹⁰⁹ HAUBRICH, Alexandre. Bloco de Lutas apresenta PL popular que prevê transporte coletivo 100% público em dez anos. **JornalismoB**, Porto Alegre, 07 abr. 2014. OLIVEIRA, Samir. Bloco de Luta

Ainda na noite do dia 07, após a assembleia popular, expôs-se a outros integrantes do Bloco (em torno de trinta pessoas) a proposta de ocupação da Praça Montevideú, ao que todos ali concordaram. Ficou combinado que a ocupação se daria a partir das 12h do dia seguinte.

A ocupação da Praça Montevideú¹¹⁰ durou oito dias, com algumas dezenas de barracas dispostas sob uma grande lona estendida sobre a praça.¹¹¹ Seu objetivo principal era possibilitar o diálogo com a população que circula pelo Centro de Porto Alegre, para coleta de assinaturas para o projeto de iniciativa popular. Também, havia a intenção de que esse espaço servisse também como contraponto à imagem do Bloco como algo inerentemente violento que era propagada pelos maiores veículos de comunicação. Desde seu primeiro dia, foram formulados alguns acordos coletivos sobre a convivência conjunta no local. Um deles dizia respeito ao consumo de substâncias psicoativas: a fim evitar uma possível retratação da ocupação como uma “festa” promovida por “drogados”, acordamos que o consumo de álcool e de drogas ilícitas não seria permitido dentro da ocupação, e que quem quisesse utilizar essas substâncias deveria fazê-lo fora do espaço. Também se acordou que em nenhum momento seria praticado qualquer ato que pudesse causar algum dano – isso foi especialmente salientado na noite do dia 10 de abril, quando uma manifestação foi realizada com a presença de diversas pessoas que não estavam participando da ocupação –, a fim de que não se justificasse alguma intervenção policial na ocupação.

Outro evento importante ocorrido foi a manifestação realizada no dia 08 de maio, a qual foi voltada à defesa da democratização da mídia e especialmente contra o Grupo RBS, também em função do aniversário de 50 anos do Jornal Zero Hora, e à Rede Globo. Os ataques aos grupos empresariais de comunicação eram baseados em dois comportamentos que lhes eram atribuídos pelo Bloco: seu apoio à ditadura civil-militar brasileira iniciada com o golpe de 1964 e sua postura de criminalização midiática de movimentos sociais. Nesse protesto, novamente não houve a

inicia coleta de assinaturas para projeto que municipaliza o transporte público em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 07 abr. 2014. ROSA, Eduardo. Bloco de Luta debate o transporte público em assembleia popular em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 08 abr. 2014.

¹¹⁰ BLOCO de Lutas desocupa Praça Montevideú e divulga nota. **JornalismoB**, Porto Alegre, 17 abr. 2014.

¹¹¹ A ocupação da Praça Montevideú, assim como a da Câmara Municipal, foi uma experiência rica em detalhes e nuances cuja exposição de forma completa seria impossível nos limites deste trabalho. Assim, opto por mencionar apenas uma de suas características, a que é mais ligada à ideia de violência.

participação dos integrantes de PSOL e PSTU (curiosamente, alguns filiados ao PT participaram).¹¹² Este ato é relevante para demonstrar a estratégia de diálogo que vinha sendo trabalhada com o *black bloc*¹¹³: foram sugeridas algumas tarefas aos integrantes do *black bloc*, como a realização de colagens e a pintura da frase “RBS mente” na pista da esquina onde se localiza a sede do Jornal Zero Hora, com o que a maioria deles concordou (Imagem 19). Como argumento de convencimento de que essas fossem as ações desenvolvidas por esses indivíduos, foi utilizado principalmente o fato de que havia um baixo número de pessoas na manifestação, em contraposição a um grande número de policiais, e que praticar quaisquer atos violentos poderia colocar em risco tanto a integridade física dos manifestantes como a própria realização do protesto. Além disso, nessa manifestação a Brigada adotou a postura de posicionar policiais enfileirados em frente a alguns alvos potenciais de danos, como agências bancárias.

Essa manifestação também destacou algo que foi uma constante desde o início da minha participação no Bloco, que é a relação com a mídia corporativa, em especial o Grupo RBS, maior empresa de comunicação do Estado do Rio Grande do Sul. Na maior parte das atividades desenvolvidas pelo Bloco, a presença de veículos de comunicação ligados a grandes empresas era vedada ou permitida de forma controlada.¹¹⁴ Isso já era uma realidade antes de eu ingressar no Bloco: vários dos protestos das “jornadas de junho” em Porto Alegre terminaram em confronto com a polícia quando a caminhada se aproximava da sede do Jornal Zero Hora, do Grupo RBS. Também, sempre houve uma relação de acusações mútuas entre o Bloco e o Grupo RBS, com o coletivo atribuindo à empresa uma cobertura jornalística parcial e distorcida dos protestos.

¹¹² HAUBRICH, Alexandre. Ato em Porto Alegre denuncia apoio midiático à ditadura e pede democratização da comunicação. **JornalismoB**, Porto Alegre, 08 maio 2014.

¹¹³ A denominação *black bloc* é utilizada porque, de forma geral, é assim que os adeptos dessa forma de manifestação chamavam a si mesmos. A discussão acerca da adequação do *black bloc* de Porto Alegre àquilo que se constitui o *black bloc* e às práticas adotadas por indivíduos que dele participam em diferentes locais e épocas não cabe nos limites deste trabalho. No entanto, cabe salientar que a maioria dos integrantes do *black bloc* era formada por jovens que não tinham atuação dentro do Bloco, limitando-se a participar quase exclusivamente das manifestações promovidas pelo coletivo.

¹¹⁴ Por exemplo, nas manifestações com caminhada, jornalistas e fotógrafos de veículos alternativos ficavam no meio da manifestação, enquanto se estipulava que os profissionais ligados a grandes empresas não poderiam acompanhar a manifestação de dentro, devendo se posicionar antes ou depois de seus limites.

Imagem 19



Fonte: HAUBRICH, Alexandre. Ato em Porto Alegre denuncia apoio midiático à ditadura e pede democratização da comunicação. **JornalismoB**, Porto Alegre, 08 maio 2014.

Ainda, no dia 15 de maio, foi realizado um ato em conjunto com o Comitê Popular da Copa em Porto Alegre. Esse ato quase não foi realizado, pois houve uma chuva muito forte pouco antes do horário que estava previsto para sua realização. Fora isso, o ato transcorreu com relativa tranquilidade, pois havia poucas pessoas presentes.¹¹⁵ O mais relevante é que, mais uma vez, nessa manifestação a estratégia de conversa com integrantes do *black bloc* para que não houvesse depredação durante o protesto foi no sentido de que havia poucas pessoas – inclusive com a presença de idosos e crianças de comunidades atingidas pelas obras da Copa, os quais não estavam “acostumados” a manifestações – e não seria seguro para elas tomar atitudes que pudessem provocar ações violentas da polícia.

¹¹⁵ OLIVEIRA, Samir. Bloco e Luta e Comitê Popular da Copa realizam ato do 15M em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 15 maio 2014.

1.2 O ATO DE 12 DE JUNHO¹¹⁶

O primeiro aspecto relevante em relação à manifestação realizada no dia 12 de junho contra a Copa do Mundo diz respeito a sua organização. Diferentemente de outros atos convocados pelo Bloco, este teve um período relativamente extenso de construção.

Durante quase um mês, a partir da manifestação do dia 15 de maio, houve nas assembleias do Bloco uma discussão em torno de qual seria a data mais adequada para a realização do primeiro ato contra a Copa do Mundo em Porto Alegre durante o evento. Alguns defendiam que o ato fosse realizado no dia 12 de junho, levando em consideração que havia indicativos de que nessa data manifestações contrárias ao evento ocorreriam em diversas cidades brasileiras. Outros, por sua vez, defendiam que só se realizasse protesto contra a Copa no dia 15 de junho, data em que estava marcada a realização da primeira partida em Porto Alegre.

Mesmo com essa discussão em torno da data mais adequada para a realização da manifestação, durante todo o período articulações foram feitas com coletivos políticos da cidade não frequentes nas atividades do Bloco. Exemplos disso são o Movimento Nacional da População em Situação de Rua e comunidades removidas ou ameaçadas de remoção em função das obras da Copa do Mundo: embora alguns moradores de rua e alguns dos moradores dessas comunidades atingidas pela Copa do Mundo fossem assíduos nas manifestações organizadas pelo Bloco, os coletivos que integram não se faziam tão presentes.

Por fim, diversas formas de convocação para o ato foram colocadas em prática: foram realizadas colagens de cartazes nos dias imediatamente anteriores, houve pelo menos duas atividades de panfletagem chamando para o evento, realizadas em terminais de ônibus no Centro de Porto Alegre e em regiões periféricas da cidade, durante as quais pelo menos vinte mil panfletos foram distribuídos.

Alguns dias antes do ato foi realizada uma reunião ampliada da comissão de organização. Ampliada porque, além dos participantes normais das reuniões da comissão – coletivos que integram o Bloco e membros de cada equipe – participaram também pessoas ligadas a coletivos que não integram o Bloco, mas que tinham

¹¹⁶ Notícias sobre o ato do dia 12 de junho: HAUBRICH, Alexandre. Protesto contra a FIFA toma as ruas do Centro de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 12 jun. 2014; OLIVEIRA, Samir. “Fifa, go home”: cerca de mil pessoas protestam contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 12 jun. 2014.

se comprometido a participarem junto do ato e foram convidados a construí-lo conjuntamente, caso de alguns sindicatos, por exemplo. Nessa reunião, decidiu-se o trajeto ideal para a manifestação.

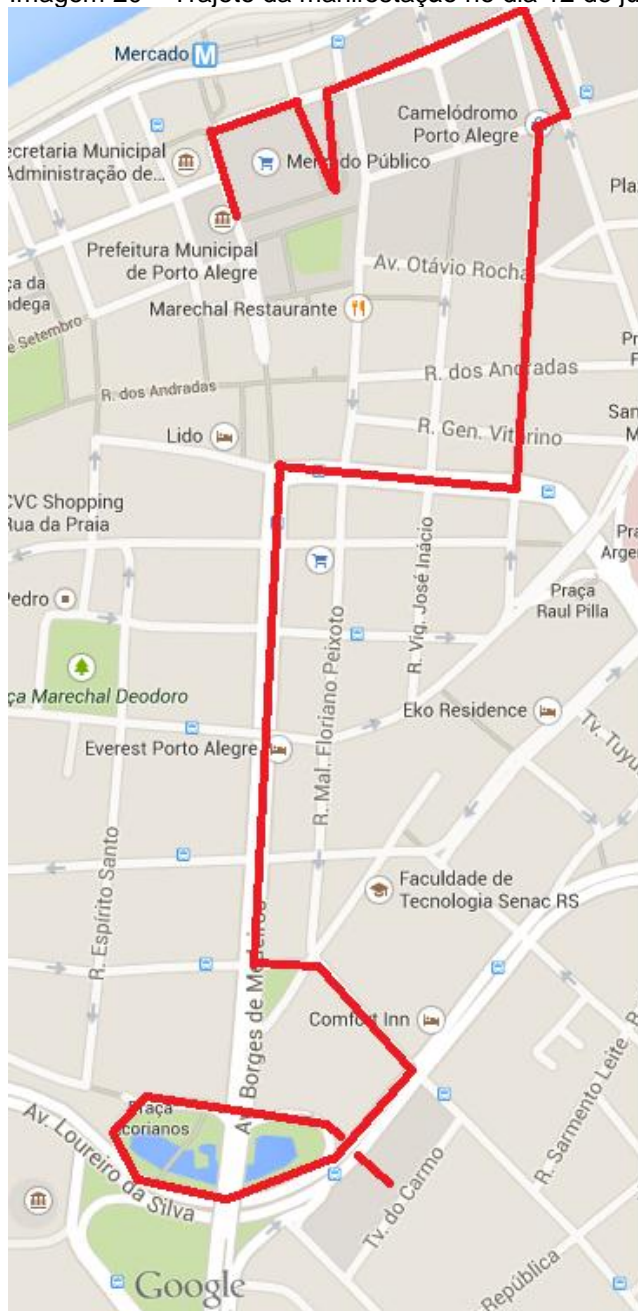
A concentração do ato estava já marcada havia algum tempo para a Praça Montevideú, em frente à Prefeitura. A escolha do local, em assembleia, deu-se basicamente por dois motivos: a Praça era o ponto “tradicional” de saída dos atos organizados pelo Bloco desde 2013 e está localizada em uma das regiões de maior circulação de pessoas no centro de Porto Alegre. A concentração estava marcada para iniciar às 12h, com a ideia de que a manifestação sairia em marcha por volta das 13h.

O trajeto realizado pela manifestação partiu da frente da Prefeitura Municipal, passando por: Avenida Júlio de Castilhos, terminal de ônibus na Praça Pereira Parobé (ao lado do Mercado Público), Avenida Júlio de Castilhos, terminal de ônibus na Praça Rui Barbosa (sob o Centro Popular de Compras – camelódromo), Rua Voluntários da Pátria, Rua Dr. Flores, Avenida Senador Salgado Filho, Avenida Borges de Medeiros, Rua Demétrio Ribeiro, Rua José do Patrocínio, Avenida Loureiro da Silva, Praça Açorianos e Largo Zumbi dos Palmares (o trajeto está marcado em vermelho na Imagem 20).

Neste ato, eu estava de bicicleta, pois participava também da equipe de autodefesa¹¹⁷. A bicicleta era utilizada para três tarefas principais: observar o posicionamento do trânsito e da polícia à frente da manifestação, principalmente quando o trajeto previa dobrar em alguma esquina que impedia a visualização antecipada do que havia na rua que se ingressaria; auxiliar na comunicação entre os membros da equipe de autodefesa, que geralmente se distribuía ao longo do ato; e orientar para que as pessoas na manifestação seguissem o caminho, o que era feito posicionando a bicicleta de forma a induzir que permanecessem no trajeto, posicionando-a de forma a fazer uma “parede”.

¹¹⁷ A equipe de autodefesa sempre trabalhou em uma linha baseada em duas tarefas básicas: buscar que a manifestação pudesse transcorrer do começo ao fim sem ser interrompida e evitar que pessoas se machucassem. A equipe não se preocupava em tomar qualquer atitude em relação a atos que não influenciassem diretamente nesses objetivos – como uma pichação, por exemplo.

Imagem 20 – Trajeto da manifestação no dia 12 de junho



Fonte: Elaborada pelo autor, a partir do Google Maps.

Quando a manifestação saiu em caminhada, a polícia colocou-se atrás, permanecendo sempre a uma distância de alguns metros do fim da manifestação. O início do trajeto ocorreu de forma absolutamente tranquila: não houve qualquer ato de violência. Quando a caminhada entrou no terminal de ônibus localizado na Praça Parobé, o grupo de policiais militares que estava posicionado atrás dos manifestantes chegou a esboçar o ingresso no terminal seguindo a manifestação, mas, quando ficou claro que a caminhada se dirigiria novamente à Avenida Júlio de Castilhos, recuou, em clara manobra para evitar o risco de ficar cercado pelos manifestantes.

A caminhada seguiu sem violência até que chegou à esquina da Rua dos Andradas com a Rua Dr. Flores, onde fica localizada uma loja do McDonald's. Ali, alguns manifestantes depredaram, com pedradas e pauladas, a fachada do prédio, especialmente os letreiros de vidro. Alguns funcionários fecharam as portas – cortinas de ferro –, as quais passaram a ser também alvo de pedras e paus. A polícia nada fez, limitando-se a observar de longe, mesmo quando a maior parte da manifestação já tinha passado pelo local, o que fazia com que a polícia estivesse relativamente próxima às pessoas que depredavam o estabelecimento comercial.

Pouco adiante na rua, em frente a um restaurante familiar, um jovem que trabalha no local estava com um pedaço de madeira de aproximadamente 1,5m de comprimento na mão. Ao seu lado, estavam dois homens mais velhos. Os três olhavam na direção do McDonald's com semblantes apreensivos. Aproximei-me do rapaz e lhe pedi que guardasse o pau que tinha na mão, ao que ele respondeu que estavam “quebrando tudo”. Expliquei-lhe que as pessoas não estavam quebrando tudo, estavam quebrando somente a loja do McDonald's, mas que se ele as confrontasse com aquele pedaço de pau na mão, isso poderia causar um conflito. Um dos homens mais velhos lhe disse que guardasse o pedaço de pau, o que ele fez. Permaneci ao lado deles enquanto a manifestação passava, e as pessoas que haviam danificado o McDonald's passaram em frente ao restaurante sem que nada acontecesse.

Quando a manifestação ingressou na Avenida Senador Salgado Filho, a violência aumentou em intensidade e no número de alvos. Foram danificadas, especialmente por meio de pedradas, as fachadas de agências bancárias e de uma agência das Aerolíneas Argentinas. Nesse momento, tentamos evitar que pedras fossem arremessadas em algumas fachadas, como a da agência das Aerolíneas Argentinas, pois os vidros não quebravam, mas rebatiam de volta as pedras, o que poderia causar ferimentos às pessoas que estavam por perto. A depredação continuou ao longo do resto do trajeto, mas sempre direcionada a alvos específicos: bancos, lojas de multinacionais e material publicitário e informativo relativo à Copa do Mundo (foram arrancados placas e cartazes identificados ao evento).

Imagem 21



Fonte: OLIVEIRA, Samir. “Fifa, go home”: cerca de mil pessoas protestam contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 12 jun. 2014.

Durante todo o trajeto, a polícia não interviu de qualquer forma que não fosse desviar e bloquear o trânsito conforme a caminhada progredia. Na maioria das ruas adjacentes ao trajeto, havia grupos de policiais, mas eles não agiam e, quando a caminhada se dirigia em direção a alguma via em que eles estivessem, saíam do caminho. Da mesma forma, os policiais que acompanhavam a manifestação pela retaguarda também não agiram de qualquer maneira, limitando-se a seguir a caminhada a alguns metros de distância.

A única atitude da polícia que pode ser considerada uma tentativa de intervenção durante a caminhada foi a colocação de uma barreira de policiais na Avenida Borges de Medeiros, logo antes do Viaduto Açorianos. Havia ali algumas dezenas de policiais perfilados, com uma fita alguns metros à frente do grupo. Conforme a caminhada se aproximava do ponto, um policial à frente do grupo sinalizava para dobrarmos à esquerda na Rua Demétrio Ribeiro. Foi esse caminho que seguimos, mas esse já era o trajeto definido anteriormente para a caminhada.

Por volta das 14h30min, a manifestação chegou ao Largo Zumbi dos Palmares, onde ocorreria a dispersão. Ali, um grupo de pessoas resolveu que seguiria em caminhada até a área do Anfiteatro Pôr do Sol, onde era realizada a Fan

Fest¹¹⁸. A maioria das pessoas mais ligadas ao Bloco manteve a proposta de terminar e dispersar a manifestação ali, o que fez com que houvesse um segundo protesto, uma continuação do protesto organizado pelo Bloco, agora “sem o Bloco”¹¹⁹.

1.3 ENTREATO

No período entre as manifestações dos dias 12 e 18 de junho, alguns elementos foram relevantes para a compreensão de como foi possível o desenrolar dos acontecimentos proporcionasse que o protesto programado para o dia 18 de junho tenha sido impedido de ocorrer.

O primeiro deles foi a abordagem midiática do ato do dia 12 de junho. Como de praxe, o que se veiculou nos grandes veículos de mídia acerca da manifestação dizia respeito principalmente às depredações ocorridas durante o protesto. Muito pouco se disse, nessas notícias, acerca das motivações para a realização do protesto, de alguma reivindicação ou de o que integrantes do Bloco teriam a falar sobre o ocorrido. Um exemplo disso é a matéria “Protesto em Porto Alegre tem pichações e vidraças quebradas”, veiculada no site do Jornal Zero Hora.¹²⁰ O próprio título já demonstra a tônica da matéria e da cobertura “ao vivo” do protesto, que se focaram nos atos de depredação realizados durante o evento.

No dia 15, data em que estava agendada a primeira partida da Copa do Mundo em Porto Alegre, o Bloco optou por realizar um ato político-cultural no Parque Farroupilha. Essa escolha se deu de forma muito discutida dentro do coletivo. Tinha-se a impressão de que realizar outra manifestação com caminhada de rua apenas três dias após a do dia 12 de junho seria demasiado difícil, em função principalmente de que não havia tempo para organizar um protesto, tendo em vista o trabalho envolvido (reuniões de equipes, divulgação etc.). Além disso, havia o pensamento de que, por haver jogo em Porto Alegre, a polícia não adotaria a mesma postura do dia

¹¹⁸ A Fan Fest é um evento integrante da Copa do Mundo, no qual é disponibilizado um telão para acompanhamento das partidas por torcedores. Ocorre uma Fan Fest em cada cidade-sede, na qual são transmitidas todas as partidas do evento, além de serem realizados espetáculos artístico-culturais, como *shows* de música.

¹¹⁹ Esse segundo protesto teve seu caminho logo barrado pela polícia, tendo ocorrido enfrentamento e detenção de algumas pessoas nele envolvidas. Entretanto, por fugir ao foco da pesquisa, não será aprofundado.

¹²⁰ PROTESTO em Porto Alegre tem pichações e vidraças quebradas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 jun. 2014.

12 de junho, ou seja, não haveria a mesma facilidade em realizar uma manifestação com caminhada.¹²¹

Essa decisão gerou o descontentamento de uma parte dos integrantes do Bloco, que consideravam que realizar um ato com caráter mais cultural era “cozinha”¹²². Na opinião desses sujeitos, realizar um ato cultural era “fazer festa”, pois não seria um protesto com viés combativo. Também, havia descontentamento com a ideia de realizar a manifestação em uma região da cidade relativamente afastada do Estádio Beira-Rio, da Fan Fest, do Caminho do Gol ou de outras áreas relacionadas à Copa do Mundo.¹²³

Na ida para o Parque Farroupilha, chamava a atenção o número de policiais nas ruas próximas. Havia certamente um número superior a duas centenas de policiais espalhados em grupos de aproximadamente vinte integrantes cada nas imediações do Parque. Também havia um helicóptero sobrevoando a região, bem como diversos micro-ônibus e viaturas.

No local do ato, mais ou menos meia hora após o horário marcado para o seu início, havia um número bem reduzido de manifestantes, que deviam somar algo em torno de cem pessoas. Então, alguns sujeitos do grupo que ficara contrariado com a realização de um ato cultural resolveram realizar uma assembleia para decidir o que seria feito.¹²⁴ Houve uma rápida discussão acerca da ideia, pois enquanto alguns queriam discutir novamente o que seria feito no dia, outros pensavam que não era correto convocar uma assembleia com o mero intuito de rediscutir o que já fora definido em assembleia anterior. No fim das contas, iniciou-se, de forma meio “atropelada”, uma assembleia. Na primeira fala, uma pessoa sugeriu que se fizesse uma caminhada em direção ao Estádio Beira-Rio, ao que alguns se posicionavam contrariamente, inclusive por meio de piadas e risadas durante a fala. Outros se manifes-

¹²¹ Outro indicativo disso era o que ocorrera em outras cidades, nas quais foram impedidas de acontecer manifestações, em práticas similares à do *kettling*.

¹²² O termo “cozinha”, de origem paulistana, passou a ser utilizado em todo o País após as manifestações de junho de 2013, quando, dentro de movimentos sociais, passou a designar pessoas conservadoras. No contexto do Bloco, “cozinha” era toda pessoa ou atividade que fosse vista por alguém como sendo “pouco radical”, ou seja, era uma palavra empregada de forma pejorativa, geralmente vinculada a uma tentativa de deslegitimar alguma posição da qual não se concordava.

¹²³ Inclusive, foi criado um evento no Facebook paralelo ao do Bloco, chamando para uma marcha contra a Copa do Mundo, o qual tinha a mesma descrição, o mesmo horário e o mesmo local que o evento do Bloco.

¹²⁴ Embora não houvesse regras sobre a convocação de assembleias no Bloco, elas geralmente eram marcadas ao fim da assembleia imediatamente anterior. Em algumas ocasiões – por exemplo, quando uma assembleia era cancelada por algum motivo –, a assembleia era marcada pela comissão de organização. Durante todo o tempo em que participei do Bloco, essa foi a única vez em que uma assembleia foi convocada dessa forma imediata.

tavam favoravelmente, inclusive começaram a organizar uma caminhada, com uma faixa à frente e deslocando-se. Nisso, uma pessoa começa a tocar um violão e a cantar a canção *Cowboy Fora-da-Lei*, de Raul Seixas, no que foi acompanhado, principalmente no refrão, pelas pessoas contrárias a realizar uma caminhada, ao meio de risos, enquanto saíam aqueles que resolveram caminhar até o Estádio Beira-Rio¹²⁵:

Mamãe, não quero ser prefeito / Pode ser que eu seja eleito / E alguém pode querer me assassinar / Eu não preciso ler jornais / Mentir sozinho eu sou capaz / Não quero ir de encontro ao azar / Papai, não quero provar nada / Eu já servi a pátria amada / E todo mundo cobra minha luz / Oh, coitado, foi tão cedo / Deus me livre, eu tenho medo / Morrer dependurado numa cruz / **Eu não sou besta pra tirar onda de herói / Sou vacinado, eu sou caubói / Caubói fora-da-lei / Durango Kid só existe no gibi / E quem quiser que fique aqui / Entrar pra história é com vocês** (grifo meu).

Outro acontecimento importante ocorrido entre as duas manifestações centrais na pesquisa foi uma notícia veiculada em 17 de junho, dando conta de que o PSOL e o PSTU não participariam do protesto a ser realizado no dia 18. Essa decisão teria sido tomada em função, principalmente, de considerarem que o Bloco era “conivente’ com a depredação promovida pelos *black blocs*”.¹²⁶

1.4 O ATO DE 18 DE JUNHO¹²⁷

A manifestação que seria realizada no dia 18 de junho tinha concentração marcada para as 11h, na Praça Argentina, um local no qual ainda não havia sido realizada a concentração de manifestação realizada pelo Bloco. A escolha pelo local se deu em função de que não era localizado dentro do Caminho do Gol, como a Praça Montevideu, localizada logo ao lado do início do trajeto entre o Largo Jornalista Glênio Peres e o Estádio Beira-Rio – no entanto, era localizado bem próximo à

¹²⁵ Na minha compreensão, a caminhada que iria ao Estádio Beira-Rio não era do Bloco, pois foi realizada por pessoas que, de forma coletiva, foram *contra* o que fora definido pelo Bloco (o que é diferente de um espaço de autonomia respeitado pelo Bloco). Por isso, não será abordada. Para mais sobre ela, ver OLIVEIRA, Samir. Protesto é acompanhado por imenso aparato policial no primeiro dia de jogo da Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 15 jun. 2014..

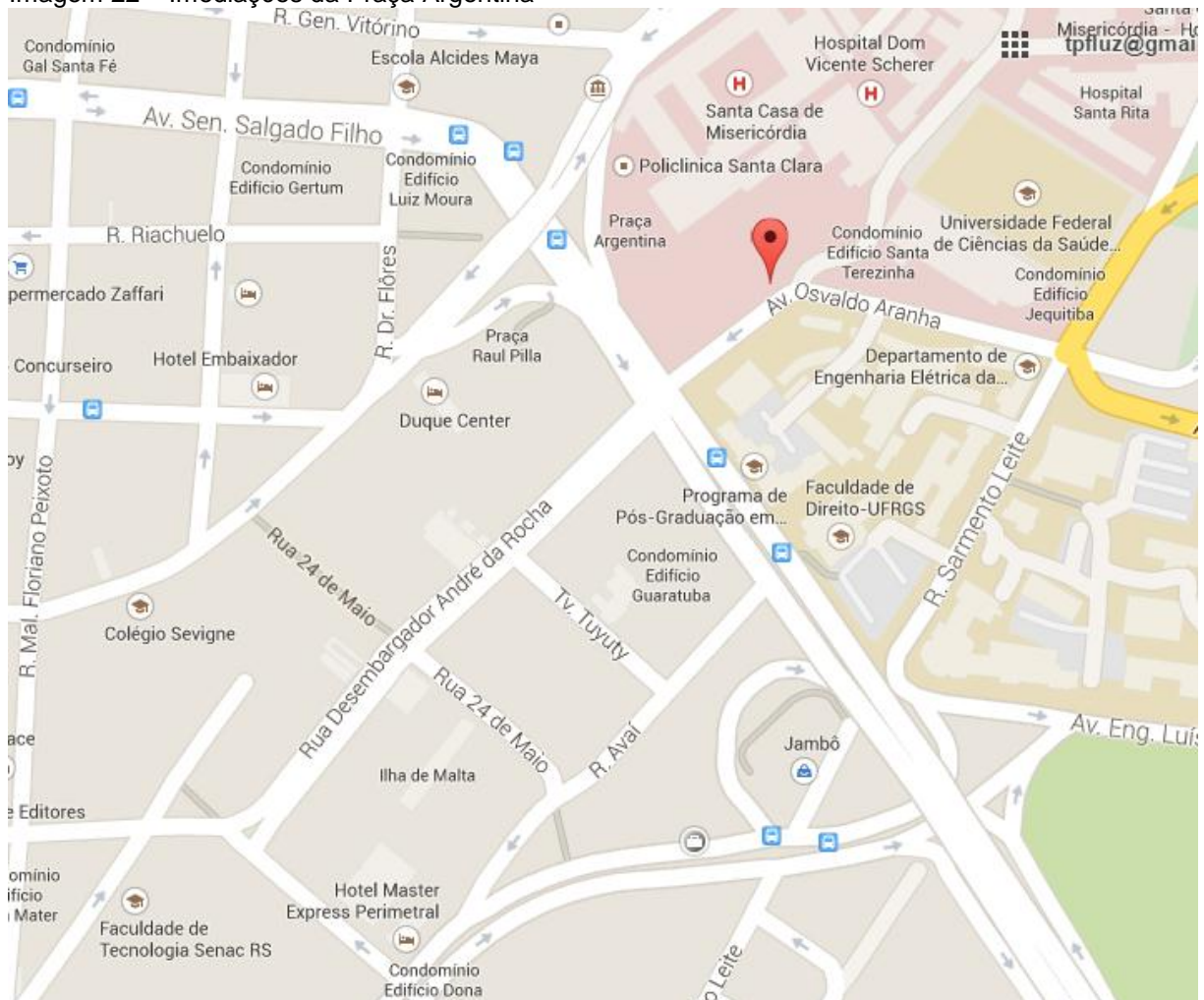
¹²⁶ ROLLSING, Carlos. Militantes do PSTU e PSOL não irão a protesto do bloco de luta nesta quarta. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 jun. 2014.

¹²⁷ Notícias sobre o ato do dia 18 de junho: HAUBRICH, Alexandre. Caminhada de protesto em Porto Alegre é reprimida após cinco minutos. Jornalistas e manifestantes ficaram feridos. **JornalismoB**, Porto Alegre, 18 jun. 2014. PASINATO, Nicolas. Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2014. MANIFESTANTES protestam contra a Copa do Mundo em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 jun. 2014.

Avenida Borges de Medeiros, a cerca de 700m. O horário foi escolhido em função da partida entre as seleções da Holanda e da Austrália, marcada para iniciar às 13h.

Já no caminho para a concentração na Praça Argentina, por volta das 11h30min, fiquei impressionado com o número de policiais presentes nas imediações. Na Rua Desembargador André da Rocha, havia dezenas de integrantes da Brigada Militar. Outras dezenas estavam posicionados na Avenida João Pessoa – tanto próximo ao Viaduto José Loureiro da Silva, que liga a Rua Duque de Caxias à Avenida Independência, como ao viaduto sobre a Avenida Loureiro da Silva –, na Praça Raul Pilla, na Avenida Osvaldo Aranha e na Rua Avaí. Somando todos os policiais que pude visualizar, certamente o número se aproximava a pelo menos cinco centenas de policiais. Também, havia diversos veículos como micro-ônibus da polícia estacionados em locais próximos. A Imagem 22 apresenta mapa das imediações da Praça Argentina.

Imagem 22 – Imediações da Praça Argentina



Fonte: Elaborada pelo autor, a partir do Google Maps

Na concentração, havia um número pequeno de manifestantes, certamente não ultrapassando a marca de duzentas pessoas. Ouvei relatos dando conta de que diversos manifestantes foram revistados na chegada ao local, bem como algumas pessoas que só estavam passando por ali, mas não presenciei qualquer abordagem policial após minha chegada. Havia apreensão em função do grande número de policiais presentes, apesar de a proposta da manifestação ser a distribuição de panfletos em uma curta caminhada pelo centro da cidade. Essa apreensão foi aumentada quando, por volta das 12h, foi publicado em uma conta do *Twitter* de um veículo do Grupo RBS que alguns dos policiais estariam utilizando armamento comum. Pouco após as 12h, todo o trânsito que passa pelo local fora desviado (existem diversas linhas de ônibus que chegam ou saem da Avenida Senador Salgado Filho pela Avenida João Pessoa, e, como o trânsito também estava restrito na Avenida Borges de Medeiros – Caminho do Gol –, outro caminho principal de acesso à Avenida Senador Salgado Filho, isso gerou diversos transtornos no trânsito na região central da cidade).

Pouco antes das 13h, começamos a posicionar-nos na pista da Avenida João Pessoa, a fim de realizar a caminhada que estava prevista. Nesse momento, quando ficou claro que a marcha iria em direção à Avenida Senador Salgado Filho, policiais estenderam uma fita ao longo da via e posicionaram-se alguns metros além, ocupando todo o espaço de trânsito da via (Imagem 23).

A caminhada iniciou. Quando os primeiros manifestantes ultrapassaram a fita, ao menos quatro bombas de efeito moral foram arremessadas pelos policiais em direção à manifestação (Imagem 24). Ao menos oito pessoas foram feridas por estilhaços, três delas sendo jornalistas que cobriam a manifestação.

Imediatamente, olhei em volta procurando uma rota de saída do local, e percebi que, em poucos segundos, todas as possíveis saídas estavam completamente bloqueadas por policiais (Imagens 25, 26 e 27).

Imagem 23



Fonte: PASINATO, Nícolas. Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2014.

Imagem 24



Fonte: PASINATO, Nícolas. Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2014.

Imagem 25 – Bloqueio da Avenida João Pessoa (sentido norte)



Fonte: HAUBRICH, Alexandre. Caminhada de protesto em Porto Alegre é reprimida após cinco minutos. Jornalistas e manifestantes ficaram feridos. **JornalismoB**, Porto Alegre, 18 jun. 2014.

Imagem 26 – Bloqueio da Avenida João Pessoa (sentido sul)



Fonte: HAUBRICH, Alexandre. Caminhada de protesto em Porto Alegre é reprimida após cinco minutos. Jornalistas e manifestantes ficaram feridos. **JornalismoB**, Porto Alegre, 18 jun. 2014.

Imagem 27 – Bloqueio da Rua Desembargador André da Rocha



Fonte: HAUBRICH, Alexandre. Caminhada de protesto em Porto Alegre é reprimida após cinco minutos. Jornalistas e manifestantes ficaram feridos. **JornalismoB**, Porto Alegre, 18 jun. 2014.

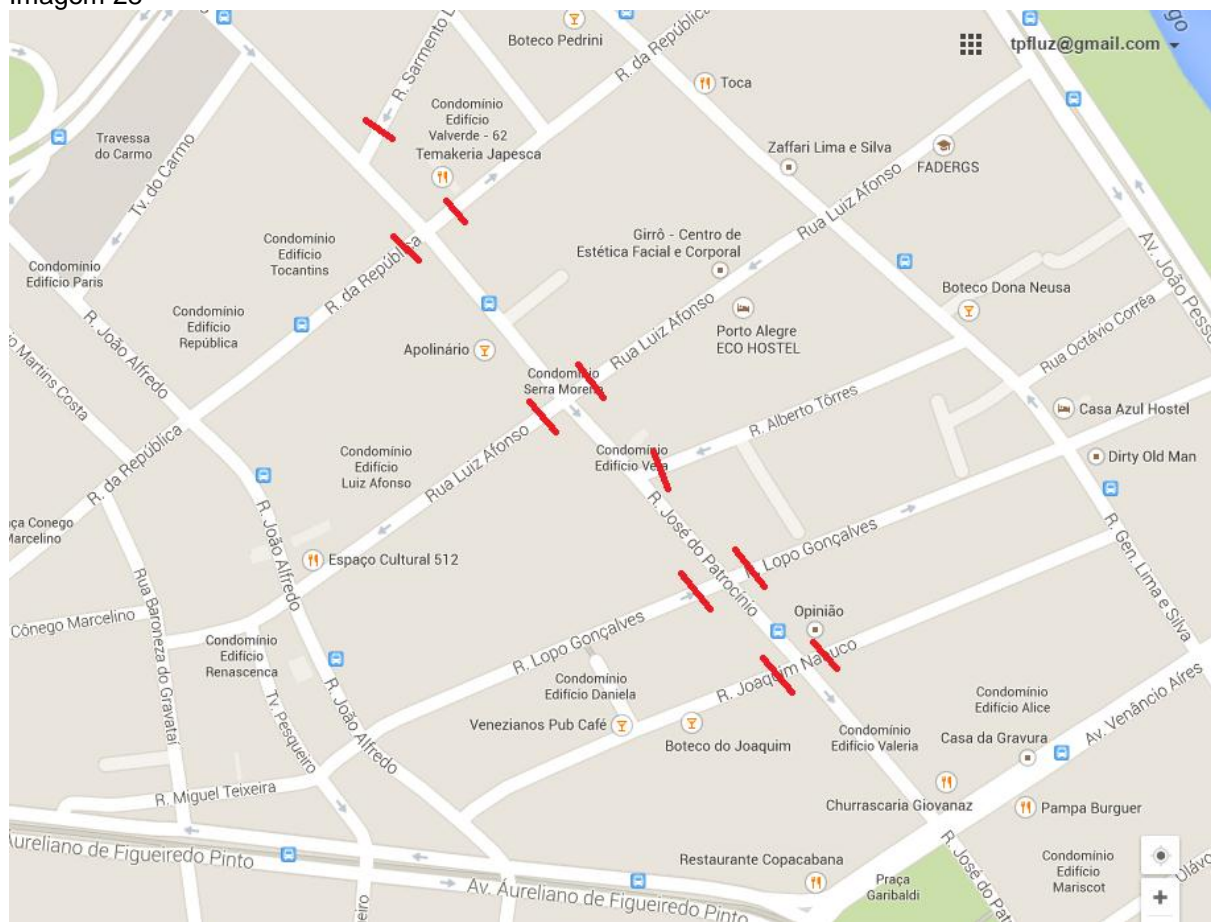
O cerco durou aproximadamente trinta minutos. Durante esse período, houve muita tensão, pois ninguém sabia exatamente qual seria a postura adotada pela polícia caso tentássemos sair do espaço por qualquer um dos caminhos bloqueados. A expectativa era de que qualquer tentativa de sair da região fosse respondida com mais violência por parte da polícia – isso muito em função de estratégia similar que já havia sido adotada em outras oportunidades pelas polícias, por exemplo, de São Paulo, de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Uma pessoa que trabalha em um órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, após alguns contatos telefônicos, conseguiu uma *autorização para que fôssemos embora sem realizar o protesto*. Deveríamos sair pela Rua Avaí, a qual seria liberada e dispersar a manifestação no Largo Zumbi dos Palmares.

Durante esse caminho, as ruas que possivelmente poderiam servir de saída do trajeto estavam todas bloqueadas por policiais militares. Também, vários policiais acompanhavam de perto a caminhada até o Largo Zumbi dos Palmares, pela retaguarda. Quando um manifestante passou a conceder uma entrevista, criticando a postura adotada pela Brigada Militar como antidemocrática, violadora de direitos e

ditatorial, vários dos soldados que caminhavam pouco atrás começaram a bater os cassetetes em seus escudos.

Chegando ao Largo Zumbi dos Palmares, mais um pouco de apreensão, pois somente era possível deixar o local pela Rua José do Patrocínio – todos os outros caminhos estavam bloqueados por policiais. Na dispersão, dirigi-me com algumas outras pessoas pela Rua José do Patrocínio na direção sul. Todas as ruas adjacentes à José do Patrocínio entre o Largo Zumbi dos Palmares e a Avenida Venâncio Aires (Rua Sarmento Leite, Rua da República, Rua Luiz Afonso, Rua Alberto Torres, Rua Lopo Gonçalves e Rua Joaquim Nabuco) estavam bloqueados por policiais militares, os quais faziam uma espécie de “parede” que se estendia de um lado a outro da rua, impedindo que qualquer pessoa deixasse a Rua José do Patrocínio por essas vias. A Imagem 28 mostra a extensão da Rua José do Patrocínio percorrida, marcando em vermelho as barreiras policiais nas vias adjacentes.

Imagem 28



Fonte: Elaborada pelo autor, a partir do Google Maps.

Durante o deslocamento pela Rua José do Patrocínio, passamos por um grupo de policiais militares que estavam em uma esquina, e ouvi um deles indagar:

“Capitão, eles estavam lá na manifestação, não estavam?”. Ao que recebeu a seguinte resposta: “Sim, mas a ordem é deixar eles irem.”. Não houve notícia de qualquer detenção realizada pela polícia nesse dia, relacionada à manifestação.

Cerca de uma hora após a dispersão, tive acesso à nota publicada pela Secretaria de Segurança Pública do Governo Estadual relativa ao que ocorrera na manifestação:

O protesto contra a Copa do Mundo, em Porto Alegre, reuniu menos de cem participantes, por volta das 13h dessa quarta-feira (18), e foi de curta duração. Na Avenida Salgado Filho, próximo a Av. João Pessoa, no Centro, a Brigada Militar estendeu uma fita e posicionou-se atrás, a uma distância de 40 metros. O objetivo foi garantir a segurança dos manifestantes, de quem estava no trânsito e dos pedestres.

Integrantes do protesto ultrapassaram rapidamente esse limite, rompendo a fita e avançando em direção à tropa. Para contê-los, foram lançadas quatro granadas de efeito moral pela Brigada Militar. Não foram usadas bombas de gás lacrimogênio para não atingir um número maior de pessoas que estavam nas proximidades.

Dois jornalistas, que estavam entre os manifestantes que atravessaram a linha, acabaram sendo atingidos por estilhaços das granadas. Um teve um corte na mão e outro teve lesões no braço e na barriga. Ambos foram atendidos na ambulância da Brigada Militar e liberados. A Secretaria da Segurança Pública entrou em contato com os veículos em que os profissionais trabalham, onde informaram que os dois passam bem.

O grupo seguiu pela Avenida Loureiro da Silva e se dispersou no Largo Zumbi dos Palmares. Não houve atos de vandalismo até o momento.¹²⁸

Encerra-se aqui a parte descritiva da presente dissertação, após serem expostas a minha participação no Bloco e, mais especificamente, nas manifestações dos dias 12 e 18 de junho de 2014.

No capítulo seguinte, é realizada a reflexão em torno das condições para que esses dois protestos tenham se dado da forma como ocorreram, trabalhando em cima dos dados coletados durante a observação participante cuja exposição foi aqui feita.

¹²⁸ Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=81&id=20564>>. Acesso em 08 jan. 2015.

2 SEGUNDO CAPÍTULO – REFLEXÕES

Tendo os dois protestos centrais na pesquisa ocorrido da forma relatada no capítulo anterior, cabe agora refletir acerca de como esses dois fenômenos se interrelacionam. Isso será feito neste capítulo, que se divide em três seções, as quais foram estruturadas a partir da hipótese de que o primeiro ato – o do dia 12 de junho – teve influência decisiva na forma como o segundo – o do dia 18 de junho – se desenrolou.

2.1 CONDIÇÕES DO ATO DE 12 DE JUNHO

A primeira das condições essenciais para que o ato do dia 12 de junho tenha ocorrido da forma como ocorreu, com forte depredação de diversos prédios e equipamentos públicos, penso, foi o número de pessoas participantes do mesmo. O número de participantes nessa manifestação foi relativamente alto, em comparação a outros protestos realizados no final do ano de 2013, após as “jornadas de junho”, e no início do ano de 2014. Diversos fatores influenciaram para possibilitar que esse protesto tivesse uma participação elevada de pessoas, dentre os quais certamente se destaca o período de aproximadamente um mês destinado a construí-lo: mesmo durante as reuniões de preparação para a manifestação realizada no dia 15 de maio de 2014, já havia articulações sendo realizadas para que atores não ligados ao Bloco, mas simpatizantes à posição crítica em relação à Copa do Mundo, participassem do protesto.

Também, é necessário compreender de que forma isso se relaciona com junho de 2013. As jornadas de junho tiveram um caráter elevadamente espetacular, o que auxilia a explicar sua característica espontaneísta. O crescimento dos atos de junho de 2013 certamente teve ligação com a exposição midiática dos protestos, tanto dos realizados no Brasil como daqueles que anteriormente ocorreram em outros lugares. As pessoas que aderiram às manifestações, em sua maioria jovens, eram motivadas por um sentimento de descontentamento, de indignação com as formas pelas quais se dá a política institucionalizada – algo que junho de 2013 no Brasil compartilha com outros movimentos recentes ao redor do mundo, como por exemplo o movimento *Occupy*, iniciado em Nova Iorque e espalhado pelo mundo, o

movimento *Indignadas* na Espanha, a ocupação da Praça Tahrir no Egito, que levou à queda do ditador Hosni Mubarak, e os protestos contra a política econômica grega, todos realizados após de 2010.

Ainda, deve ser levado em conta o fato de que grande parte dos jovens que então aderiram aos protestos estavam “em fase de batismo na política”.¹²⁹ Embora alguns tenham efetivamente ingressado em uma atuação militante permanente, a grande maioria, passado o período de “empolgação” com as manifestações de junho de 2013, não seguiu atuando politicamente por meio de manifestações e de inserção em coletivos organizados.¹³⁰

Entretanto, mesmo com o esvaziamento das manifestações, elas serviram para que o Bloco adquirisse um grau elevado de visibilidade e protagonismo no cenário político de Porto Alegre. Isso contribuiu para que, chamadas a se somarem no protesto do dia 12 de junho, diversas organizações que também tinham críticas à Copa do Mundo – como sindicatos – e outros militantes de movimentos sociais que não faziam parte do Bloco estivessem presentes.

Isso fez com que o “manifestante médio”, no ato do dia 12 de junho, fosse um ator político reconhecido como tal, ou seja, um sujeito que atua politicamente da forma *correta*, aceita. Tratava-se, o protesto realizado no dia 12, de uma manifestação política, pois com atores vistos como políticos.

No entanto, havia também nesse protesto um número considerável de *black blocs*, algumas dezenas. Eles realizaram diversas depredações ao longo do trajeto da manifestação, o que não vinham fazendo nos atos anteriores. Diversos fatores foram importantes para que tenha havido o nível de violência que houve nesse dia, iniciando-se pela estratégia de comunicação que a autodefesa do Bloco vinha adotando com esses sujeitos. Como referido, em diversos protestos anteriores, a linha argumentativa para que não houvesse depredação era no sentido de que havia poucas pessoas no ato, e qualquer ato violento poderia servir de justificativa para intervenções da polícia, inclusive com possibilidade de danos físicos aos outros

¹²⁹ GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 13.

¹³⁰ Os motivos pelos quais isso ocorreu fogem à discussão deste trabalho, mas certamente alguns fatores foram determinantes para isso. A posição dos grandes veículos de mídia em relação aos protestos de rua, a atuação geralmente violenta das polícias em resposta às manifestações e o fato de que não havia uma organização ou uma ideologia hegemônica nas manifestações certamente contribuíram nesse processo.

manifestantes. Esse argumento não teria como ser apresentado nesse dia, levando em conta o grande número de pessoas na manifestação.

Outro elemento necessário à compreensão do nível de violência que existiu nessa manifestação, também ligado aos atores que nela estavam presentes, é o fato de que, embora a manifestação tenha contado com um elevado número de pessoas, a grande maioria ali tinha alguma atuação política há algum tempo, diferentemente de uma parcela significativa das pessoas que estavam nas “jornadas de junho” em Porto Alegre. Em determinado momento de junho de 2013, se criou uma mentalidade difundida entre várias pessoas de que o protesto deveria ser *pacífico*. Isso fez com que, nas manifestações, quando ocorria algum ato de depredação ou alguma pichação, várias pessoas adotassem algumas práticas contrárias: vaias, sentar-se no chão e mesmo intervenção direta, com confrontos entre manifestantes, eram comuns nas manifestações de junho de 2013.

O tema acerca da postura do Bloco em relação a depredações sempre foi algo presente nos debates realizados no coletivo, em diversas de suas instâncias. Havia várias pessoas que eram contrárias a se tolerarem atos de violência praticados por pessoas durante manifestações, inclusive sugerindo que tais indivíduos fossem expulsos dos protestos. No entanto, a posição autonomista prevaleceu dentro do Bloco: essas práticas, adotadas em sua maioria por pessoas jovens, eram vistas pela maioria dos integrantes como uma manifestação de indignação que não podia ser simplesmente negada pelo Bloco. O coletivo não deveria fazer coro a discursos de criminalização de manifestantes.¹³¹

Também, as depredações se explicam pela postura de não intervenção da Brigada Militar durante a manifestação. Nesse mesmo sentido, não se repetiu o posicionamento de policiais em frente a potenciais alvos de depredação, algo que, em outras oportunidades, fora feito pela Brigada Militar (a Imagem 29 mostra policiais protegendo uma agência bancária durante o protesto do dia 08 de maio de 2014, para impedir atos de depredação ao prédio).

¹³¹ É interessante notar, quanto a isso, que alguns integrantes passaram a adotar um discurso que ia no sentido não de criminalizar essas práticas, mas, ao mesmo tempo, de condená-las publicamente, afirmando que essas ações afastavam outras pessoas dos protestos (ROLLSING, Carlos. Militantes do PSTU e PSOL não irão a protesto do bloco de luta nesta quarta. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 jun. 2014.)

Imagem 29



Fonte: HAUBRICH, Alexandre. Ato em Porto Alegre denuncia apoio midiático à ditadura e pede democratização da comunicação. **JornalismoB**, Porto Alegre, 08 maio 2014.

É importante salientar que, em todo o período da pesquisa, não houve sequer uma oportunidade em que, pelo menos na minha avaliação, houvesse qualquer possibilidade de os manifestantes enfrentarem a polícia: a superioridade de equipamento e treinamento dos policiais era gritante. Com efeito, à exceção de algumas manifestações realizadas ainda no primeiro semestre de 2013 – antes do início do período de pesquisa –, nas quais havia milhares de pessoas, nem mesmo a resistência à violência policial era possível.

Nesse sentido, deve ser reconhecido que a quantidade de violência verificada na manifestação só ocorreu também por aceitação da polícia militar. A polícia, por algum motivo, foi conivente com os danos realizados durante o protesto do dia 12 de junho – inclusive, alguns dos danos foram praticados em áreas bem abertas, o que possibilitaria uma dispersão forçada com bombas de efeito moral sem os problemas verificados quando isso ocorreu em áreas caracterizadas por ruas mais estreitas e poucas rotas de dispersão.¹³²

¹³² Por outro lado, uma eventual intervenção violenta da polícia talvez tivesse causado, indiretamente, ainda mais danos. Com efeito, desde 2013 a manifestação em Porto Alegre que teve mais depreciação foi a realizada no dia 17 de junho de 2013, quando inclusive um ônibus foi incendiado (MÜLLER, Iuri *et al.* Protesto em Porto Alegre tem multidão nas ruas e forte confronto com a polí-

Outro elemento importante é o fato de que no dia 12 de junho não havia nenhuma partida marcada para Porto Alegre. Assim, o único espaço no qual estava prevista alguma atividade com torcedores da Copa era a Fan Fest, localizada em uma região da cidade relativamente afastada de onde ocorria a manifestação – para a Fan Fest, não havia concentração e deslocamento de grande número de torcedores, como ocorreu em dias de realização de partidas em Porto Alegre, quando os torcedores se reuniam no Largo Jornalista Glênio Peres e percorriam a pé a distância de aproximadamente 4km do Caminho do Gol, que levava até o Estádio Beira-Rio pela Avenida Borges de Medeiros. Mesmo assim, cabe lembrar que havia, na Avenida Borges de Medeiros, um bloqueio policial que provavelmente impediria a caminhada de seguir no trajeto que levaria em direção à Fan Fest.¹³³

É interessante, no entanto, notar que todos esses fatores trabalharam de forma interligada para que o ato do dia 12 de junho tenha ocorrido como ocorreu. Não se pode afirmar que qualquer deles tenha tido, sozinho, influência decisiva na quantidade de violência praticada pelos manifestantes. Por exemplo, em Belo Horizonte também não havia partida agendada, mas houve violência entre polícia e manifestantes – antes de qualquer depredação ser praticada.¹³⁴

O que se verifica é que o somatório desses fatores proporcionou as condições para que houvesse a quantidade de depredação que ocorreu no protesto realizado no dia 12 de junho de 2014 em Porto Alegre. Da mesma forma, a manifestação de 12 de junho certamente teve relação com o ocorrido na do dia 18 de junho, o que será abordado na seção seguinte.

2.2 CONDIÇÕES DO ATO DE 18 DE JUNHO

Esta seção será dividida basicamente em duas partes. Na primeira delas, serão analisadas as condições que, em comparação com as da manifestação do dia 12 de junho, se deram de forma diferente. Após, serão abordadas algumas das con-

cia. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2014). Essa manifestação (da qual participei) é relevante pelo fato de que a maioria, quase a totalidade das depredações foram realizadas *após* iniciado o confronto, quando a polícia impediu, por meio da utilização de bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo e de munição menos letal, que a manifestação prosseguisse.

¹³³ Cabe também lembrar que, quando algumas pessoas resolveram prosseguir a manifestação, tentando ir em direção à Fan Fest após a dispersão do ato do Bloco, foram rapidamente impedidas de fazê-lo pela polícia.

¹³⁴ PELEGRINI, Liliâne. Manifestação em Belo Horizonte acaba com 12 pessoas detidas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2014.

dições de possibilidade presentes no dia 18 que não têm relação direta com o ocorrido durante o protesto realizado no dia 12.

A primeira diferença significativa que se percebe no ato do dia 18 de junho, em comparação com o do dia 12, é o número de participantes. No dia 18 de junho, a quantidade de pessoas no protesto era muito menor do que aquela presente no dia 12. Isso se deve a diversos fatores, os quais certamente não serão esgotados aqui, mas alguns deles parecem ser bem claros. Por exemplo, o pequeno período de tempo disponível para convocar e organizar o protesto do dia 18 de junho: foram apenas alguns dias (em comparação, a manifestação do dia 12 de junho teve quase um mês destinado para a sua organização). Nesse pequeno período de tempo, não foi possível articular a mesma rede de contatos que fora efetivada para a realização do protesto do dia 12 (ainda, houve a manifestação realizada no dia 15, que também demandou esforços das pessoas para sua organização).

Outro fator que pode ter influenciado para que o número de pessoas na manifestação fosse baixo é o fato de haver uma partida marcada para Porto Alegre, praticamente no mesmo horário que a manifestação – as seleções de Austrália e Holanda jogariam às 13h. No dia 12 de junho, além de não haver em Porto Alegre qualquer atividade relativa à Copa do Mundo além da Fan Fest, o protesto ocorreu algumas horas antes da partida de abertura, realizada em São Paulo (a manifestação se encerrou pelo menos 2h antes de iniciar a partida). Isso pode ter influenciado de diversas maneiras no número de pessoas presentes na manifestação do dia 18 de junho, dentre as quais certamente se inserem o fato de que, com uma partida em Porto Alegre, a circulação de pessoas no Centro de Porto Alegre era bem menor do que aquela que normalmente ocorre durante um dia de semana no mesmo horário – diversos órgãos públicos tiveram seus expedientes modificados nos dias em que havia partidas em Porto Alegre.

Além disso, é necessário refletir-se um pouco acerca de como a quantidade de violência ocorrida durante a manifestação do dia 12 pode ter sido uma condição de possibilidade para a diminuição do número de participantes no protesto do dia 18. Isso também pode ter se dado de diversas maneiras, sendo a mais significativa provavelmente a levantada pelos integrantes de partidos: com efeito, é possível que a violência afaste pessoas dos atos.

Na minha avaliação, isso se dá por meio de algumas dinâmicas que funcionam de forma complementar entre si. Em primeiro lugar, existe uma espécie de

senso comum no sentido de que um protesto realizado com violência não é legítimo. Essa mentalidade não é nova, certamente, mas foi claramente reforçada em Porto Alegre, também pelos próprios movimentos sociais, a partir do Defesa Pública da Alegria em outubro de 2012, passando pelo Ocupa Árvores e culminando nas manifestações de rua e nas ocupações realizadas nos anos de 2013 e de 2014.¹³⁵ Quando um dos argumentos centrais mobilizados em defesa da realização de manifestações de rua e contra a intervenção policial nesses eventos é o de que estavam sendo realizados de forma “pacífica”, está-se fortalecendo a posição de que não há legitimidade política naquilo que é feito de forma violenta.

Também, deve-se levar em consideração as construções midiáticas realizadas em torno dos atos. Embora esse não seja um ponto central no presente trabalho, não se pode deixar de trazer o aspecto de que os grandes veículos de comunicação tendem a supervalorizar, em suas matérias, os aspectos violentos de alguma manifestação, dando pouco ou nenhum destaque aos motivos políticos que originaram o evento. Isso é especialmente importante no caso dos “novos movimentos sociais”, os quais, de forma geral, defendem a “democratização da mídia”, posicionando-se contrariamente às grandes empresas de comunicação – posição essa cuja recíproca é verificada na produção dos grandes veículos de comunicação. Embora haja veículos de comunicação social cuja relação com movimentos sociais seja diferente – dentre eles, o Sul21 e o JornalismoB, fontes preferenciais de matérias jornalísticas para esta dissertação –, seu alcance é bem menor do que o dos grandes grupos empresariais de comunicação, que contam com diversas mídias (televisão, rádio, jornal, internet) e audiência muito maior. Quando se reporta uma manifestação dando ênfase quase unicamente a sua dimensão de violência, está-se não apenas sonegando informação a quem lê a reportagem, mas também reforçando a leitura superficial de que “protesto é baderna, bagunça, quebradeira, violência”.

Isso tudo faz com que haja duas formas quase diametralmente opostas de reação de manifestantes à violência ocorrida durante os protestos. Por um lado, há aqueles que estão inseridos com regularidade nas atividades desenvolvidas pelo Bloco, os quais, mesmo que sejam contrários (e mesmo que defendam que se adotem práticas dentro do Bloco para coibir esses atos), veem a violência como algo

¹³⁵ Não se trata, aqui, de adotar uma posição favorável ou contrária à violência como ferramenta de atuação política, mas sim de reconhecer que essa faceta existe, e que o simples fato de que uma demanda democrática é articulada de forma violenta não elide seu caráter político.

comum, enxergando-a apenas como uma faceta do fenômeno complexo que são as manifestações de rua. De outro lado, há aquelas pessoas que participam somente esporadicamente de protestos: para pelo menos uma parcela dessas pessoas, a violência praticada durante um protesto pode ser algo que, ao mesmo tempo em que é assustador, exerce um efeito de deslegitimação dos protestos como um todo. Ou seja, além de a violência aumentar a expectativa de que a polícia agirá de forma violenta em resposta às manifestações, o que afasta algumas pessoas, faz com que outras deixem de participar das manifestações porque deixam de reconhecê-las como um instrumento adequado a expressarem suas posições políticas.

Entretanto, a maioria das condições levantadas até agora auxiliam a explicar a *quantidade* de pessoas presentes no ato do dia 18 de junho. Embora esse seja um dos fatores que influenciou na postura adotada pela polícia de impedir a realização da manifestação, certamente não foi determinante. Com efeito, houve protestos com menos participantes do que o realizado no dia 18 de junho que transcorreram sem que a polícia impedisse sua realização, bem como houve, em outras cidades brasileiras, oportunidades em que a polícia adotou prática similar na contenção de manifestações com um número bem maior de pessoas do que o do ato do dia 18 de junho em Porto Alegre. Além disso, a quantidade de policiais presentes no dia 18 de junho, o equipamento de que dispunham e a qualidade de seu treinamento tático certamente possibilitariam que a mesma estratégia de contenção – similar ao *kettling* – fosse aplicada caso mais pessoas estivessem presentes na manifestação. Assim, fica claro que o elemento quantitativo não é o único a ser levado em conta na análise das condições de possibilidade para que o protesto do dia 18 de junho tenha ocorrido da forma como ocorreu. De fato, como se verá adiante, penso que o elemento *qualitativo* é mais importante para a compreensão do ocorrido.

Ao se pensar no elemento qualitativo, a questão central deixa de ser acerca de *quantas* pessoas estavam presentes na manifestação do dia 18 de junho, mas sim de *quais* pessoas participaram do protesto. E, nesse contexto, passa a ter centralidade a postura expressada publicamente por militantes do PSOL e do PSTU de não participar do protesto do dia 18 de junho.

O fato de ser composto por segmentos tão distintos como partidos políticos, organizações anarquistas e indivíduos que atuam de forma totalmente autônoma tem diversos reflexos no Bloco, alguns dos quais serão apontados a seguir. Por ora, o mais importante desses reflexos é causar uma espécie de incerteza acerca do

Bloco para o observador externo. O Bloco não é um partido político, não é uma organização anarquista e não é um coletivo autonomista; mas, ao mesmo tempo, é composto por tudo isso, sendo que essas visões – várias vezes conflitantes entre si – acabam desenvolvendo uma capacidade de coexistência em um mesmo coletivo, em nome da busca de alguns objetivos comuns. A polícia, em especial, pelo menos durante manifestações em que um grande número de pessoas participa com uma estética relativamente parecida, tem dificuldades de categorizar os participantes e, por conseguinte, para atribuir este ou aquele rótulo ao coletivo. Isso é demonstrado, por exemplo, quando se faz o discurso no sentido de que “existem infiltrados que praticam atos violentos em manifestações legítimas”. Esse discurso, em vez de reconhecer a violência como um dos elementos que constitui o coletivo, afasta-a, instituindo uma espécie de divisão entre “bons” e “maus” sujeitos políticos, entre uma forma “certa” e uma forma “errada” de se articularem demandas políticas.

No ato contra a Copa do Mundo realizado em Porto Alegre no dia 18 de junho, com a anunciada não participação de pessoas ligadas aos dois maiores partidos políticos que participam do Bloco, a pergunta a ser feita é: quem são as pessoas que participarão do protesto? As pessoas violentas. Aqui, assume especial relevância a justificativa para a não participação de integrantes de partidos políticos nesse ato: a atribuição, a outros atores do Bloco, de “conivência” com atos de violência praticados durante as manifestações. Dessa forma, além de se reforçar a construção de que os protestos são violentos, se estabelece que o protesto realizado no dia 18 de junho será realizado ou por pessoas que são violentas, ou por pessoas que são coniventes com a violência.

Então, entra em jogo a divisão já levantada, que será abordada com maior profundidade a seguir, relativa ao não reconhecimento de legitimidade como manifestação política a um ato violento. Dessa forma, o que ocorreu (ou ocorreria, não fosse a atuação da polícia no sentido de impedir o protesto) no dia 18 de junho, em Porto Alegre, passa a ser visto não como uma manifestação política na qual existe violência, mas como algo violento travestido de manifestação política. Segundo essa visão, o que se promovia ali não era uma expressão de um descontentamento político com a Copa do Mundo e seus reflexos na realidade porto-alegrense. Era visto, isso sim, como algo apolítico, um verdadeiro bando cuja intenção era puramente quebrar coisas.

Nesse contexto, não admira que não se tenham registrado grandes reações públicas de repúdio à forma como a polícia agiu na manifestação de 18 de junho em Porto Alegre. À exceção do Bloco e de organizações e indivíduos diretamente envolvidos no protesto do dia 18 de junho, o que houve foi, via de regra, silêncio em relação ao ocorrido.

2.3 DISCUSSÃO DAS CONDIÇÕES IDENTIFICADAS

Como ficou demonstrado, foram várias as condições de possibilidade para que os dois protestos estudados tenham se dado da forma como se deram. Nesta seção, algumas dessas condições são aprofundadas, buscando compreendê-las por meio do auxílio das teorias trazidas.

A primeira distinção entre os dois atos analisados diz respeito ao tempo dedicado para a construção de cada um. É relevante perceber a relação quase direta entre o período de construção de cada protesto e a quantidade de pessoas que dele participam. Nesse ponto, cabe trazer a teoria desenvolvida por Ernesto Laclau acerca de significantes vazios e perceber como é possível aplicá-la em uma escala micro.

A *Copa do Mundo* adquiriu, por um período, dentro do universo de significação dos movimentos sociais em Porto Alegre, o caráter de *significante vazio*¹³⁶. Progressivamente, ao longo do processo de construção das manifestações contrárias à realização do evento, o significante *Copa do Mundo* foi perdendo seu significado diferencial, particular, e passou a significar algo maior, a significar um ponto de contato entre as diversas demandas diferentes entre si que de alguma forma se relacionam com o evento. Ser contra a *Copa do Mundo* passou, de certa forma, a expressar uma posição que, dentre outros elementos, defendia a preservação da moradia das pessoas ameaçadas de remoção, o respeito dos direitos de moradores de rua ameaçados pelo processo de gentrificação acelerada de bairros nobres atingidos pelo evento, a preservação de direitos como o de manifestação e o de livre locomoção, também ameaçados pela realização da Copa, etc.

Copa do Mundo passou a representar uma amálgama de demandas *não necessariamente articuladas entre si*.

¹³⁶ LACLAU, Ernesto. **Emancipation(s)**. London: Verso, 1996, p. 36-46.

[...] una determinada demanda, que tal vez al comienzo era sólo una más entre muchas, adquiere en cierto momento una centralidad inesperada y se vuelve el nombre de algo que la excede, de algo que no puede controlar por sí misma y que no obstante se convierte en un “destino” al que no puede escapar. Cuando una demanda democrática ha atravesado esta senda, se convierte en una demanda “popular”. Pero es inalcanzable en términos de su propia particularidad inicial, material. Debe convertirse en un punto nodal de sublimación; debe adquirir un “valor de pecho”. Es sólo entonces que el “nombre” se separa del “concepto”, el significado del significante.¹³⁷

É nesse sentido que o período mais largo de construção do ato do dia 12 possibilitou que um número maior de pessoas participasse do protesto. Demandas de parcelas da população que geralmente não se relacionam com o Bloco puderam se articular sob o guarda-chuva fornecido pelo significante vazio *Copa do Mundo*. Exemplo disso são demandas que trabalhavam na lógica contrária a investir recursos na Copa do Mundo e não em determinada área, como saúde e educação públicas, característica de campanhas desenvolvidas por sindicatos de servidores públicos que se contrapunham à realização da Copa do Mundo em face do “sucateamento” de determinadas áreas do serviço público.

É interessante notar que, em várias oportunidades, há uma tentativa deliberada de se produzir esse movimento de esvaziamento do significante *Copa do Mundo*. É o que se percebe, por exemplo, em um dos gritos comuns em atos contra o evento, que diz “*Da Copa eu abro mão, quero é dinheiro pra saúde e educação*”. O importante aqui é salientar que – obviamente, generalizando – a recusa do Bloco à Copa do Mundo *não* era fundada sobre a ideia de que os recursos ali investidos seriam melhor aplicados se fossem destinados a outras áreas. Essa recusa tinha como fundamento principal os *efeitos sociais e políticos* atribuídos à realização do evento em si. Por exemplo, mais do que defender que não se aplicassem recursos públicos na reforma ou construção de estádios, o que se atacava era a elitização do acesso ao futebol como alternativa de lazer que a existência de estádios “modernos” proporcionaria. Assim, pode-se perceber que houve mesmo uma tentativa consciente de esvaziar o significante *Copa do Mundo*, a fim de que mais demandas – e, consequentemente, pessoas – pudessem se articular sob seu significado esvaziado, aberto.

Outra importante diferença entre os dois atos é relativa a quem são os sujeitos que participaram de cada manifestação. Na manifestação do dia 18 de junho,

¹³⁷ LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Tradução de Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 153.

com o anúncio dos dois partidos que compõem o Bloco com maior número de integrantes (além do PSOL e do PSTU, membros do Partido Comunista Brasileiro – PCB – também participam ativamente do Bloco, mas em número pequeno e com relativa baixa expressividade dentro do coletivo) de que não participariam da manifestação realizada no dia 18 de junho pelo Bloco, pode-se dizer que, de certa forma, o protesto estava sendo realizado sem a presença de partidos.¹³⁸ Quais os efeitos disso?

Sem a presença de partidos, quem são os sujeitos que, presumidamente, estão em um ato do Bloco? Levando em consideração a divisão interna já relatada que se cristalizou a partir da expulsão do Partido dos Trabalhadores, a resposta é óbvia: aqueles que se posicionam mais fortemente em nome da independência e da autonomia dentro do Bloco. Esses sujeitos são geralmente simplificados sob o rótulo de anarquistas¹³⁹, que histórica e recentemente, principalmente após o tratamento simplificado dado pelos grandes veículos de mídias às manifestações de junho de 2013, são associados às ideias de bagunça, desorganização, baderna.

Aqui, cabe trazer à discussão o conceito de *sujeição criminal* desenvolvido por Misse. Embora a noção tenha sido desenvolvida pensando em uma realidade distinta – o narcotraficante era o sujeito criminal analisado pelo autor quando desenvolveu o conceito – ela pode ser útil para auxiliar na compreensão de como os estratos mais autonomistas de um movimento social são enxergados. A fim de melhor explicitar em que medida o conceito é transponível à realidade dos novos movimentos sociais, apresentarei cada uma de suas seis dimensões separadamente, abordando como cada uma delas pode ser relacionada ao funcionamento da manifestação organizada pelo Bloco no dia 18 de junho.

1. como parte da vontade de punição, a sujeição criminal é a expectativa de que determinados indivíduos e grupos sociais, que apresentam determinadas características, tenham propensão a cometer crimes, especialmente

¹³⁸ O PCB tem um pequeno número de integrantes que participam das atividades do Bloco. Isso, aliado à baixa expressividade do partido, que hoje em dia é praticamente inexistente no cenário político-eleitoral brasileiro, faz com que se possa concluir que não lhe é dispensada a mesma visibilidade na condição de “partido integrante do Bloco”.

¹³⁹ Cabe salientar que, dentre os indivíduos que participam de forma autônoma – ou mesmo em oposição aos partidos – no Bloco, vários não se apresentam como anarquistas; essa divisão é muito mais um construto externo (em grande parte levado a cabo pela mídia e pelos próprios integrantes de partidos que fazem parte do Bloco) do que um indicativo de que o Bloco seja formado somente por integrantes de partidos políticos ou anarquistas.

violentos, e que essa propensão é parte inelutável de sua personalidade e caráter, de sua subjetividade e de seu ser;¹⁴⁰

Neste ponto, pode-se falar na existência de uma expectativa de que os movimentos sociais que têm feito manifestações de rua desde 2013 no Brasil, que apresentam notadamente a característica de autonomia de seus integrantes durante essas manifestações, têm a propensão de *promover protestos nos quais se cometem crimes*¹⁴¹, especialmente violentos contra a propriedade – depredação, principalmente. Isso é certamente reforçado quando em um desses protestos, como aconteceu no dia 18 de junho, não se tem a presença de atores ligados às formas institucionais de exercício da cidadania. Essa propensão à violência é vista, assim, como parte inelutável do caráter dessas manifestações, é enxergada como algo inafastável da subjetividade de quem promove uma manifestação na rua.

2. como corolário da dimensão anterior, a sujeição criminal implica que o foco criminalizador se transfira do crime e da transgressão à lei para os sujeitos do crime, indivíduos que são definidos pela sua potencial periculosidade e irrecuperabilidade, atributos geralmente conectados às suas origens sociais ou genéticas, que caberia à ciência conhecer;¹⁴²

Continuando a paráfrase de Misse, pode-se perceber que o foco criminalizador, no tocante à manifestação do dia 18 de junho, não se deu em relação a qualquer eventual ação definida como crime que ocorreu durante o protesto – mesmo porque a manifestação não chegou a ocorrer –, mas em relação ao protesto em si. Essa manifestação passou a ser vista não como uma dimensão intrínseca da democracia, mas como algo inerentemente perigoso, algo que *em sua natureza* contém a violência, de forma irrecuperável. Esses atributos estão conectados, no caso da manifestação de 18 de junho, à visão autonomista que, já predominante no Bloco, então foi vista como a *única* postura presente dentre os manifestantes; às características autonomistas das manifestações, durante as quais, mesmo que se *discorde* de práticas violentas nelas ocorridas, pelas características desse coletivo, é necessário *aceitá-las* ou ao menos *tolerá-las*.

¹⁴⁰ MISSE, Michel. Sujeição Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 209.

¹⁴¹ Enquanto escrevo este trecho, indago a meus pais: “Qual a primeira ideia que lhes vem quando falo de protestos?”. As respostas são “quebradeira”, “pauleira e baderna” (eles estão no que se pode denominar *arquétipo da classe média brasileira*, e suas principais – talvez únicas – fontes de informação são telejornais, rádio e jornais editados pela mesma grande empresa de comunicação).

¹⁴² MISSE, Michel. Sujeição Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 209.

Aqui, cabe salientar a semelhança entre o que se verifica em relação às manifestações promovidas pelo Bloco e o que foi identificado por Žižek na interpretação do ocorrido em Nova Orleans depois de a cidade ser atingida pelo furacão Katrina. Logo após a catástrofe climática atingir a cidade, houve diversos relatos de violência, estupros e saques realizados pela população negra e pobre da cidade. Entretanto, investigações posteriores mostraram que a maior parte do que foi relatado simplesmente não ocorrera. Houve inclusive uma citação do superintendente do Departamento de Polícia de Nova Orleans na mídia (no *New York Times*) dando conta de que turistas estariam sendo atacados, agredidos e estuprados nas ruas de Nova Orleans. Apenas duas semanas depois, o mesmo superintendente admitiu que suas declarações não eram verdadeiras, pois não havia informação sobre qualquer homicídio, estupro ou ataque sexual durante o período posterior à passagem do furacão.

De uma forma estranha, algumas crenças parecem sempre funcionar 'à distância': para que a crença funcione, *precisa haver* um avalista final, contudo esse avalista é sempre deferido, deslocado, nunca presente *in persona*. O ponto, claro, é que esse outro sujeito que acredita totalmente não precisa existir para que a crença seja operativa. É suficiente *pressupor* sua existência, isso é, *acreditar* nele, seja sob a forma do Outro primitivo, seja sob a forma do 'alguém' impessoal ('alguém acredita...').¹⁴³

É por meio de um mecanismo similar que se pôde visualizar a manifestação do dia 18 de junho como um evento inerentemente perigoso e violento. O protesto é o próprio instrumento de deslocamento que possibilita que não seja necessário dar voz ou *chance* de cometimento de delitos aos sujeitos nele presentes. Não é necessário que haja efetivamente qualquer ato violento em uma manifestação: *é suficiente pressupor que isso vai acontecer para que essa crença seja operativa*.

3. em decorrência, a discriminação seletiva das características que podem estar associadas a esses indivíduos (cor, roupas, marcas corporais, local de residência, modo de andar, origem social etc.), baseadas seja em "regras de experiência", que alimentam os "roteiros típicos" seguidos pela polícia, seja em estereótipos estabilizados em "tipos sociais", é apresentada e justificada como um critério preventivo de controle social;¹⁴⁴

¹⁴³ ŽIŽEK, Slavoj. **Violence**: six sideways reflections. London: Profile, 2008, tradução livre. ["In an uncanny way, some beliefs always seem to function 'at a distance': in order for the belief to function, there *has to be* some ultimate guarantor of it, yet this guarantor is always deferred, displaced, never present *in persona*. The point, of course, is that this other subject who fully believes need not exist for the belief to be operative. It is enough to *presuppose* his existence, that is, to *believe* in it, either in the guise of the primitive Other or in the guise of the impersonal 'one' ('one believes...')."]

¹⁴⁴ MISSE, Michel. Sujeição Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 209.

Nesse sentido, ao se impedir uma manifestação de acontecer porque se consolidou uma visão de que os protestos sempre contêm atos violentos – “regra de experiência” –, opera um “roteiro típico” em relação às manifestações. Embora tenha havido diversas maneiras com as quais a polícia atuou em relação aos atos, sem que seja possível perceber uma lógica reitora da reação da polícia a cada uma das manifestações das quais participei ao longo da pesquisa, o “roteiro típico” se cristaliza no fato de que as manifestações sempre foram pelo menos monitoradas por contingente considerável de policiais militares, frequentemente com apoio de helicópteros, micro-ônibus, viaturas e motocicletas.¹⁴⁵

É relevante destacar também o papel desempenhado pelos próprios partidos que integram o Bloco no reforço desse processo de sujeição. Ao afirmarem, como justificativa para não participar da manifestação do dia 18 de junho, que havia “conivência” de alguns elementos do Bloco com a violência¹⁴⁶, reforçaram a sujeição criminal do grupo de pessoas que participaria do protesto – com o agravante de que, dessa vez, a atribuição de um caráter violento inelutável vinha de alguém *de dentro* do Bloco, alguém que é visto como tendo conhecimento de causa.

Essa realidade pode ainda ser complementada a partir daquilo que DaMatta chamou de “o dilema brasileiro”: nossa sociedade é, ao mesmo tempo, materialmente ordenada por princípios hierárquicos e autoritários e formalmente idealizada

¹⁴⁵ Esse roteiro típico pode ser observado, também, no hábito da polícia de, após uma manifestação, abordar e revistar sujeitos que haviam participado do protesto, preferencialmente aqueles que o fizeram com o rosto coberto e foram identificados. Assim como não há uma justificativa plausível que sustente a prática de abordagem e revista em pessoas simplesmente porque elas participaram de uma manifestação – a abordagem e revista de manifestantes posterior à manifestação foi realizada inclusive em protestos nos quais não houve qualquer ato violento por parte dos manifestantes –, não há nada de inerentemente errado ou suspeito em cobrir o rosto. “Jacques Lacan argumentava que, mesmo que a esposa do paciente esteja realmente dormindo com outros homens, o ciúme do paciente ainda deve ser tratado como uma condição patológica. [...] Exatamente o mesmo se aplica aos saques em Nova Orleans: *mesmo que TODAS as notícias de violência e estupro fossem provadas factualmente verdadeiras, as histórias circulando sobre elas ainda seriam ‘patológicas’ e racistas*, já que o que motivara essas histórias não foram fatos, mas preconceitos racistas” (ŽIŽEK, Slavoj. **Violence: six sideways reflections**. London: Profile, 2008, tradução livre, grifo do autor. [“Jacques Lacan claimed that, even if the patient’s wife is really sleeping around with other men, the patient’s jealousy is still to be treated as a pathological condition. [...] Exactly the same applies to the looting in New Orleans: *even if ALL reports of violence and rape were to be proved factually true, the stories circulating about them would still be ‘pathological’ and racist*, since what motivated these stories was not facts, but racist prejudices”]). A mesma patologia se verifica na prática policial de abordar e revistar pessoas que participaram de uma manifestação, buscando em especial aquelas que o fizeram com o rosto coberto: mesmo que se verifique, posteriormente, que essas pessoas efetivamente cometeram atos classificados como crimes durante o protesto, a opção por revistá-las é fundamentada em uma visão negativa, preconceituosa acerca de manifestações e do ato de cobrir o rosto.

¹⁴⁶ ROLLSING, Carlos. Militantes do PSTU e PSOL não irão a protesto do bloco de luta nesta quarta. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 jun. 2014.

como igualitária.¹⁴⁷ Isso faz com que, embora tenhamos, por exemplo, a garantia constitucional de livre manifestação do pensamento, haja uma seleção de *quais* pessoas ou grupos são efetivamente dignos de receber os privilégios formalmente estabelecidos como direitos universais.

Nesse ponto, explica-se por que a questão da disputa em torno da produção do espaço público deixou de ter centralidade na pesquisa. Embora efetivamente a questão urbana esteja intrinsecamente ligada à eclosão das “jornadas de junho”,¹⁴⁸ essa é uma questão de fundo dentre outras levantadas pelo Bloco, bem como por outros novos movimentos sociais no Brasil. O problema é que a filtragem acerca de se o assunto deve ou não ser discutido na esfera pública não se dá levando em consideração apenas o assunto em si. Especialmente na realidade brasileira, pode-se verificar uma filtragem inicial que, antes de perguntar *o que* deve ou não ser discutido publicamente, pergunta *quem* está tentando trazer essa discussão.

Exatamente por isso que, em um curto período de tempo logo após as “jornadas de junho”, questões relativas ao direito à cidade e à produção do espaço urbano foram levadas à discussão pública. Grande parte das pessoas que estavam nas “jornadas de junho” eram jovens sem uma participação política anterior, de classe média. Não se enquadravam no arquétipo geralmente atribuído aos movimentos sociais. Após a passagem da “moda” das manifestações e o retorno à *normalidade* de que protesto é conduzido por um determinado *tipo de gente*, também se retorna à normalidade no sentido de não se trazer à discussão algum tema que é levantado por alguém a quem não se reconhece legitimidade para fazê-lo.

Também se pode encarar o impedimento a que o ato do dia 18 tenha ocorrido como uma dimensão do que se pode denominar *governo do exercício da cidadania*. A ideia de governo aqui utilizada é a foucaultiana: não se refere a instituições, ao sistema político, aos poderes constituídos etc.; não se refere à noção de autoridade pública:

Por “gobierno”, aclaraba Foucault, había que entender [...]: la nueva idea de un poder fundado en la transferencia, la alienación o la representación de la voluntad de los individuos; [...] y una “técnica general de gobierno de los hombres” que constituía “el reverso de las estructuras jurídicas y políticas

¹⁴⁷ DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 237.

¹⁴⁸ MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeles**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

de la representación y la condición de funcionamiento [...] de esos aparatos”.¹⁴⁹

Compreendido, por esse prisma, como uma *relação entre sujeitos*, governo é “uma conduta que tem por objeto a conduta de outro indivíduo ou de um grupo. Governar consiste em conduzir condutas”.¹⁵⁰

Governar o exercício da cidadania, nesse sentido, é fazer com que a cidadania se exerça dessas e daquelas maneiras, por meio da participação nesses e naqueles processos. Ou, *contrario sensu*, é fazer com que a cidadania *não* se exerça de determinadas maneiras, *não* envolva a participação em determinados processos.

Quando se impede que uma manifestação aconteça sob determinadas condições, como ocorreu no dia 18 de junho, o que se está fazendo é dizer: “a manifestação do pensamento e o exercício da cidadania são livres, mas em determinados casos, dentro de certos limites, para determinadas pessoas”.

Simon levanta uma discussão acerca de como a ideia de crime vem, nas últimas décadas, assumindo centralidade cada vez maior na governamentalidade estadunidense. Segundo o autor, a difusão de imagens associadas à violência e à criminalidade e a vontade de prevenção e controle – especialmente no tocante à “guerra às drogas” e à “guerra ao terrorismo” – tiveram diversos efeitos nocivos em toda a sociedade estadunidense, destacando-se aquilo que chama de “redução da democracia”.¹⁵¹

Movimento similar tem se operado no Brasil, o que se torna especialmente visível no tocante ao governo do exercício da cidadania após as manifestações de junho de 2013. Diversas dimensões desse fenômeno são verificáveis, dentre as quais se destaca a discrepância entre a exposição midiática de episódios de violência ocorridos nos protestos – geralmente com o enfoque dado à violência praticada por manifestantes – e de reivindicações democráticas articuladas nessas manifestações. Não deixar ocorrer o ato do dia 18 de junho vem nesse sentido, também, de se

¹⁴⁹ SENELLART, Michel. Situación de los Cursos. In: FOUCAULT, Michel. **Seguridad, Territorio, Población**: curso en el Collège de France (1977-1978). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 445.

¹⁵⁰ CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 190.

¹⁵¹ SIMON, Jonathan. **Governing Through Crime**: how the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear. New York: Oxford University, 2007.

passar a mensagem de que algumas formas de exercício da cidadania não são toleradas, de que algumas práticas não são aceitas nesse processo.

É interessante, ainda, notar que o ato do dia 12 de junho foi realizado dentro de uma conjuntura em que, além de os níveis de violência nos protestos realizados em Porto Alegre terem diminuído em comparação com os protestos de 2013 – relativamente ao ano anterior, em 2014 houve pouca depredação praticada em manifestações em Porto Alegre, com menos pessoas aderindo a práticas violentas durante os protestos –, o contingente e o equipamento de policiais militares era mais do que suficiente para ter dispersado os manifestantes. A opção da polícia de, no entanto, não tomar qualquer atitude em relação à violência praticada durante a caminhada pode também ser vista como uma “permissão”, que, em um “ambiente controlado” – ou seja, em um dia no qual as atenções midiáticas de veículos de comunicação de fora da cidade não estavam voltadas a Porto Alegre –, oportunizou que emergisse novamente com força o discurso de que as manifestações de rua são promovidas por pessoas violentas e, portanto, são inerentemente violentas e destrutivas, não políticas.

Isso tudo ainda se relaciona com a questão já levantada da conferência distinta de direitos a determinados grupos, conforme uma escala hierárquica de distinção entre pessoas internalizada. Lembre-se que, após o ato do Bloco no dia 12 de junho, o grupo que resolveu dar prosseguimento ao protesto e tentou se deslocar em direção à região onde estava a Fan Fest foi rapidamente impedido pela polícia de prosseguir, por meio do uso de bombas de gás lacrimogêneo e do emprego da cavalaria.

Fica claro, assim, que não há uma postura disciplinar em relação às manifestações, mas gerencial, governamental, que trabalha no sentido de conduzir as condutas da população para que a política se faça de determinadas maneiras, de que o exercício da cidadania se dê por meio dessa ou daquela ferramenta, mas não de outras. No Brasil, esse processo trabalha de forma articulada com a distinção entre pessoas que podem e pessoas que não podem exercer a cidadania. Quando se nega legitimidade e a possibilidade de realizar uma manifestação a movimentos sociais, está-se dizendo, de forma indireta, que para que a demanda de alguém tenha possibilidade de ser atendida, esse sujeito deve realmente se sujeitar, aderindo às relações e às maneiras *corretas* de fazer política: aos partidos políticos, a outros instrumentos ou foros institucionalizados (e oficial ou culturalmente hierarquizados) de

exercício da cidadania, como audiências públicas com caráter estritamente consultivo, ao processo eleitoral – lembre-se que o mandamento “protesta na urna” é repetido à exaustão por pessoas contrárias à realização de manifestações de rua.

Outro ponto que merece ser tratado é a distinção entre haver ou não partida sendo realizada em Porto Alegre em cada manifestação. No dia 12 de junho, data da abertura e da primeira partida da Copa do Mundo, o ato foi realizado algumas horas antes do início do jogo entre as seleções brasileira e croata, realizada em São Paulo. Em Porto Alegre, as atividades relativas à Copa restringiam-se basicamente à Fan Fest, realizada no Anfiteatro Pôr-do-Sol, localizado na orla do Lago Guaíba, relativamente afastado da região do centro da Cidade pela qual circulou a manifestação (o ponto mais próximo da Fan Fest pelo qual a caminhada passou, o viaduto da Avenida Borges de Medeiros sobre a Avenida Loureiro da Silva, fica a 1,5km de distância; mesmo assim, nesse local havia uma barreira da polícia para impedir a manifestação de prosseguir, se tivesse tentado ir em direção à Fan Fest). Por óbvio, as atenções midiáticas na cidade estavam basicamente voltadas ao evento realizado para torcedores acompanharem a partida inaugural do evento.

Já no dia 18 de junho, essa situação estava invertida. Além de haver uma partida que seria realizada às 13h entre holandeses e australianos – ou seja, praticamente no mesmo horário em que estava programado o protesto –, havia o elemento de que vários dos torcedores que acompanhariam a partida no estádio ou na Fan Fest se reuniriam no Largo Jornalista Glênio Peres e se deslocariam pelo Caminho do Gol. Esse trajeto percorria quase toda a extensão da Avenida Borges de Medeiros, e, na esquina com a Avenida Senador Salgado Filho, ficava a aproximadamente 600m da Praça Argentina, local de concentração da manifestação (quando tentou-se iniciar a caminhada, a direção a ser seguida era essa). Embora na hora do ato os torcedores já tivessem há horas percorrido o Caminho do Gol, o local continuava “destinado” à Copa, permanecendo até horas depois da partida a interrupção do trânsito em uma das pistas da avenida, pois muitos torcedores o utilizavam também para voltar do jogo.

Não há como afirmar que, tivesse a manifestação chegado à Avenida Borges de Medeiros, os acontecimentos se desenrolariam de uma ou outra maneira. A conjugação entre o reduzido número de manifestantes e o grande número de policiais, bem como a possibilidade de a polícia posicionar grupos de forma preventiva em frente a alvos comuns de depredação, como agências bancárias, provavelmente

impediria que houvesse qualquer ato de violência. No entanto, a opção, ao ser definida a estratégia adotada pela polícia, parece ter sido por *não correr riscos*.

Vários seriam esses riscos, como o de que a manifestação crescesse de tamanho durante seu percurso e deixasse, assim, de ser algo que poderia ser facilmente controlado pela polícia; ou o de que, mesmo com a superioridade numérica dos policiais, que alguém tivesse algum ato violento que desencadeasse um confronto entre policiais e manifestantes.

Entretanto, penso que o ponto mais crucial da recusa à realização da manifestação era o de que não se podia tolerar que os sujeitos nela presentes tivessem qualquer possibilidade de ter voz. Como bem identifica Clastres, nas sociedades contemporâneas ocidentais – distintamente das sociedades primitivas estudadas pelo autor, nas quais os chefes não exerciam poder, pois detinham tão somente o lugar da palavra, falavam, ou melhor, lhes era permitido falar porque não mandavam¹⁵² –, a palavra e o poder confundem-se, ocupando o mesmo lugar, que é o Estado.¹⁵³

Assim, o que ocorreu no ato do dia 18 de junho foi um fenômeno de exasperação do governo do exercício da cidadania, fortalecedor da nossa cultura de exclusão política. Não se podia dar oportunidade para que aqueles sujeitos e aquela forma de exercer a cidadania – os quais não têm efetivo direito à cidadania, não são reconhecidos como legítimos para tanto – tomassem para si a palavra e, por conseguinte, exercitassem poder.

2.4 POSSÍVEIS LEITURAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DO BLOCO

Essa última seção tem por intuito realizar algumas reflexões, a partir do fenômeno do Bloco, acerca de possíveis *insights* para se pensarem os novos movimentos sociais no Brasil.

¹⁵² CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. In: CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 201-231.

¹⁵³ CLASTRES, Pierre. O Poder da Palavra. In: CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p.168-172.

O Bloco surgiu como um coletivo organizado no início de 2012, a partir da necessidade identificada por diversos atores que, em Porto Alegre, atuavam de forma não articulada em diversos âmbitos em oposição aos aumentos anuais nas tarifas do transporte coletivo por ônibus. Esses atores – integrantes de algumas correntes de partidos políticos, coletivos independentes e indivíduos autônomos –, embora buscassem todos intervir na mesma realidade, o faziam até então de forma bastante desconectada e, principalmente, de forma descontínua. Normalmente, se uniam em torno da reivindicação contrária ao aumento das passagens e, esgotada essa questão, separavam-se para voltarem a se reunir no ano seguinte. Foi a identificação de um interesse em comum entre as diversas posições e da necessidade de que o diálogo entre os envolvidos nessa demanda fosse permanente que o coletivo foi formado como um espaço de frente de unidade de ação política.

Desde o seu início, o Bloco sempre teve como uma de suas principais balizas a posição de independência, tentando evitar que suas ações fossem atreladas aos interesses de alguma instituição externa, como partidos políticos. Como compreender esse posicionamento radicalizado por independência?

Esse fenômeno deve ser compreendido, penso, a partir da identificação primordial de que há uma crise global do sistema de representatividade parlamentar. A falta de credibilidade em partidos políticos e em processos eleitorais é uma característica praticamente universal nos novos movimentos sociais. Há várias tentativas de explicar esse fenômeno. Para Harvey¹⁵⁴, Žižek¹⁵⁵ e Hard e Negri¹⁵⁶, apesar de algumas diferenças entre si, a questão se resume ao fato de que o poder político institucional não é mais reconhecido como eficaz porque foi paulatinamente, nas últimas décadas, colonizado pelo poder econômico. Assim, empresas privadas detentoras de grandes fortunas teriam um controle das decisões políticas (não apenas de parlamentos, mas de outros órgãos institucionais como administração e poder judiciário). Por outro lado, Castells sustenta que a crise do sistema parlamentar representativo se insere no que chama de “déficit democrático”. Embora o autor espanhol também reconheça que de fato haja uma superioridade dos interesses econômicos

¹⁵⁴ HARVEY, David. **Rebel Cities: from the Right to the City to the Urban Revolution**. London: Verso, 2012.

¹⁵⁵ ŽIŽEK, Slavoj. **The Year of Dreaming Dangerously**. London: Verso, 2012. ŽIŽEK, Slavoj. O Violento Silêncio de um Novo Começo. Tradução de Fernando Marcelino e Chrysantho Sholl. In: HARVEY, David *et al.*. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior: 2012.

¹⁵⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaration**. New York: Argo Navis, 2012.

no jogo político institucionalizado, para ele o problema maior é que as pessoas não veem seus interesses contemplados e, *ao mesmo tempo*, não conseguem encontrar maneiras efetivas de participar desse processo.¹⁵⁷

Por sua vez, Mouffe, analisando a realidade dos países centrais da Europa Ocidental, sustenta que o problema principal da crise de credibilidade atravessada atualmente por partidos políticos passa pelos modelos consensuais de democracia e seus efeitos. A autora critica a ideia de que “[...] o estágio de desenvolvimento econômico-político que constitui um grande progresso na evolução da humanidade”,¹⁵⁸ ou seja, àquilo que se pode considerar uma visão pós-política de mundo, que, em lugar de superar o conflito – o que se propõe quando se defende uma administração técnica (tecnicista), além da divisão entre esquerda e direita, ou, como também é comum, quando se afirma que determinada questão é “suprapartidária” –, contribui para exacerbar a dimensão de antagonismo existente na sociedade.

Harvey destaca um dos efeitos dessa hegemonia de um pensamento pretensamente pós-político, ao comentar:

Descrever algo como “guerra de classes” significa, no clima político atual e no julgamento de seus [do “Partido de Wall Street”] especialistas, colocar-se fora do espectro de considerações sérias e até mesmo ser tido como imbecil ou sedicioso.¹⁵⁹

Mouffe parte de uma distinção entre duas categorias: *o político* e *política*.

Por ‘o político’ me refiro à dimensão de antagonismo que é inerente a relações humanas, antagonismo que pode tomar várias formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais. ‘Política’, por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre potencialmente conflituais, por serem afetadas pela dimensão do ‘político’.¹⁶⁰

A partir dessa compreensão de que o conflito é inerente ao político e de que, portanto, a política consiste em “domesticar hostilidades”, em fornecer meca-

¹⁵⁷ CASTELLS, Manuel. **Networks of Outrage and Hope**: social movements in the internet age. Cambridge: Polity, 2012.

¹⁵⁸ MOUFFE, Chantal. **On the Political**. London: Routledge, 2005, p. 1 (tradução livre). “[...] the stage of economic-political development that we have now reached constitutes a great progress in the evolution of humanity [...]”]

¹⁵⁹ HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. Tradução de João Alexandre Peschanski. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo; Carta Maior: 2012, p. 60.

¹⁶⁰ MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2005, p. 101 (tradução livre). “[By ‘the political’, I refer to the dimension of antagonism that is inherent in human relations, antagonism that can take many forms and emerge in different types of social relations. ‘Politics’, on the other side, indicates the ensemble of practices, discourses and institutions which seek to establish a certain order and organize human coexistence in conditions that are always potentially conflictual because they are affected by the dimension of ‘the political’.]”]

nismos que impeçam a manifestações de relações humanas em termos estritamente antagônicos (ou seja, que impeçam que partes conflitantes se vejam como inimigas), Mouffe sustenta que a questão-chave para a política democrática não pode ser destinada a promover um consenso geral, visto que seu eventual sucesso significaria a extinção da dimensão do político.¹⁶¹

Mouffe centra sua crítica principalmente nos modelos dialogais de democracia, em especial os de Habermas, Rawls, Giddens e Beck, e em suas consequências.

Quanto a Rawls, a autora argumenta que, como resultado da articulação entre vários discursos que não têm relação necessária, tais discursos foram fundidos sob o termo *liberalismo*, sendo a confusão entre liberalismo político e liberalismo econômico um dos pontos mais relevantes. A justiça como equidade de Rawls é fundamentada na ideia indutiva de escolhas que seriam feitas por sujeitos racionais na posição original, encobertos pelo véu de ignorância.¹⁶² Tal noção peca, segundo Mouffe, por não levar em consideração que a possibilidade de articulação entre os interesses a serem perseguidos, por meio de uma tentativa de estabelecer regras consensuais e neutras que, embora tenham uma dimensão moral – o autor defende que existam limites morais a serem observados na busca por interesses, o que o afasta de visões mais utilitaristas –, não contempla a necessidade de existência de um espaço propriamente político entre o que é *razoável* e o que é *racional*. Esse espaço propriamente político deve ser estabelecido independentemente de moralidade ou economia. Além disso, tal visão ignora que a fronteira entre privado e público não é algo dado e que pluralismo não significa que concepções conflitantes coexistirão pacificamente sem tentar intervir na esfera pública.¹⁶³

Interpretação similar é feita em relação a Habermas, cuja teoria procedimentalista é embasada em uma deliberação que deve ser feita sem limitações de alcance e de conteúdo: “São as restrições procedimentais da situação de fala ideal que eliminarão as posições com as quais os participantes não podem concordar no ‘discurso’ moral”, o qual é caracterizado por participação igualitária e simétrica, possibilidade de questionamento acerca do tópico da discussão e das próprias regras do procedimento e possibilidade de que qualquer indivíduo ou grupo possa partici-

¹⁶¹ MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2005, p. 101.

¹⁶² RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University, 1971.

¹⁶³ MOUFFE, Chantal. **The Return of the Political**. London: Verso, 2005, p. 42-49.

par, desde que possa demonstrar que é afetado pelo tema em questão.¹⁶⁴ Assim como Rawls (que faz a distinção entre público e privado), Habermas relega o pluralismo a uma posição exterior ao debate, o que faz por meio de sua distinção entre *ética* e *moralidade*. Enquanto aquela se refere a uma dimensão na qual existem concepções conflitivas acerca de uma vida boa, esta denota um domínio no qual um procedimentalismo imparcial pode ser implementado, o que conduziria a princípios universais. O problema dessa concepção é que não reconhece que a política “não é um terreno neutro que pode ser isolado do pluralismo de valores e onde soluções racionais e universais podem ser formuladas”.¹⁶⁵

No tocante às teorias de Giddens e de Beck, Mouffe argumenta que são embasadas em uma visão eminentemente pós-política – relacionada à translação ao pensamento político de algumas teorias da pós-modernidade ou modernidade tardia –, segundo a qual vivemos em uma época na qual esquerda e direita não mais são categorias válidas para a compreensão da política. Isso tem relação com o movimento em direção ao centro realizado desde a década de 1980 pelos partidos socialistas na Europa Ocidental, com a social-democracia se aproximando cada vez mais de uma posição alegadamente de centro e não mais se apresentando como esquerda.¹⁶⁶ Trabalhando a partir da concepção de modernidade reflexiva, Giddens e Beck sustentam que a dinâmica de individualização característica opera como uma barreira à formação de identidades coletivas e, por conseguinte, à emergência da consciência coletiva associada, por exemplo, aos partidos políticos e aos sindicatos. Assim, quem defende essas formas *arcaicas* de enxergar a política é visto como um fundamentalista ou um tradicionalista, arraigado a práticas que não têm mais lugar na modernidade reflexiva.¹⁶⁷

O que todas essas propostas de democracia deliberativa têm em comum é uma crença em que por meio de participação e discussão informadas, as pessoas atingiriam, por um processo de construção racional, um acordo acerca das melhores ações políticas a serem tomadas pela coletividade. As discordâncias entre essas correntes são muito mais no sentido de quais são os mecanismos que possibilitarão

¹⁶⁴ MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2005, p. 86 (tradução livre). [“It is the procedural constraints of the ideal speech that situation that will eliminate the positions which cannot be agreed to by the participants of the moral ‘discourse’.”]

¹⁶⁵ MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2005, p. 92 (tradução livre). [“[...] is not a neutral terrain that could be insulated from the pluralism of values and where rational, universal solutions could be formulated.”]

¹⁶⁶ MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2005, p. 108-109.

¹⁶⁷ MOUFFE, Chantal. **On the Political**. London: Routledge, 2005, p. 48-49.

esse espaço de diálogo dentro do qual se chegará aos consensos racionais esperados.¹⁶⁸ Além disso, ao se argumentar que a divisão entre esquerda e direita perdeu seu significado na contemporaneidade e que é possível se chegar a soluções racionais neutras que seriam satisfatórias para todos, se ignoram as relações de poder e seu papel constitutivo na sociedade: essas relações são transformadas em uma (reducionista) disputa por interesses harmonizável por meio do diálogo. A política passa a naturalizar as relações de poder, em vez de oportunizar a emergência *domesticada* de conflitos e hostilidades.¹⁶⁹

E essa fundamentação em um ideal racionalista, aliada ao movimento em direção ao centro dos partidos de esquerda, faz com que aqueles que não se adequam a esse paradigma sejam vistos como seres irracionais. Não são adversários: como não merecem ser ouvidos (não há necessidade de se ouvir seres irracionais), deixam de ser adversários para serem inimigos. Em vez de terem *posicionamentos políticos distintos*, têm *essências distintas*: “[...] portanto, não é outro ser humano com uma rica vida interior cheia de histórias pessoais as quais são autonarradas a fim de se adquirir uma significativa experiência de vida, uma vez que tal pessoa não pode, em última análise, ser um inimigo”.¹⁷⁰

Outro efeito desse contexto é o crescimento de dois fenômenos: de um lado, os “novos movimentos sociais” dissociados da democracia representativa – com efeito, pode-se falar mesmo em *rejeição* do sistema político vigente –; de outro, o fortalecimento do populismo de direita. Esses dois movimentos estão inter-relacionados, como demonstra Castells: o movimento *Indignadas* da Espanha aparenta, segundo o autor, ter exercido papel fundamental na derrota sofrida pelo partido socialista – que dominava o cenário eleitoral espanhol desde 1982 – nas eleições parlamentares em novembro de 2011, quando teve uma redução de 4,3 milhões de votos na comparação com a eleição anterior.¹⁷¹ Por sua vez, os partidos populistas de direita também têm obtido sucesso por serem capazes de articular demandas realmente democráticas que não são contempladas pelos outros partidos.¹⁷² Dema-

¹⁶⁸ MOUFFE, Chantal. **Agonistics**: thinking the world politically. London: Verso, 2013, p. 54.

¹⁶⁹ MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2005, p. 110.

¹⁷⁰ ŽIŽEK, Slavoj. **Violence**: six sideways reflections. London: Profile, 2008, loc. 656. “[...] is thus not another human being with a rich inner life filled with personal stories which are selfnarrated in order to acquire a meaningful experience of life, since such a person cannot ultimately be an enemy.”]

¹⁷¹ CASTELLS, Manuel. **Networks of Outrage and Hope**: social movements in the internet age. Cambridge: Polity, 2012, p. 136-140.

¹⁷² Uma visão do populismo como algo não irracional é apresentada em LACLAU, Ernesto. **La Razón Populista**. Tradução de Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

gogos hábeis articulam, assim, em programas geralmente carregados de discriminação – racismo, patriarcalismo, xenofobia etc. –, e são rapidamente rotulados de *extrema direita* (novamente, algo irracional), essas demandas esquecidas, fornecendo esperança de que as coisas podem ser diferentes. Mas, mesmo assim, acabam sendo uma forma significativa de possibilidade de expressão de paixões políticas, o que foi extirpado do debate político neoliberal.¹⁷³

Em suma, como explica Laclau, referindo-se ao crescimento de partidos da “extrema direita” na Europa, as pessoas sentem que não têm alternativa política, as diferenças entre esquerda e direita hoje são mínimas, e se a esquerda não apresentar um sistema claramente alternativo, a direita o fará, com eleitores tradicionais da esquerda votando em candidatos da extrema direita. Segundo o autor, “[...] a não ser que a esquerda comece a apresentar um real sistema alternativo, provavelmente todo o voto de protesto irá em direção à direita – ao populismo de direita”.¹⁷⁴

No Brasil, o Bloco e outros novos movimentos sociais têm aumentado em frequência e intensidade ao longo dos últimos anos, e cabe um esforço de compreensão acerca de quais as condições para que isso ocorra. É possível que um dos pontos mais relevantes para que o crescimento dos novos movimentos sociais se dê no período recente de poucos anos seja o movimento realizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde a assunção ao Governo Federal, com a eleição, em 2002, de Luís Inácio Lula da Silva como presidente da República. O PT, tanto na formulação da campanha eleitoral como quando efetivamente assumiu o Governo Federal, fez esse mesmo deslocamento em direção ao centro que fora realizado por partidos socialistas na Europa.

Movimentos sociais fundados em ideias de atuação política desvinculada de laços institucionais não são algo novo no Brasil. O principal ator dessa natureza das últimas décadas foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ligado principalmente a questões relativas à reforma agrária e ao combate ao latifúndio rural. O importante do MST para a compreensão da realidade atual é que, de certa forma, ele é o Bloco de vinte anos atrás: eram vistos por uma parcela significativa dos atores inseridos dentro da lógica institucionalizada de política (partidos, go-

¹⁷³ MOUFFE, Chantal. **On the Political**. London: Routledge, 2005, p. 69-72.

¹⁷⁴ AVGITIDOU, Athena; KOUKOU, Eleni. The Defender of Contingency: an interview with Ernesto Laclau. **Intellectum**, v. 5, dez. 2008, p. 94 (tradução livre). “[...] unless the left starts presenting a real system of alternative, probably the whole protest vote is going to go in the right-wing direction – in the populism of the right.”]

vernos, etc.) como um grupo sem qualquer legitimidade. Em face de suas ações geralmente definidas como crimes, chegava-se a considerá-los o mais próximo que tínhamos, no Brasil, do que se poderia chamar de uma organização terrorista. O MST não deveria ser inserido, mas combatido.

Entretanto, o Partido dos Trabalhadores exercia, na relação entre movimentos sociais independentes e a política institucionalizada, um importante papel de *mediação*. Com trânsito e reconhecimento de legitimidade em *ambos os lados*, o PT acabava por fazer, no campo institucional, um contraponto *minimamente ouvido* ao discurso de ilegitimidade e de necessidade de eliminação do MST; da mesma forma, no espaço do MST o PT era um agente que, por seu posicionamento político histórico, garantia que esse movimento também emprestasse um mínimo de legitimidade à política institucionalizada.

Essa lógica de funcionamento se repetia, de certa forma, em todo o campo dos movimentos sociais independentes no Brasil. O próprio crescimento do PT, culminando na sua eleição para assumir a presidência da República, pode ser visto como um processo de paulatina ocupação, pelo partido, do posto de *convergência de afetos* de um amplo espectro do posicionamento político de esquerda no País, que ia desde a centro-esquerda até setores que rejeitavam, em alguma medida, a forma institucionalizada como uma maneira efetiva de se buscar o atendimento de demandas democráticas, mas enxergavam no PT uma forma de produzir melhorias *por dentro* do sistema político institucionalizado.

Ocorre que, após o PT assumir o Governo Federal, por motivos cuja exposição, análise e valoração não são relevantes para o raciocínio aqui exposto, intensificou-se um processo dividido em duas dimensões, que teve influência significativa na forma como o Bloco e a institucionalidade se veem:

O Estado promoveu reformas e descentralizou operações de atendimento na área social. Foram criados canais de mediação, inúmeros novos programas sociais e institucionalizadas formas de atendimento às demandas. De um lado, observa-se que esse fato foi uma vitória, porque foram reconhecidas como direito demandas anteriores, inscritas em práticas da gestão pública. Por outro lado, em virtude da forma como foram implementadas as novas políticas, ancoradas no pragmatismo tecnocrático, a maioria dos projetos sociais implementados passou a ter caráter fiscalizatório ou a ser parte de redes clientelistas, e não de controle social de fato.¹⁷⁵

¹⁷⁵ GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2013, p. 224-225.

Por um lado, houve um deslocamento de setores dos movimentos sociais para o campo institucionalizado. Por outro, houve uma radicalização de movimentos sociais mais refratários ao ingresso na lógica institucionalizada de política, instigados principalmente por uma rejeição exatamente ao caráter fiscalizatório e à lógica clientelista predominantes nas formas de exercício da cidadania implementadas nos últimos anos. Isso tudo fez com que, em uma medida considerável, o PT deixasse de exercer o papel de mediação que antes exercia, deixando vazio este espaço.¹⁷⁶ Estando o espaço vazio, essa *função* não é exercida.

Como essa função não é exercida, o que acaba ocorrendo é que se generaliza a postura de não atribuição de legitimidade à parte adversária. E, com isso, adversários não se veem como tais, mas como inimigos que se devem eliminar. Isso acaba impedindo que qualquer conversa se estabeleça entre os lados:

Antes que dois conversem, ou que um conte seus pensamentos e projetos, proponha suas ideias ou pergunte o que tem a perguntar, *é necessário que um, em uma decisão anterior a toda e qualquer racionalização que se possa seguir, não seja morto pelo outro*, ou toda e qualquer relação, toda e qualquer filosofia é definitivamente abortada.¹⁷⁷

É exatamente dentro dessa lógica que se insere a questão da violência existente na relação entre o Bloco e a institucionalidade. Isso é reforçado, ainda, por uma característica cultural brasileira de aversão ao conflito, eis que em nossa sociedade autoritária é visceralmente avessa a ele, que não é visto como uma crise que pode levar a algo melhor, mas sempre como uma ameaça à ordem hierárquica preestabelecida.¹⁷⁸

Temos, de um lado, um movimento social que não atribui legitimidade às formas institucionalizadas de atuação política, radicalizado em sua posição independente a ponto de adotar uma organização interna tão autônoma que aceita atos violentos de seus integrantes, mesmo consciente dos prejuízos que isso pode trazer especialmente em termos de criminalização, tanto pelas agências estatais (polícias,

¹⁷⁶ O PSOL é atualmente o ator político que mais claramente busca ocupar esse espaço vazio. Por diversos motivos esse objetivo (ainda) não é executado em uma intensidade que permita *apaziguar os conflitos*, dentre os quais se destacam os fatos de o PSOL ainda ser um partido incipiente (teve seu registro reconhecido em 15 de setembro de 2005), o fato de que movimentos sociais independentes tendem a ver os partidos políticos com ainda maior restrição após o que muitos consideram uma “traição” por parte do PT, e o próprio posicionamento ambíguo diversas vezes assumido pelo PSOL em relação a práticas controversas dos movimentos sociais.

¹⁷⁷ SOUZA, Ricardo Timm de. **Justiça em seus Termos**: dignidade humana, dignidade do mundo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 104, grifo do autor.

¹⁷⁸ DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 189-190.

órgãos judiciais) como pela mídia. Essa criminalização – especialmente a simbólica, promovida pelos veículos de comunicação – tem inclusive efeitos prejudiciais na busca de fortalecimento do movimento pela conquista do apoio de pessoas ou organizações.

Por outro lado, há um campo institucionalizado que não reconhece como legítimo o Bloco, pois são *pessoas ilegítimas* adotando *práticas ilegítimas*. A violência existente em manifestações serve como argumento para que práticas excludentes sejam adotadas por esse campo institucionalizado. Isso faz com que as questões políticas levantadas por esse coletivo não sejam sequer respondidas e, em situações extremas, como foi o protesto do dia 18 de junho, lhes sejam negados os direitos políticos mais básicos (com o uso de violência para tanto, se necessário).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como compreender o fenômeno do Bloco em Porto Alegre e as formas pelas quais a violência permeia suas relações com outros atores políticos? Este trabalho partiu da premissa de que explicações totalizantes, as quais geralmente subtraem ou diminuem a racionalidade dos sujeitos envolvidos nos processos de disputa política, não podem dar conta da complexidade inerente a esses fenômenos. Penso que mais relevante do que se buscarem *causas* para a violência, é indispensável que se faça um esforço de compreensão desse fenômeno a partir da pressuposição radical de que todos os atores envolvidos são sujeitos racionais que buscam ver seus interesses contemplados.

Foi a partir dessa premissa que se organizou o presente trabalho. Para que, a partir dela, fosse possível se chegar a conclusões menos totalizantes sobre a realidade sociopolítica na qual se insere o Bloco, entendo que foi imprescindível a pesquisa de campo realizada como integrante do coletivo. Por meio dela, foi possível verificar (de forma que seria absolutamente impossível caso a pesquisa se desse sem a inserção no Bloco) o quanto o Bloco é composto de pessoas e organizações “normais”, “comuns”. Não são “bandidos” ou “baderneiros”, como parece à leitura de alguns materiais sobre o coletivo; também não são “heróis” ou “vítimas”, como sugerem outras posições. Trata-se, isso sim, de indivíduos e organizações políticas que, buscando seus objetivos, cometem erros e acertos.

O próprio fato de que a pesquisa foi se delineando *já durante* a realização do campo reflete essa realidade: como o Bloco é algo que está em constante transformação, é natural que um estudo acerca do coletivo esteja também sujeito a se modificar durante seu transcurso. Fosse diferente, a pesquisa se mostraria insensível a seu objeto e suas nuances.

Como afirmado, o objetivo dessa dissertação era, mais do que se buscarem respostas, provocar questionamentos acerca de como a violência permeia as relações entre o Bloco de Luta pelo Transporte Público e a institucionalidade, em Porto Alegre. Questionamentos que possam auxiliar na tarefa de compreensão de quais são os papéis que a violência e a política desempenham na sociedade e, para além disso, que permitam-nos buscar formas menos violentas de resolução dos conflitos políticos nela presentes.

No primeiro capítulo, foi relatada a experiência de praticamente um ano como participante do Bloco. Ali, fica claro que a principal característica do Bloco é a sua complexidade e a conseqüente dificuldade de se encontrarem explicações totalizantes sobre esse fenômeno. A experiência ali descrita demonstrou que, diferentemente do que pregam alguns discursos, não se trata de sujeitos irracionais, de baderneiros que só querem fazer bagunça. O Bloco é composto, isso sim, de indivíduos e organizações que, tendo alguns interesses políticos em comum, buscam formas de organização que garantam um equilíbrio entre a ação coletiva em unidade e o respeito às distintas posições dos indivíduos e coletivos que o compõem.

Isso, como ficou demonstrado, impõe diversas dificuldades ao coletivo. É utilizada uma parte considerável de suas energias na busca de soluções minimamente consensuais e que privilegiam o Bloco como um espaço onde a autonomia individual é respeitada. Esse esforço acaba, de certa forma, fortalecendo a visão de que o Bloco é inerentemente violento, pois grande parte do coletivo tenta não adotar discursos de rechaço a práticas individuais que ocorrem em espaços por ele promovidos.

Já no segundo capítulo, busquei responder ao problema de pesquisa, por meio da realização de uma comparação entre os pontos das manifestações realizadas nos dias 12 e 18 de junho que, penso, são mais importantes para compreender o que ocorreu nesses dois protestos, especialmente no do dia 18, quando alguns direitos políticos foram sumariamente retirados de dezenas de pessoas, em uma ação premeditada levada a cabo pela polícia.

Como foi possível que, em um intervalo de apenas seis dias, dois atos similares tenham ocorrido de formas tão distintas entre si?

Algumas das condições identificadas dizem respeito às possibilidades de organização de cada ato (para o protesto do dia 12, houve praticamente um mês de preparação, o que levou à participação de número relativamente grande de manifestantes, o que não ocorreu em relação ao ato do dia 18), à distinção entre haver ou não partida da Copa sendo realizada em Porto Alegre em cada uma das datas (havendo partida em Porto Alegre, como era o caso do dia 18, havia uma necessidade de se tornar invisível o protesto e de não se correrem riscos de que confrontos ocorressem).

Entretanto, penso que a mais relevante das condições identificadas diz respeito a *quem* eram as pessoas presentes em cada manifestação. No dia 12 de

junho, havia uma certa amplitude de atores envolvidos no protesto, com a participação de membros de sindicatos e de partidos políticos, ferramentas *legítimas* de exercício da cidadania. Já no dia 18, sem a presença desses sujeitos e levando em conta a justificativa apresentada por PSOL e PSTU para ausentarem-se da manifestação, o protesto passa a ser visto como algo promovido exclusivamente por quem promove, defende ou é “conivente” com atos de depredação.

As conclusões mais relevantes foram no sentido de que o ocorrido durante esses dois atos foi um exercício da hierarquização de pessoas que é característica cultural brasileira. Aqui, direitos são conferidos ou negados de acordo com o grupo a que cada pessoa pertence. O que ficou expresso nos dois atos analisados é que essa conferência seletiva de direitos obedece a uma lógica complexa, sendo que o mesmo ator (no caso, o Bloco) pode, de acordo com a situação, enquadrar-se entre aqueles que merecem ou aqueles que não merecem ter seus direitos assegurados.

Grande parte da indignação existente no Bloco é resultado disso, pois são sujeitos organizados em torno de ideais e demandas políticas mais ou menos conjugados entre elas, que não conseguem ver seus interesses reconhecidos ou muito menos atendidos; são pessoas que, ao buscarem participar da vida da *polis*, geralmente recebem como resposta principal, se não única, o mesmo tratamento que tradicionalmente é dispensado a movimentos sociais no Brasil, que vem na forma de violência praticada pela polícia.

Nas histórias em quadrinhos, o super-herói Hulk, inspirado no clássico de Robert Louis Stevenson O Estranho Caso de Dr. Jekyll e Mr. Hide, é o selvagem e poderoso, extremamente violento, alter-ego do cientista Bruce Banner, que se manifesta sempre que Banner é tomado pela raiva. Hulk geralmente é combatido pelas forças armadas, pois é encarado como uma ameaça.

No filme Os Vingadores (*The Avengers*, 2012), no qual seu alter-ego passa a maior parte do tempo sem se manifestar, Bruce Banner é constantemente indagado acerca de como faz para controlar sua raiva, sempre desconversando ou dando meias-respostas, até que, no fim do filme, ao ouvir do Capitão América que “agora seria um bom momento para ficar com raiva”, responde: “Este é meu segredo, Capitão; eu estou sempre com raiva”.

Talvez passe por aí a compreensão de como se dá a presença da violência na relação entre os novos movimentos sociais e a institucionalidade. A violência

que ocorre nos novos movimentos sociais (e a violência que ocorre na *resposta* a ela), se nos recusamos a enxergá-los como algo composto por atores irracionais, está ligada a um sentimento de raiva com algo. Penso que esse algo pode ser chamado de *exclusão política*.

A principal característica da maioria dos novos movimentos sociais, em diversos locais do mundo, é a acentuada presença de jovens. Esse protagonismo assumido pela juventude pode parecer, à primeira vista, uma consequência *natural* da conjuntura econômica, principalmente se pensarmos na Europa, onde os jovens são a faixa da população mais atingida pela crise econômica iniciada com a quebra do banco de investimentos estadunidense Lehman Brothers em 2008 (na Espanha, por exemplo, em setembro de 2014, um quarto da população estava desempregada – entre os jovens, a taxa de desemprego no mesmo período era de 53,7%¹⁷⁹). No entanto, essa predominância de jovens é praticamente uma constante em todas as manifestações desse fenômeno na última década, em diversos locais do mundo.

O que ocorre, a meu ver, é que existe uma exclusão quase completa de uma parcela significativa da população dos processos políticos de tomadas de decisão, ou seja, há várias pessoas que não têm sequer a possibilidade de efetivamente influenciar na tomada de decisões que afetam diretamente suas vidas. Isso se manifesta de diferentes maneiras, dependendo de onde se analisa o problema. Nos Estados Unidos da América e na Europa Ocidental, essa exclusão passa a se dar com mais força com o declínio da social democracia a partir da década de 1980 e da ascensão do discurso neoliberal pós-político, da colonização cada vez mais forte da política pelo poder econômico. No Oriente Médio – podemos pensar na Primavera Árabe –, essa exclusão é mais *literalmente política*: com diferentes características em cada país, alguns com matizes mais militarizados, outros com um viés religioso mais acentuado, há também um déficit democrático.

No Brasil, essa exclusão é ainda mais fortemente enraizada, pois se funda na constituição histórica da nação brasileira, que, embora se apresente formalmente igualitária, se construiu e permanece extremamente hierarquizada e estamental. Aqui, todos devem saber *o seu lugar* na sociedade. De certa forma, nós brasileiros sabemos, pois aprendemos culturalmente, *quem* pode fazer política e *como* se pode fazer política. Não faltam rituais cotidianos para demonstrar isso, dentre os

¹⁷⁹ DESEMPREGO entre jovens passa dos 50% na Espanha e na Grécia. **G1**, São Paulo, 31 out. 2014.

quais se destaca a confusão que fazemos entre respeito e subserviência quando relacionando-nos com alguma “autoridade”.

A rapper francesa Keny Arkana resume, na canção *A Raiva (La Rage)*, o sentimento dessa parcela da população que se vê privada de participação na *polis*:

Ok, a gente tem raiva, mas não aquela que faz babar / [...] A raiva de ver nossos objetivos travados, de viver na encruzilhada / [...] A raiva de ter crescido muito rápido quando os adultos roubam tua infância / [...] A raiva de ver tantos CRSs¹⁸⁰ armados nas nossas ruas / A raiva de ver essa merda de mundo se autodestruir / [...] A raiva de ser tão cicatrizados por essas merdas de normas / [...] Por termos raiva, a gente vai ficar de pé para tudo que acontecer / A raiva de ir até o fim, e lá a gente vê bem onde a vida está nos levando / Por termos raiva, a gente não vai mais ficar em silêncio e se sentar / A partir de agora, estamos prontos porque temos raiva, coração e fé.¹⁸¹

Essa raiva e os diversos fenômenos por meio dos quais ela se manifesta, vários deles violentos, perpetuam uma não conferência mútua de legitimidade entre os novos movimentos sociais e a institucionalidade. Trabalha-se numa lógica de simples transposição, na qual a não conferência de legitimidade a um ato violento ocorrido em um protesto estende seus efeitos a tudo que o cerca – a quem pratica o ato violento, a quem não conjuga da postura de condenação a esse ato e mesmo à própria reivindicação do protesto. Daí a rapidez com que esses novos movimentos sociais passam a ser encarados como algo inerentemente violento, como algo irracional.

Por seu lado, os novos movimentos sociais, por seu caráter acentuado de rejeição às formas institucionalizadas de política – principalmente a partidos políticos -, também acabam não conferindo legitimidade a quem opta por esse viés de exercício da cidadania. Isso se verifica especialmente no caso do Bloco de Luta pelo Transporte Público, mesmo com a participação de integrantes de partidos políticos no coletivo.

O que ocorre é que, nesse jogo, ninguém vê a parte oposta como adversário, o que faz com que cada parte enxergue sua própria violência como uma forma legítima de atuação – afinal de contas, se está sendo violento com um inimigo.

¹⁸⁰ As Companhias Republicanas de Segurança (*Compagnies Républicaines de Sécurité*) são a força de controle de distúrbios civis (*riot control*) da Polícia Nacional francesa.

¹⁸¹ “Ok, on a la rage mais c'est pas celle qui fait baver / [...]La rage de voir nos buts entravés, de vivre en travers / [...]La rage d'avoir grandi trop vite quand des adultes volent ton enfance / La rage de voir autant de CRS armés dans nos rues / La rage de voir ce putain de monde s'autodétruire / [...]La rage d'être autant balafrés par les putains de normes / [...]Parce qu'on a la rage, on restera debout quoi qu'il arrive / La rage d'aller jusqu'au bout et là où veut bien nous mener la vie / Parce qu'on a la rage, on pourra plus s'taire ni s'asseoir / Dorénavant on se tiendra prêt parce qu'on a la rage, le coeur et la foi” (tradução livre).

Na animação *Como Treinar o seu Dragão* (*How to Train your Dragon*, 2003), os habitantes vikings de Berk vivem em constante combate com os dragões, que volta e meia fazem incursões à ilha, roubando as ovelhas criadas pelos habitantes. O filme conta a história de Solução, um adolescente desastrado que captura o dragão Banguela, da espécie fúria da noite, que nunca tivera um exemplar sequer visto por alguém, muito menos capturado pelos habitantes da ilha. Incapaz de matar o dragão, como era seu plano inicial a fim de ser reconhecido como um guerreiro, Solução acaba desenvolvendo uma relação de amizade com o animal. Após algumas reviravoltas no roteiro, no fim da história os habitantes de Berk e os dragões passam a ser amigos, a partir do momento em que percebem que ambos os lados tinham, na verdade, um inimigo em comum.

A analogia com o cenário trazido à tona pelos novos movimentos sociais é imediata: é necessário que, de alguma forma, os dois lados do jogo político – a política institucionalizada e os novos movimentos sociais – reconheçam que existe um inimigo em comum que impede o diálogo. Esse inimigo comum, que todos devem combater, é o não reconhecimento mútuo de legitimidade entre adversários.

Enquanto continuarmos tratando a política como uma área infértil, separando as diferentes posições entre *certo* e *errado*, ou seja, moralizando a política, parece inevitável que perpetuemos a lógica que nos leva a ver nossos adversários como inimigos, inimigos esses que devem ser eliminados. É necessário que a política deixe de ser tratada sob o registro moral, para que adversários possam efetivamente se reconhecer como tal, e que o debate ideológico possa se dar.

Por mais que, eventualmente, Governos se esforcem para acatar as demandas desses novos movimentos sociais – para o que, diga-se de passagem, muito pouco se fez no Brasil em relação às reivindicações trazidas à tona nas manifestações de junho de 2013 –, isso será insuficiente. Faz-se necessária uma reformulação que proporcione não só instrumentos mais eficazes de participação direta e efetiva da população na tomada de decisões. Essa é apenas uma das várias facetas sob as quais o problema da relação entre política e violência se apresenta.

Precisamos, isso sim, buscar formas de promover uma profunda mudança cultural que busque, ao mesmo tempo, romper com duas lógicas interligadas e, no Brasil, simbióticas: a lógica da exclusão política e a lógica da hierarquização da sociedade. Somente assim será possível atingir um nível de democratização minimamente satisfatório, onde temas relevantes possam ser discutidos independentemen-

te de quem tenta trazer o tema à discussão. Onde palavras como *igualdade* passem a ter algum significado palpável, real.

Ou continuamos perpetuando a exclusão hierárquica de pessoas do espaço político, perpetuando a não atribuição de legitimidade entre adversários. E continua-se a esperar, com armas em punho, a próxima aparição do Hulk. Talvez da próxima vez se consiga matar a besta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ANDRADE, Bruna. Em primeiro ato após a ocupação, Bloco de Luta reúne 600 manifestantes na Prefeitura de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 22 jul. 2013. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2013/07/22/em-primeiro-ato-apos-ocupacao-bloco-de-luta-reune-600-manifestantes-na-prefeitura-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

APÓS paralização geral, ônibus voltam a circular em Porto Alegre. **G1**, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/02/apos-paralisacao-geral-onibus-voltam-circular-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

AUDIÊNCIA Pública encaminha licitação de ônibus nesta segunda. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**, 10 mar. 2014. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=167750>. Acesso em: 06 dez. 2014.

AVGITIDOU, Athena; KOUKOU, Eleni. The Defender of Contingency: an interview with Ernesto Laclau. **Intellectum**, v. 5, dez. 2008, p. 85-95.

BARCELLOS, Claudete; MAROCCO, Marco Aurélio; SCOMAZZON, Carlos. Câmara aprova isenção do ISS dos ônibus em Porto Alegre. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 02 jul. 2013. Disponível em: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=19710&p_secao=56&di=2013-07-01>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BECK, Matheus. Bloco de Luta comemora decisão da Justiça: “Ganhamos!”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jul. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/bloco-de-luta-comemora-decisao-da-justica-ganhamos-4199796.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BECKER, Howard. **Outsiders**: studies in the sociology of deviance. New York: Free Press, 1997. [1963]

BLOCO de Luta divulga carta aberta sobre pedido de reintegração de posse da Câmara de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 13 jul. 2013. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2013/07/13/bloco-de-luta-divulga-carta-aberta-sobre-pedido-de-reintegracao-de-posse-da-camara-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

BLOCO de Lutas desocupa Praça Montevideu e divulga nota. **JornalismoB**, Porto Alegre, 17 abr. 2014. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/04/17/bloco-de-lutas-desocupa-praca-montevideu-e-divulga-nota/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A Arte da Pesquisa**. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. [1995]

* O ano de publicação original de algumas obras é colocado em colchetes, após a referência.

BRASIL conhece as 12 cidades que receberão partidas da Copa de 2014. **Globo Esporte**, 31 mai. 2009. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/Esportes/Noticias/Futebol/0,,MUL1177312-9825,00-BRA-SIL+CONHECE+AS+CIDADES+QUE+RECEBERAO+PARTIDAS+DA+COPA+DE.html>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

CÂMARA não terá expediente nesta segunda-feira. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 15 jul. 2013. Disponível em: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=19820&p_secao=56&di=2013-07-15>. Acesso em: 22 nov. 2014.

CAPPI, Riccardo. Pensando as respostas estatais às condutas criminalizadas: um estudo empírico dos debates parlamentares sobre a redução da maioria penal (1993 - 2010). **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 1, n. 1, jan. 2014, p. 10-27.

CASTELLS, Manuel. **Networks of Outrage and Hope: social movements in the internet age**. Cambridge: Polity, 2012.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. [2004]

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado. In: CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 201-231.

_____. O Dever da Palavra. In: CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 168-172.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Brasil: Protesta Social**. 28 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=93mLQXXN5w0>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA URBANA. **Dossiê Manifestações em Porto Alegre: violações de direitos humanos por parte da Brigada Militar**. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2013.

COSTA, José Luís; ROLLSING, Carlos. MP denuncia sete por distúrbios em protestos em junho de 2013. **Zero Hora**, Porto Alegre, 9 maio 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/05/mp-denuncia-sete-por-disturbios-em-protestos-de-junho-de-2013-4496344.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DESEMPREGO entre jovens passa dos 50% na Espanha e na Grécia. **G1**, São Paulo, 31 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/desemprego-entre-jovens-passa-dos-50-na-espanha-e-na-grecia.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

DIETER, Maurício Stegemann. **Política Criminal Atuarial**: a criminologia do fim da história. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ELY, Débora. Caminhão blindado com jato d'água será usado em protestos. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 jun. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/caminhao-blindado-com-jato-d-agua-sera-usado-em-protestos-4526234.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

EM PORTO Alegre, Bloco de Lutas expulsa setores ligados ao PT. **JornalismoB**, Porto Alegre, 18 set. 2013. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2013/09/18/em-porto-alegre-bloco-de-lutas-expulsa-setores-ligados-ao-pt/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

FARAH, Tatiana. Movimento Passe Livre sai de protesto e não levanta bandeiras. **O Globo**, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/movimento-passe-livre-sai-de-protesto-nao-levanta-bandeiras-8764635>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FERENCI, Gustavo. Vereadores entregam resposta às reivindicações dos manifestantes. **Câmara Municipal de Porto Alegre**, Porto Alegre, 12 jul. 2013. Disponível em: <http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=19817&p_secao=56&di=2013-07-12>. Acesso em: 24 nov. 2014.

FERRELL, Jeff. Against Method: a provocation. **Journal of Theoretical and Philosophical Criminology**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009.

FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. **Cultural Criminology**: an invitation. London: SAGE, 2008.

FEYERABEND, Paul. **Against Method**. 4th. ed. London: Verso, 2010. [1975]

_____. **A Ciência em uma Sociedade Livre**. Tradução de Vera Joscelyne. São Paulo: UNESP, 2011. [1978]

FOGLIATTO, Débora. Reintegração de posse é suspensa temporariamente e manifestantes permanecem na Câmara. **Sul21**, Porto Alegre, 15 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/reintegracao-de-posse-e-suspensa-temporariamente-e-manifestantes-permanecem-na-camara/>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. [1973]

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaration**. New York: Argo Navis, 2012.

_____. **Empire**. Cambridge: Harvard University, 2001.

_____. **Multitude: war and democracy in the Age of Empire**. New York: Penguin, 2004.

HARVEY, David. Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. Tradução de João Alexandre Peschanski. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior: 2012, p. 57-64.

_____. **Rebel Cities: from the Right to the City to the Urban Revolution**. London: Verso, 2012.

HAUBRICH, Alexandre. Ato em Porto Alegre denuncia apoio midiático à ditadura e pede democratização da comunicação. **JornalismoB**, Porto Alegre, 08 maio 2014. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/05/08/ato-em-porto-alegre-denuncia-apoio-midiatico-a-ditadura-e-pede-democratizacao-da-comunicacao/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Bloco de Luta define horário de desocupação da Câmara de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 14 jul. 2013. Disponível em: <<https://jornalismobnoticias.wordpress.com/2013/07/14/bloco-de-luta-define-horario-de-desocupacao-da-camara-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. Bloco de Lutas apresenta PL popular que prevê transporte coletivo 100% público em dez anos. **JornalismoB**, Porto Alegre, 07 abr. 2014. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/04/07/bloco-de-lutas-apresenta-pl-popular-que-preve-transporte-coletivo-100-publico-em-dez-anos/>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. Caminhada de protesto em Porto Alegre é reprimida após cinco minutos. Jornalistas e manifestantes ficaram feridos. **JornalismoB**, Porto Alegre, 18 jun. 2014. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/06/18/caminhada-de-protesto-em-porto-alegre-e-reprimida-apos-cinco-minutos-jornalistas-e-manifestantes-ficaram-feridos/>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. CPI da “Invasão” da Câmara termina como começou: absurda. **JornalismoB**, Porto Alegre, 21 mar. 2014. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/03/21/cpi-da-invasao-da-camara-termina-como-comecou-absurda/>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. Em coletiva, Bloco de Lutas rebate indiciamentos contra militantes por “formação de milícia”. **JornalismoB**, Porto Alegre, 15 mar. 2014. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/03/15/em-coletiva-bloco-de-lutas-rebate-indiciamentos-contra-militantes-por-formacao-de-milicia/>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

_____. Em Porto Alegre, segundo ato do Bloco de Lutas em 2014 apresenta aliados e adversários. **JornalismoB**, Porto Alegre, 01 fev. 2014. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/02/01/em-porto-alegre-segundo-ato-do-bloco-de-lutas-em-2014-apresenta-aliados-e-adversarios/>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

_____. Presidência da Câmara de Vereadores protocola pedido de reintegração de posse. **JornalismoB**, Porto Alegre, 13 jul. 2013. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2013/07/13/presidencia-da-camara-de-vereadores-protocola-pedido-de-reintegracao-de-posse/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. Protesto contra a FIFA toma as ruas do Centro de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2014/06/12/protesto-contra-a-fifa-toma-as-ruas-do-centro-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

HAUBRICH, Alexandre; ANDRADE, Bruna. Em coletiva de imprensa, Bloco de Luta reafirma pautas e reforça ocupação da Câmara de Porto Alegre. **JornalismoB**, Porto Alegre, 13 jul. 2013. Disponível em: <<https://jornalismobnoticias.wordpress.com/2013/07/13/em-coletiva-de-imprensa-bloco-de-luta-reafirma-pautas-e-reforca-ocupacao-da-camara-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. Manifestantes ocupam Câmara de Vereadores de Porto Alegre “em caráter permanente”. **JornalismoB**, Porto Alegre, 11 jul. 2013. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2013/07/11/manifestantes-ocupam-camara-de-vereadores-de-porto-alegre-em-carater-permanente-por-manifestantes/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

HAYWARD, Keith. Five Spaces of Cultural Criminology. **British Journal of Criminology**, n. 52, 2012, p. 441-462.

LACLAU, Ernesto. **Emancipation(s)**. London: Verso, 1996.

_____. **La Razón Populista**. Tradução de Soledad Laclau. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LEI 12.720/2012 – mais do mesmo na produção de leis penais. **Boletim do IBB-CCRIM**, v. 20, n. 240, p. 1, nov. 2012.

LIMINAR suspende aumento da passagem de ônibus em Porto Alegre. **G1**, 04 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/04/liminar-suspende-aumento-da-passagem-de-onibus-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

LOURENÇO, Luana. Dilma anuncia mais R\$ 50 bilhões para obras de mobilidade urbana. **Agência Brasil**, Brasília, 24 jun. 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-24/dilma-anuncia-mais-r-50-bilhoes-para-obras-de-mobilidade-urbana>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MANIFESTANTES protestam contra a Copa do Mundo em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 18 jun. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/06/manifestantes-protestam-contr-a-copa-do-mundo-em-porto-alegre-4529905.html>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

METROPOLITAN POLICE AUTHORITY. **Introduction of the 'Baton Gun' weapon system as a 'less lethal' option**. London, 27 jun. 2002. Disponível em: <<http://policeauthority.org/Metropolitan/committees/mpa/2002/020627-agm/08/index.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO do RS suspende corte de árvores na área da Usina do Gasômetro. **Sul21**, Porto Alegre, 27 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/mp-rs-suspende-corte-de-arvores-na-area-da-usina-do-gasometro/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MISSE, Michel. Sujeição Criminal. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 204-212.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics**: thinking the world politically. London: Verso, 2013.

_____. **On the Political**. London: Routledge, 2005.

_____. **The Democratic Paradox**. London: Verso, 2005.

_____. **The Return of the Political**. London: Verso, 2005. [1993]

MOVIMENTO Passe Livre anuncia continuidade de manifestações. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3171046/movimento-passe-livre-anuncia-continuidade-de-manifestacoes>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MÜLLER, Iuri. Polícia Civil faz buscas para investigar militantes do Bloco de Lutas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 01 out. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/12policia-civil-faz-buscas-para-investigar-militantes-do-bloco-de-lutas-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

MÜLLER, Iuri; RIBEIRO, Bernardo Jardim. Audiência conciliatória pode ter definido o desfecho da ocupação da Câmara. **Sul21**, Porto Alegre, 17 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/audiencia-conciliatoria-pode-ter-definido-o-desfecho-da-ocupacao-da-camara/>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

MÜLLER, Iuri *et al.* Protesto em Porto Alegre tem multidão nas ruas e forte confronto com a polícia. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-em-porto-alegre-tem-multidao-nas-ruas-e-forte-confronto-com-a-policia/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

OLIVEIRA, Samir. “Fifa, go home”: cerca de mil pessoas protestam contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/fifa-go-home-cerca-de-mil-pessoas-protestam-contra-a-copa-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Após liminar da Justiça, protesto contra aumento da passagem vira festa no meio da chuva. **Sul21**, Porto Alegre, 05 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-liminar-da-justica-protesto-contra-aumento-da-passage-m-vira-festa-no-meio-da-chuva-1/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Bloco e Luta e Comitê Popular da Copa realizam ato do 15M em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 15 maio 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-e-comite-popular-da-copa-realizam-ato-do-15m-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. Bloco de Luta inicia coleta de assinaturas para projeto que municipaliza o transporte público em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 07 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-inicia-coleta-de-assinaturas-para-projeto-que-municipaliza-o-transporte-publico-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. Brigada Militar dispersa protesto contra aumento da passagem após 15 minutos de marcha em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 02 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/brigada-militar-dispersa-protesto-contra-aumento-da-passage-m-apos-15-minutos-de-marcha-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. Câmara de Porto Alegre realiza nesta quinta audiência sobre licitação do transporte público. **Sul21**, Porto Alegre, 27 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-porto-alegre-realiza-nesta-quinta-audiencia-publica-sobre-licitacao-do-transporte-publico/>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

_____. Com proibição de acesso, audiência pública sobre licitação do transporte em Porto Alegre é adiada. **Sul21**, Porto Alegre, 28 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/com-proibicao-de-acesso-audiencia-publica-sobre-licitacao-do-transporte-em-porto-alegre-e-adiada/>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

_____. Manifestantes processam prefeitura de Porto Alegre e governo do estado por repressão a acampamento. **Sul21**, Porto Alegre, 16 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-processam-prefeitura-de-porto-alegre-e-governo-estado-por-repressao-acampamento/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Militantes do Bloco de Luta afirmam que investigação policial é politicamente direcionada a enfraquecer o movimento. **Sul21**, Porto Alegre, 15 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/militantes-do-bloco-de-luta-afirmam-que-investigacao-policial-e-politicamente-direcionada-a-enfraquecer-o-movimento/>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

_____. Para comandante, prisão dos acampados em Porto Alegre foi “rápida e cirúrgica”. **Sul 21**, Porto Alegre, 29 maio 2013. Disponível em:

<<http://www.sul21.com.br/jornal/para-comandante-da-operacao-prisao-dos-acampados-em-porto-alegre-foi-rapida-e-cirurgica/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Prefeitura de Porto Alegre interrompe ato, mas considera concluída a audiência pública sobre licitação do transporte. **Sul21**, Porto Alegre, 10 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-manifestacao-no-tesourinha-prefeitura-de-porto-alegre-cancela-audiencia-sobre-licitacao-do-transporte/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Protesto contra aumento da passagem e Copa reúne milhares de pessoas em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 24 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-contra-aumento-da-passagem-e-contra-copa-reune-milhares-de-pessoas-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

_____. Protesto é acompanhado por imenso aparato policial no primeiro dia de jogo da Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 15 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-e-acompanhado-por-imenso-aparato-policial-no-primeiro-dia-de-jogo-da-copa-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Protesto em apoio à greve dos rodoviários termina com detenções em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 01 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-em-apoio-a-greve-dos-rodoviaros-termina-com-detencoes-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

_____. Protesto envolvendo Tatu-Bola segue repercutindo entre policiais e ativistas de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 16 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/protesto-envolvendo-tatu-bola-segue-repercutindo-entre-policiais-e-ativistas-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Revolta contra aumento da passagem gera grande protesto em poa. **Sul21**, Porto Alegre, 28 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/revolta-contra-aumento-da-passagem-gera-grande-protesto-na-noite-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

OLIVEIRA, Samir; MÜLLER, Iuri; NATUSCH, Igor. Prefeitura retira pedido de reintegração de posse contra acampados em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 28 maio 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/acampados-contra-corte-de-arvores-em-porto-alegre-sao-intimados-a-deixar-o-local/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

OLIVEIRA, Samir *et al.* Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 5 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

OLIVEIRA, Samir *et al.* Câmara de Vereadores de Porto Alegre é ocupada por manifestantes. **Sul21**, Porto Alegre, 10 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-e-ocupada-por-manifestantes/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

OLIVEIRA, Samir *et al.* Operação prende manifestantes e começa a derrubar árvores no Gasômetro. **Sul21**, Porto Alegre, 29 maio 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/operacao-prende-manifestantes-e-comeca-a-derrubar-arvores-no-gasometro/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

ORTELLADO, Pablo. Reflections on the Free Fare Movement and other “New Social Movements”. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 2, jul./dez. 2013, p. 110-117.

PASINATO, Nicolás. Forte aparato policial impede manifestação contra a Copa em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/forte-aparato-policial-impede-manifestacao-contra-a-copa-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

PELA 1ª vez, policiais usam traje ‘Robocop’ em protesto, diz PM. **G1**, São Paulo, 31 maio 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/pela-1-vez-policia-miliar-usa-traje-robocop-em-protesto.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

PELEGRINI, Liliane. Manifestação em Belo Horizonte acaba com 12 pessoas detidas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1469543-manifestacao-em-belo-horizonte-acaba-com-12-pessoas-detidas.shtml>>. Acesso em: 09 jan. 2015.

PIRES, Estêvão. TJ determina licitação imediata no transporte público em Porto Alegre. **G1**, 30 jan. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/01/tj-determina-licitacao-imediata-no-transporte-publico-em-porto-alegre.html>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

PM usa bombas de gás para afastar manifestantes de estádio em Brasília. **G1**, Brasília, 15 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/grupo-faz-protesto-em-brasilia-contra-copa-das-confederacoes.html>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

POLÍCIA CIVIL Gaúcha indicia sete militantes do Bloco de Luta por formação de milícia. **Sul21**, Porto Alegre, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/policia-civil-gaucha-indicia-sete-militantes-do-bloco-de-luta-por-formacao-de-milicia/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

PREFEITO de Porto Alegre decreta redução da tarifa dos ônibus para R\$ 2,80. **Zero Hora**, Porto Alegre, 03 jul. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/transito/noticia/2013/07/prefeito-de-porto-alegre-decreta-reducao-da-tarifa-dos-onibus-para-r-2-80-4188591.html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PRESTES, Felipe. Bloco e presidente da Câmara concordam que não houve vandalismo durante ocupação. **Sul21**, Porto Alegre, 18 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-e-presidente-da-camara-concordam-que-nao-houve-vandalismo-durante-ocupacao/>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

_____. Ocupação da Câmara completa uma semana em tarde amena. **Sul21**, Porto Alegre, 17 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ocupacao-da-camara-completa-uma-semana-em-tarde-amena/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

PROTESTO em Porto Alegre tem pichações e vidraças quebradas. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/protesto-em-porto-alegre-tem-pichacoes-e-vidracas-quebradas-4524879.html>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

PSOL quer arquivamento de ação contra membro. **Band.com.br**, Porto Alegre, 02 out. 2013. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rs/noticia/100000635065/psol-exigira-arquivamento-de-inquerito-contra-lider-estudantil.html>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University, 1971.

ROBINSON, Matthew. The Perversion of Criminology. **Journal of Theoretical and Philosophical Criminology**, v. 4, n. 3, jul. 2012, p. 27-39.

ROLLSING, Carlos. Militantes do PSTU e PSOL não irão a protesto do bloco de luta nesta quarta. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/copa-2014/noticia/2014/06/militantes-do-pstu-e-psol-nao-irao-a-protesto-do-bloco-de-luta-nesta-quarta-4529147.html>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

ROLLSING, Carlos; WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto. Sete jovens são indiciados por formação de milícia em protestos na Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/03/sete-jovens-sao-indiciados-por-formacao-de-milicia-em-protestos-na-capital-4446063.html>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

ROSA, Eduardo. Bloco de Luta debate o transporte público em assembleia popular em Porto Alegre. **Zero Hora**, Porto Alegre, 08 abr. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2014/04/bloco-de-luta-debate-o-transporte-publico-em-assembleia-popular-em-porto-alegre-4468864.html>>. Acesso em: 18 dez. 2014

SCHWARZ, Júlia. Ouvidoria: excessos de BM e Guarda Municipal causaram conflito em Porto Alegre. **Sul21**, Porto Alegre, 31 out. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/ouvidoria-excessos-de-bm-e-guarda-municipal-causaram-conflito-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

SENELLART, Michel. Situación de los Cursos. In: FOUCAULT, Michel. **Seguridad, Territorio, Población**: curso en el Collège de France (1977-1978). Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

SIMON, Jonathan. **Governing Through Crime**: how the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear. New York: Oxford University, 2007.

SOUZA, Ricardo Timm de. **Justiça em seus Termos**: dignidade humana, dignidade do mundo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ŽIŽEK, Slavoj. O Violento Silêncio de um Novo Começo. Tradução de Fernando Marcelino e Chrysantho Sholl. In: HARVEY, David *et al.*. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo; Carta Maior: 2012.

_____. **The Year of Dreaming Dangerously**. London: Verso, 2012.

_____. **Violence**: six sideways reflections. London: Profile, 2008. (Amazon Kindle eBook).